



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

Numa margem não tão distante:

O Estado e as milícias na comunidade do Azul Vermelho

Lucas dos Santos Ramos

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Numa margem não tão distante:

O Estado e as milícias na comunidade do Azul Vermelho

Lucas dos Santos Ramos

Sob a orientação do Professor Dr.

FRANCISCO JOSUÉ MEDEIROS DE FREITAS

Seropédica, RJ

Abril/2025



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Lucas dos Santos Ramos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 25/04/2025

Prof. Dr. Francisco Josué Medeiros de Freitas
(Orientador) (UFRJ e UFRRJ / PPGS)

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata
(UFF/PPGS)

Profa. Dra. Alessandra Rinaldi
(UFRRJ / PPGS)

Agradecimentos

Ao meu orientador, Francisco Josué Medeiros de Freitas, primeiramente, por aceitar ser meu orientador diante do desafio de caminhar pelas terras subjetivas da antropologia. Uma novidade para ambos.

À banca pela aceitação, ajuda genuína nos comentários dentre as dicas de pesquisa para estudar um tema tão delicado que envolve a vida de muitas pessoas em termos práticos

À minha mãe, Regina, por seu amor incondicional, por dedicar sua vida para que eu pudesse estudar.

Ao meu pai, Luiz, por seu amor e dedicação para me instruir desde novo a seguir o caminho do conhecimento

Aos amigos e moradores que conheci e convivo na comunidade, por me receberem tão bem em suas casas. Obrigado genuinamente a todos vocês que me contaram muito de suas vidas e de suas percepções. Vocês foram o estímulo e a base de toda essa pesquisa.

À Universidade Federal Rural Fluminense, por ser um lugar único na produção de conhecimento e de amizades que se estendem para além dela.

À Coordenação do Curso de Pós Graduação em Ciências Sociais e a todos os professores, por toda dedicação e paciência com nós alunos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Ramos, Lucas dos Santos, 1992-
R175Rm

Numa margem não tão distante: o estado e as
milícias na comunidade do Azul Vermelho / Lucas dos
Santos Ramos. - Rio de Janeiro, 2025.

60 f.

Orientador: FRANCISCO JOSUÉ MEDEIROS DE FREITAS. Dis-
sertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro, PPGCS, 2025.

1. Milícias. 2. Etnografia. 3. Violência. 4. Estado.
I. FREITAS, FRANCISCO JOSUÉ MEDEIROS DE , 1981 , ori-
ent. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PPGCS III. Título.

RESUMO

Ramos, Lucas D. S. **Numa margem não tao distante: O Estado e as milícias na comunidade do Azul Vermelho** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

A análise das dinâmicas observadas na comunidade Azul Vermelho revela que o fenômeno das milícias no Rio de Janeiro não pode ser compreendido de forma homogênea ou desvinculada do próprio Estado. A partir de uma abordagem etnográfica situada, observou-se como, após a morte de Ecko em 2021, as disputas territoriais e as alianças entre diferentes grupos criminosos intensificaram-se, resultando em uma configuração híbrida, onde práticas tradicionalmente atribuídas ao tráfico de drogas passaram a coexistir com o domínio miliciano. Este trabalho identifica que as milícias, em sua fase 3.0, operam em uma zona cinzenta entre legalidade e ilegalidade, articulando-se tanto com agentes estatais quanto com facções criminosas para ampliar seu poder econômico e político. A dissertação busca demonstrar como essas organizações criminais transcendem a lógica da mera coerção local, influenciando diretamente o ordenamento territorial, as práticas econômicas e até as eleições, revelando uma forma de governança criminal consolidada. Através do diálogo com autores como Lessing, Das & Poole e Palermo, evidenciou-se que a presença estatal, longe de neutralizar as milícias, acaba por legitimar e reproduzir suas práticas, ampliando as margens da violência e da informalidade. O estudo, ao unir observação participante, notas de campo e análise teórica, oferece uma contribuição para a compreensão das intersecções entre Estado, violência e criminalidade no Rio de Janeiro contemporâneo.

Palavras-chave: Milícias; Governança Criminal; Violência; Etnografia; Estado.

SUMMARY

Ramos, Lucas D. S. **On a Not-So-Distant Margin: The State and Militias in the Azul Vermelho Community**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025

The analysis of the dynamics observed in the Azul Vermelho community reveals that the phenomenon of militias in Rio de Janeiro cannot be understood in a homogeneous manner or detached from the State itself. Through a situated ethnographic approach, it was observed how, after the death of Ecko in 2021, territorial disputes and alliances between different criminal groups intensified, resulting in a hybrid configuration where practices traditionally associated with drug trafficking began to coexist with militia dominance. This work identifies that militias, in their 3.0 phase, operate in a grey zone between legality and illegality, articulating with both state agents and criminal factions to expand their economic and political power. The dissertation seeks to demonstrate how these criminal organizations transcend the logic of mere local coercion, directly influencing territorial order, economic practices, and even elections, revealing a consolidated form of criminal governance. Through dialogue with authors such as Lessing, Das & Poole, and Palermo, it is shown that the presence of the state, far from neutralizing militias, ends up legitimizing and reproducing their practices, expanding the margins of violence and informality. By combining participant observation, interviews, and theoretical analysis, the study offers a contribution to understanding the intersections between State, violence, and criminality in contemporary Rio de Janeiro.

Keywords: Militias; Criminal Governance; Violence; Ethnography; State.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	8
1. Reprodutora das margens: As milícias no Rio de Janeiro.....	12
1.1 Fase 1.0 (“as gênesis”)	14
1.1.1 Grupos de extermínio – Baixada Fluminense.....	14
1.1.2 Liga da Justiça – Campo Grande	16
1.1.3 Polícia Mineira – Rio das Pedras	17
1.2 Fase 2.0 A evolução das milícias	19
1.3 Fase 3.0 Uma nova configuração	23
2.0 As milícias a partir de 2021 – milicianos matáveis e “morríveis”	34
2.1 Uma etnografia das milícias, uma contextualização do tema de pesquisa	36
2.2 Experiência pessoal e Questões metodológicas	43
2.3 Um passado recente, um presente intenso e um futuro incerto.....	51
3. Uma visão de “dentro” do tempo e do espaço em campo	59
3.1 Entre a formalidade e a informalidade em campo.....	59
3.2 Governança Criminal, a Fase 3.0 e o Estado: Uma análise da etnografia.....	67
3.3 Fase 3.0, corpos matáveis.	75
REFERÊNCIAS.....	88

Introdução

Esta dissertação explora o fenômeno das milícias em uma comunidade do Estado do Rio de Janeiro, através de uma abordagem etnográfica, para entender como a transição de poder e as disputas entre regimes milicianos afetam diretamente a vida cotidiana dos moradores. Em razão da natureza sensível do tema, o nome da comunidade é mantido em sigilo, visando preservar a segurança dos interlocutores e assegurar a confidencialidade das informações coletadas. O objetivo central da pesquisa é desvendar a complexidade da realidade local, trazendo à tona as dinâmicas de poder e controle vivenciadas pelos moradores em uma época de transição e intensificação das atividades milicianas após um evento em específico que consideramos crucial para compreendermos as recentes transformações das milícias.

O interesse em realizar esta pesquisa não surgiu de forma aleatória. Em junho de 2021, ao me mudar para as proximidades da comunidade, fui confrontado diretamente com a realidade do controle miliciano, local onde passei a residir. Essa experiência inicial coincidiu com o evento mencionado: a operação policial "Dia dos Namorados", realizada no bairro de Campo Grande no dia 12 de junho de 2021, coordenada pela Subsecretaria de Planejamento Operacional do Estado, e que culminou com a morte de Ecco, um dos líderes milicianos mais procurados do Rio de Janeiro à época. Esse evento provocou uma ruptura na dinâmica de poder local e deu início a um período de reconfiguração nos regimes milicianos em diversas regiões da cidade, levando a um acirramento das disputas territoriais e ao aumento da violência. Essa transição foi marcada pela introdução de novos atores civis associados ao controle miliciano, bem como pela intensificação de práticas de exploração e extorsão econômica, como a cobrança de taxas sobre serviços básicos, "segurança" aos comércios locais e, posteriormente a associação com as facções do tráfico de drogas.

O assassinato de Ecco representa, para esta pesquisa, um ponto de inflexão: ele não apenas desencadeia uma troca de atores na liderança miliciano, mas também reflete as complexas interações entre as milícias, as facções do tráfico e o próprio Estado. A operação que resultou em sua morte, ainda que celebrada pelo governo como um "baque nas milícias", nas palavras do então governador Cláudio Castro, trouxe à tona o paradoxo da presença estatal em áreas ditas "marginalizadas", onde, na ausência de um controle estatal efetivo, as milícias se tornam agentes de poder alternativo, mas não sem a conivência ou omissão de setores públicos. Uma suposta "ausência" de controle, mas que, no entanto,

demonstra que o estado está ali presente, atuante e em transformação. (DAS; POOLE, 2004).

Como um novo morador familiarizado com as práticas milicianas, observei de perto essa escalada de controle e violência que passou a afetar a comunidade. Sob o "novo regime", testemunhei um aumento significativo das cobranças de taxas e da imposição de serviços milicianos sobre os moradores, refletindo um movimento de expansão e consolidação econômica e territorial das milícias, com consequências profundas para a estrutura social e a vida cotidiana da comunidade.

Além de apresentar e analisar as consequências da violência e da insegurança no dia a dia das pessoas, visei também discorrer sobre a necessidade de estabelecer vínculos e relações sociais para que de fato a pesquisa pudesse ocorrer. “De modo recorrente, supõe-se ser necessário estabelecer laços de simpatia com os informantes, já que é somente por meio do estabelecimento de relações de longa data baseadas na confiança que alguém pode coletar dados adequados (Bourgois 1995).

A morte de Ecko, líder da "Firma" nome de seu regime miliciano, pelas mãos do estado, acarretou na mudança direta do regime miliciano que controla a comunidade de pesquisa mas também em diversas outras comunidades, elevando os níveis de violência e insegurança nessas regiões. Dessa forma, através de uma abordagem etnográfica, busco não apenas documentar as práticas coercitivas e as dinâmicas de controle que caracterizam o regime miliciano atual, mas compreender as percepções e reações dos moradores diante dessas transformações. Essa perspectiva situada permite capturar as tensões entre a adaptação e a resistência, entre proteção e extorsão, oferecendo uma visão mais profunda das complexas relações entre as milícias e o Estado, além dos impactos diretos e simbólicos dessa "fase 3.0" das milícias, como será chamada nesta dissertação. Essa fase caracteriza-se pela presença crescente de civis não diretamente associados a instituições estatais, pela introdução de práticas de extorsão mais agressivas e pela expansão do controle miliciano em regiões tradicionalmente ocupadas pelo tráfico de drogas, marcando um período de instabilidade, associações e disputas territoriais intensificadas.

Com base na observação participante e em interações com moradores, esta pesquisa propõe-se a analisar como essa reestruturação das milícias afeta o cotidiano dos habitantes, remodelando práticas de convivência, percepções de segurança e laços comunitários. A dissertação também busca entender como a comunidade se adapta ou resiste a essas mudanças, trazendo à tona as vozes dos moradores que, subjugados a um ordenamento social criminoso, desenvolvem estratégias para lidar com o aumento da insegurança e da

violência. Ao adotar essa perspectiva de dentro, onde o pesquisador também vive as imposições do regime miliciano, esta pesquisa oferece uma contribuição para a compreensão das transformações nas práticas de controle miliciano e sua relação paradoxal com o aparato estatal, propondo que o próprio Estado atua, em certa medida, como mediador e facilitador dessa expansão milicianana.

Diante de diversos estudos acadêmicos que tentaram definir o que são as milícias no contexto do Rio de Janeiro (Alves 2008; Burgos, 2002; Brama, 2019; Cano e Ioot, 2008, Zaluar e Conceição, 2007), a dissertação pretende, no primeiro capítulo, discorrer sobre o que se compreende por "Milícias" no Rio de Janeiro, discorrer sobre suas possíveis origens, suas características e sobre como essa modalidade criminal veio se transformando e consolidando em muitas partes do território do Rio de Janeiro.

Posteriormente, no segundo capítulo, iremos nos aprofundar e discorrer sobre o tema das milícias através de uma etnografia baseada numa observação participante, trazendo fatos e rumores vivenciados na comunidade estudada, compreendendo de perto a dinâmica das milícias na localidade, assim como também a partir de entrevistas e encontros formais e informais com determinados interlocutores que têm fortes laços com a comunidade, considerando a percepção do autor e a percepção dos próprios moradores em relação ao fenômeno. Diante das informações coletadas, das experiências vivenciadas e das emoções sentidas durante um período de tempo que excede o período de pesquisa, denotamos as milícias como um ajuntamento criminal extremamente nocivo não pelo seu poder violento e bélico, mas por se emaranhar com o estado e o seu papel simbólico, acentuando o medo e a insegurança no dia a dia das pessoas, remodelando comportamentos, formas de convívio e percepções.

Conseguimos denotar de que a evolução das milícias se dá de forma fluida, desorganizada, com participação de agentes do estado com vistas de ganhos privados. Assim também pudemos denotar uma população que se vê incapaz de recorrer às instituições públicas de segurança como as polícias militar e civil, que justamente deveriam assegurar e garantir a confiança da população nas instituições.

Salientamos que a operação “bem sucedida” que resultou no assassinato de Ecko, só o ocorreu pois este era um “miliciano civil”, não ligado diretamente ao serviço público de segurança. Assim vamos apontar que tanto medidas quanto a inação da instituições públicas, privilegiaram um crescimento real mas também simbólico das “Milícias privadas” que até no artigo sancionado carrega o nome “privadas”, se distanciando do seu carácter também público, de forte associação com o estado.

No terceiro capítulo, para compreender as raízes da expansão milicianiana, tentamos compreender de que forma o estado vem sendo utilizado com fins de procriar suas margens, fomentando um ciclo de marginalidade territorial, de práticas e ideais que sustentam e se retroalimentam num emaranhado entre o legal e o ilegal, do formal e do informal. Dessa forma, analisamos a perspectiva etnográfica levantada durante a pesquisa, as transformações nas dinâmicas de poder em comunidades controladas por milícias no Rio de Janeiro, com foco na comunidade Azul Vermelho. Dividido em três subcapítulos, destacamos como a troca de regime miliciano a partir de 2021 alterou significativamente a vida cotidiana de moradores e comerciantes, evidenciando um aumento da violência, imposição de taxas e sensação de insegurança. Conceitos como "Governança Criminal", "Zona Cinzenta" e "Milicianismo" são utilizados para explicar como essas organizações operam em simbiose com o Estado, reproduzindo práticas de violência, extorsão e controle social, e afetando diretamente a segurança pública e a economia local.

Por fim, esta dissertação examina o impacto da "fase 3.0" das milícias em termos de reestruturação das práticas e alianças criminais, com o entrelaçamento de atividades que tradicionalmente pertenciam a esferas opostas, como a venda de drogas em áreas de milícia e a extorsão de moradores em áreas controladas pelo tráfico. Esse fenômeno aponta para uma "criminalidade híbrida", onde as fronteiras entre diferentes modalidades criminosas se tornam cada vez mais tênues, e onde a presença estatal, ao invés de mitigar o controle miliciano, parece contribuir para sua consolidação. A pesquisa procura evidenciar como essa confluência entre legal e ilegal intensifica a violência, criando, não mais uma sensação de segurança oferecida pela "antiga milícia", mas sua transformação e consequente amplificação do medo e da vulnerabilidade dos moradores.

Dessa forma, a presente dissertação se estrutura em torno de uma análise dos eventos e mudanças sociais observados na comunidade desde a morte de Ecko, explorando como as dinâmicas de poder miliciano se transformam e como essas mudanças se refletem nas vidas dos moradores. Sendo assim, essa dissertação etnográfica, não apenas oferece um registro das práticas das milícias, mas revela as interações, tensões e adaptações que permeiam o cotidiano dos que vivem sob seu controle, oferecendo uma perspectiva local sobre o cenário de criminalidade no Rio de Janeiro e sua contínua reconfiguração.

Capítulo 1 - Reprodutora das margens: As milícias no Rio de Janeiro

Neste primeiro capítulo, nosso objetivo é explorar o conceito das "Milícias" no contexto do Rio de Janeiro, discutindo o debate em torno de suas origens e suas principais características ao longo do tempo. Diferentes estudos oferecem diferentes perspectivas sobre suas origens, logo, nosso propósito é identificar essas vertentes teóricas a partir de uma experiência etnográfica, para explicar como as milícias surgem e se desenvolvem, consolidando-se em várias áreas do Estado do Rio de Janeiro. Dessa forma, faço aqui um levantamento acadêmico que abordam sobre a origem e a transformação das milícias no contexto fluminense ao longo do tempo.

Como já mencionado por Brama (2019), existem três interpretações acadêmicas sobre a origem das milícias, as quais serão exploradas em subtópicos no tópico 1.1. A primeira interpretação remonta aos "Grupos de Extermínio" na Baixada Fluminense nos anos 50 (Misse, 2008; Alves, 2008). A segunda sugere que surgiram com a Liga da Justiça em Campo Grande e Santa Cruz nos anos 90 (Motta, 2023). A terceira interpretação propõe que as milícias derivam da "Polícia Mineira" em Rio das Pedras (Burgos, 2002). Em Rio das Pedras, enquanto ainda adolescente, pude tomar conhecimento sobre o ordenamento da "mineira" e reconhecer características de atuação do grupo daquela época, com algumas características semelhantes ao que hoje conhecemos por "milícias".

A origem, o tempo de atuação e as características das milícias continuam sendo objeto de debate entre os pesquisadores (Brama, 2019). Utilizamos o termo "milícias" no plural para destacar sua diversidade desde a sua gênese.

No tópico 1.2, exploraremos a interpretação que vincula a expansão das milícias ao território fluminense de forma intrínseca ao estado, abordando sua consolidação e a exposição midiática com a CPI das milícias em 2008, quando o regime miliciano ganhou notoriedade negativa, que chamo de fase 2.0.

O tópico 1.3 se concentrará na fase atual, a "fase 3.0", caracterizada pelo aumento de civis não ligados aos serviços de segurança pública e pelo surgimento de novos líderes de regimes milicianos, como o "Bonde do Ecko", "Bonde do Zinho", "Tropa do Tanderá" e outros. Essa fase marca um distanciamento das corporações de segurança pública e novas formas de associação e operação, junto ao tráfico de drogas, refletindo uma evolução do conceito de "milícias" nos dias de hoje.

Apesar da diversidade de interpretações sobre suas origens, práticas e transformações ao longo do tempo, o crescimento da estrutura miliciano e o avanço das pesquisas

documentais e etnográficas sobre o tema nos permitem compreender melhor suas características e modos de atuação.

A terminologia "milícia" foi cunhada em 2005 por Vera Araújo, sugerindo uma tentativa de redefinir um cenário anteriormente rotulado de maneira mais negativa como “Grupos de Extermínio” ou “Esquadrões da Morte”. Assim apontam os autores Cano e Ioot (2008) sobre o surgimento do termo:

“...[A criação do termo] é atribuída em diversas ocasiões à imprensa, mas não há constância da sua filiação exata. De qualquer forma, os criadores ou difusores da palavra podem muito bem ter tido a intenção de re-legitimar um velho cenário, antigamente definido por termos muito mais negativos: “polícia mineira”, conceito fortemente associado à corrupção policial, e “grupo de extermínio”, cuja conotação homicida é óbvia. “Milícia” aparece como uma palavra de perfil mais neutro ou, inclusive, levemente positivo.” CANO e IOOT, 2008, p. 59

A criação desse termo reflete a complexidade e a polissemia do termo milícias. Como apontado por Brama (2019), o autor levanta a necessidade de se destacar a existência de diversas formas de organização e atuação do que vem sendo denominado, de maneira genérica e, por vezes, abstrata, da palavra “milícia”. Esse termo pode abranger, variando desde um conjunto de agentes estatais e/ou civis com o propósito de impor “ordem” local até grupos articulados em redes político-econômicas, que se infiltram nas estruturas do aparelho estatal. Por outro lado, como podemos verificar no âmbito popular ou no âmbito jornalístico, a categoria é frequentemente empregada para designar grupos específicos vinculados a algum líder, como a “Milícia de Nadinho”, “O bonde do Ecko”, “Tropa do R” ou relacionada a uma área específica, como a “milícia de Santa Cruz” ou a “milícia do terreirão”, que por vezes, correspondem a um mesmo núcleo de atuação em determinado território.

Em outras ocasiões, a categoria é usada de forma generalizada para descrever as milícias do Rio de Janeiro, no plural, sendo apresentadas como uma entidade única, apesar de possuírem padrões organizacionais e modos de atuação distintos, por vezes até mesmo antagônicos, mas que, mesmo assim, são agrupados sob a mesma denominação. (BRAMA, 2019).

Aqui, buscamos discutir e compreender as milícias no Rio de Janeiro a partir de uma análise que une a perspectiva histórica com uma abordagem etnográfica. Esta abordagem é particularmente importante, pois permitiu uma investigação mais localizada e contextualizada das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que regem a atuação das milícias.

Por fim, discutiremos a fase atual das milícias, a "fase 3.0", caracterizada pelo aumento da participação de civis não associados às forças de segurança e pela proliferação de novos líderes e acordos com as facções do tráfico de drogas. Esta fase marca uma nova etapa no desenvolvimento das milícias, onde os grupos se distanciam das corporações de segurança pública e adotam práticas mais diversificadas e adaptadas aos contextos locais e também pelo surgimento de novos líderes de regimes milicianos, como o "Bonde do Ecko", "Bonde do Zinho", "Tropa do Tanderá" e outros.. Com isso, nosso objetivo é compreender como essa evolução do fenômeno miliciano molda o cotidiano das comunidades sob seu controle e afeta a percepção dos moradores em relação à segurança e à presença do Estado.

1.1 Fase 1.0 (“as gênesis”)

Para abordar sobre o fenômeno das milícias, é essencial buscarmos conhecer a sua possível origem. Como apontam Brama (2019) e Fonseca (2023), existem três possíveis vertentes sobre a origem das milícias como veremos abaixo. Colocamos como primeira hipótese a apresentada por Alves (2008, 2020) que remonta as milícias como evolução de práticas criminais na Baixada Fluminense num período que antecede a ditadura os “porões da ditadura”. Duas outras interpretações têm como ponto de partida a zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, a “Polícia Mineira” em Rio das Pedras e a “Liga da Justiça” em Campo Grande.

1.1.1 Grupos de extermínio – Baixada Fluminense

Sob uma perspectiva que ressalta a história do estado do Rio de Janeiro, profundamente marcada por um passado colonial pautado na escravidão, cujas repercussões ainda são sentidas na estrutura social e política contemporânea Alves, 2008 aponta que as desigualdades socioespaciais evidentes nas favelas e áreas periféricas da metrópole, onde a segregação e a estigmatização são visíveis e arraigadas, as milícias, tais como conhecemos hoje, são apenas um reflexo a persistência de práticas criminais e estruturas de poder que remontam a períodos históricos anteriores, demonstrando uma continuidade preocupante dos mecanismos de exclusão e marginalização (Alves, 2008).

No período de crise e declínio econômico vivenciado pelo estado nas décadas de 1950 e 1960, os ciclos econômicos pautados na exportação de cana-de-açúcar, ouro e café

tiveram um papel fundamental na consolidação da hegemonia de senhores de engenho, grandes proprietários de terras e comerciantes em território fluminense. No entanto com a transferência da capital para Brasília em 1960 dá-se o início de um período de retração socioeconômica, particularmente sentido na Baixada Fluminense. Esta região, já fragilizada, sofreu ainda mais com o golpe militar de 1964, que inaugurou um regime autoritário marcado por violações de direitos humanos, como prisões, torturas e assassinatos de opositores políticos. (ALVES, 1999)

Nesse contexto de autoritarismo e violência estatal, a Baixada Fluminense se tornou palco para a atuação dos chamados "grupos de extermínio", compostos frequentemente por ex-policiais, financiados por comerciantes e empresários locais. Com o apoio de setores da política, esses grupos promoviam uma proteção local, eliminando aqueles marcados como criminosos. Entre as organizações que ganham destaque nessa época, a "Escudaria Le Coq", um dos muitos esquadrões da morte no uso ilegítimo da força tutelada pelo estado.

Fonseca (2023) destaca que, embora não tenha havido inicialmente a exploração comercial do território por grupos de matadores na Baixada Fluminense, foi precisamente nessa região que se evidenciou a facilidade com que a violência ilegal penetrou nas estruturas do Estado e também, aqui ousamos dizer, no pensamento social, através das inúmeras manchetes de perseguição a criminosos noticiadas nos jornais e rádios da época que dramatizavam a trama e enalteciam as ações criminosas desses grupos sob o ideal de uma justiça paralela mas nunca apresentada como ilegal. (Manso 2019). Esse fenômeno resulta de uma combinação de fatores, incluindo a urbanização acelerada, a atratividade política da alta concentração populacional e eleitoral, a desestruturação social decorrente da ditadura militar, assim como a tutela e a influência crescente de figuras ligadas à criminalidade no cenário político.

Figuras como Tenório Cavalcanti emergiram nesse cenário tumultuado, utilizando a violência como ferramenta para consolidar seu poder político. Cavalcanti, notório por sua postura intimidadora e pelo porte de uma metralhadora em sessões parlamentares, angariava suporte e notoriedade através do medo e da coerção. A criação de esquadrões da morte e a atuação de figuras como Cavalcanti não foram eventos isolados, mas sim indicativos de uma tendência mais ampla de criminalidade entranhada na segurança pública e na política.

Alves (2008) sugere que as milícias de hoje podem ser vistas como frutos de uma lógica que advém dos resquícios dos tempos dos barões e senhores de escravos, passando

pelo cooptação política dos grupos de extermínio, o que, após a ditadura militar, permitiu que assassinos ascenderem ao poder, ocupando cargos nas casas legislativas e no executivo.

Nessa teoria sobre a origem das milícias podemos observar que a relação desses grupos com o estado, é um legado direto dessa época, a evolução de práticas criminais onde grupos formados por ex-policiais, empresários e civis com o objetivo de combater a criminalidade e impor uma ordem social nas áreas afetadas começam na década de 1960, não apenas perpetuando uma lógica de justiça própria, mas também marcando o início da simbiose desses grupos criminosos no aparato estatal.

1.1.2 Liga da Justiça – Campo Grande

Uma outra análise sobre as raízes das milícias surge a partir das revelações da CPI das Milícias, onde diversos milicianos foram expostos como parte do grupo operante em Campo Grande e outras localidades da zona oeste, como Santa Cruz, Cosmos, Paciência e Guaratiba. Apesar da escassez de informações detalhadas sobre a Liga da Justiça em análises acadêmicas, segundo Motta (2023), durante o período que vai do começo até meados dos anos 2000, a área central de Campo Grande estava sob o controle de moradores com alguma ligação com as forças de segurança pública encarregados de manter a ordem local. Contudo, o surgimento inicial das associações entre agentes e ex-agentes da segurança pública com civis foi, em grande medida, impulsionado pela necessidade de combater a criminalidade e o tráfico de drogas nessas áreas. A Liga da Justiça, fazendo uma alusão aos super-heróis dos quadrinhos, ganhou notoriedade como o mais proeminente regime miliciano, inicialmente associado ao combate à criminalidade.

De acordo com Motta (2023), no caso da Liga da Justiça, a segurança era o principal foco desses grupos policiais. No entanto, essa situação também criava oportunidades para atividades econômicas, resultando em rivalidades internas e conflitos violentos. Ou seja, uma organização rudimentar composta principalmente por policiais e ex-policiais, com pouca capacidade de envolvimento político (seja comunitário ou institucional), focada na manutenção da ordem e na exploração de taxas de segurança. A partir desse controle territorial o grupo ganha destaque nessa área de Campo Grande, liderado pelos irmãos e policiais civis Jerominho e Natalino Guimarães. Eles foram responsáveis por estruturar o funcionamento da Liga da Justiça, unindo os policiais dispersos e integrando aspectos da política institucional, segurança e diversificação econômica da Liga da Justiça

e se solidifica em Campo Grande enquanto um grupo miliciano, mesmo que ainda não sendo reconhecido assim à época. Em uma entrevista ao jornal El País¹, sobre a origem das milícias na Zona Oeste Jerominho diz que:

"Com a chegada do tráfico aqui na zona oeste, lá por 1996, houve uma violência tremenda. E nas comunidades carentes daqui moram vários policiais e agentes penitenciários. A população com medo e os policiais das comunidades se uniram e criaram [as milícias]. Expulsaram os vagabundos do local para ter condições de sobreviver. Isso que se chamava de milícia antigamente. Surgiu como defesa dos próprios moradores por falta de poder público. Já os grupos atuais "se aliam com traficantes e extorquem morador e comerciantes". (El País, 2019, online)

Jerominho, ex-policial e ex-vereador, foi um dos nomes proeminentes associados à organização e foi indiciado na CPI das Milícias. Ele foi apontado como um dos fundadores da Liga da Justiça. A Liga, apontada como um dos embriões das milícias não era conhecida por extorquir diretamente moradores e comerciantes, mas por controlar o setor de transporte alternativo e agrupar agentes do estado armados que, fora de serviço, reprimiam o tráfico, roubos e furtos na zona oeste da cidade. Esse grupo, no entanto, viria a se tornar o maior grupo miliciano no estado do Rio a partir dos anos 2000, quando passou a ganhar destaque com a expansão lucrativa do transporte alternativo. Antes dessa fase, a região já era conhecida pela presença de seguranças privados, operações de caça-níqueis e outras atividades ilegais. O significativo lucro gerado pelo transporte alternativo, ilegal e isento de impostos, incentivou a organização da Liga da Justiça. No entanto, a grande quantidade de dinheiro em jogo acabou provocando conflitos internos, uma consequência natural quando interesses financeiros substanciais estão em disputa entre criminosos.

1.1.3 Polícia Mineira – Rio das Pedras

A terceira interpretação sobre a origem das milícias sugere uma evolução advinda da "Polícia mineira," que era uma forma de ordenamento social que ficou conhecida pelo seu modo de atuação na comunidade de Rio das Pedras, na Barra da Tijuca a partir dos anos 90. Similar aos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, vivenciado pelo próprio autor, como veremos no capítulo 2, o grupo operava sobre a ideologia de segurança, que impedia a entrada de traficantes de drogas, trazendo para a comunidade a reputação de uma favela livre de drogas. A Polícia mineira, ficara marcada nos anos 90, no entanto,

¹ https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/05/politica/1557066247_273526.html (acessado em dezembro de 2022)

por uma característica que difere dos Grupos de extermínio e da Liga da Justiça, por conta de seu domínio territorial delimitado à uma comunidade específica e à sua presença parasitária na associação dos moradores, além de sua expansão nas atividades criminais, como a comercialização bens e serviços e até mesmo casas de show como o Castelo das Pedras.

Até o final dos anos 90, o grupo passou de uma forma de controle centrada em justiça, principalmente visando traficantes de drogas e o uso de drogas ilegais dentro da comunidade, para um exercício mais arbitrário e violento do poder, com cobranças e um ordenamento que passou a desagradar parte dos comerciantes passando a gerar um mal estar gradual entre os moradores da comunidade. Essa transição gerou uma sensação elevada de insegurança devido à imprevisibilidade do código de conduta a ser respeitado pelos moradores, resultando em diversas mortes e várias formas de violência (Brama, 2019; Burgos, 2002; Zaluar e Conceição, 2007; Cano e Duarte, 2012).

Marcelo Burgos analisa a situação única da favela Rio das Pedras entre 2000 e 2002, destacando sua ausência de tráfico e sugerindo uma nova forma de organização comunitária que se diferenciava tanto da visão culturalmente determinada por suas raízes nordestinas quanto da associação com grupos de extermínio apoiados por comerciantes e empresários. Rio das Pedras representava um modelo de organização local que combinava vida associativa a um controle coercitivo, oferecendo proteção contra o tráfico enquanto impunha um regime potencialmente totalitário.

Esse arranjo levou à popularização do modelo da implementado na comunidade, que eventualmente foi identificado como um precursor das milícias. Burgos (2008) usa o caso de Rio das Pedras para discutir como as milícias refletem a segregação urbana e a incapacidade do Estado e da sociedade civil em integrar as favelas à cidade de maneira democrática, indo além da corrupção policial e abordando a questão da segurança pública como parte de um debate maior sobre o acesso à cidade.

A partir do exemplo da forma operacional criminosa desse grupo composto majoritariamente de agentes de segurança pública e indivíduos associados a estes, o modelo de atuação da polícia mineira viria a se expandir a partir dos anos 2000 no eixo de favelas da Costa Oeste da cidade do Rio de Janeiro, nas comunidades presentes nos bairro da Barra da Tijuca (nas comunidades de Rio das Pedras, Tijuquinha, Muzema) em Jacarepaguá (nas comunidades da Gardênia e Gardênia Azul), no Recreio dos Bandeirantes (na comunidade do Terreirão e do Beira-rio), em Vargem Grande (nas comunidades do Pombo-sem-asa e no Beira-Rio). Esses movimentos criminais, no entanto, nunca

estiveram desassociados de um viés econômico e político pois, no final dos anos 90, com a solidificação da Polícia Mineira em Rio das Pedras, ficou se evidente que além das possibilidades de ganhos financeiros privados advindos da extorsão direta de dentro comunidade, esses territórios dominados contavam com alta densidade populacional e em constante crescimento, foram visados como um curral eleitoral fértil a candidatos políticos.

1.2 Fase 2.0 A evolução das milícias

A virada do milênio marca uma nova fase para as milícias no Rio de Janeiro, caracterizada por uma evolução significativa em suas operações e expansão de domínio. Esse período marcou um significativo aumento no controle das milícias sobre áreas de favelas e comunidades, principalmente na Baixada Fluminense. Assim também, esse período fica marcado por sua penetração na política local da Zona Oeste da cidade e na Baixada, com cobrança de serviços de “segurança” e na venda de serviços e produtos ilegais. A atuação desses grupos, não muitas vezes discreta, se dera durante o começo da primeira década em forte colaboração com as corporações de segurança estaduais, tornando sua influência e expansão quase incontestáveis.

Para entendermos a desenvoltura do fenômeno das milícias, se faz crucial olharmos para a história social brasileira, marcada pelo coronelismo, cujos resquícios ainda influenciam a sociedade nos dias de hoje, através de uma ideologia pautada no domínio do outro, através de uma relação opressor e oprimido (Freire, 1987). Tal retrospectiva ajuda a decifrar a simbiose entre milícias e Estado. Enquanto pesquisadores como Santos, Zualar, Conceição (2017), e Brama (2019) sugerem que as milícias se originaram do conceito de “polícia mineira” em Rio das Pedras, como um modelo territorializado, Alves (2020) e Fonseca (2023) apontam para a evolução dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, destacando suas ligações com o Estado. Motta (2022) embora não aponte que a origem das milícias se dera em Campo Grande através da Liga da Justiça, aponta como a organização dessa localidade consolidou práticas e formas de extorsão através da legitimidade de atuação desses grupos através de uma tangível sensação de segurança, percebida pelos próprios moradores.

A fase 2.0 que aqui apontamos, começa a partir dos anos 2000, onde essa dinâmica criminal passa a contar com uma maior organização do grupo e assim como alianças que visavam garantir seus “espaços” de atuação. Embora sabendo que não podemos definir

sua exata origem, como vimos acima, as milícias são um fenômeno que surgem fundamentalmente de dentro das instituições do estado e pouca relação tinham com as comunidades que controlavam. A principal diferença das milícias em relação aos grupos de extermínio reside no controle territorial e na diversificação de atividades comerciais ilegais.

Com o controle exercido sobre o território e a participação em atividades comerciais que vão além da prestação do serviço de segurança, como a cobrança indevida de taxas das cooperativas de transporte alternativo, a venda com preços inflacionados de botijões de gás, a comercialização ilegal de sinal de TV a cabo, a imposição de pedágios e o mercado imobiliário, as milícias passam a acumular cada vez mais um capital criminal e econômico que pela legitimação sob o combate ao tráfico, garantindo seu crescimento.

Conforme as milícias expandiam seu controle, encontraram resistência em áreas dominadas pelo tráfico de drogas. Essa diferença de contexto social e a falta de conexão com as comunidades sob seu controle destacam a natureza distinta das milícias durante essa fase. A expansão das milícias, impulsionada pela promessa de proteção contra as facções do tráfico, revela uma complexidade na dinâmica do poder e controle territorial no Rio de Janeiro, que contava com o envolvimento de diversos políticos que tratavam do tema das milícias como um “mal menor” e até mesmo num tom positivo.

Embora sabendo que não podemos definir sua exata origem, como vimos acima, as milícias são um fenômeno que surge fundamentalmente de dentro das instituições do estado e pouca relação tinham com as comunidades que controlavam. Portanto, as milícias do século XXI emergem como entidades complexas, evoluindo a partir de um capital criminal advindo dos grupos de extermínio e se adaptando para se tornarem gestores de um negócio criminoso que entrelaça exploração comercial e influência política, refletindo uma transformação profunda no cenário de segurança pública e política do Rio de Janeiro (Fonseca, 2023). Podemos dizer que as “milícias” surgem quase que simultaneamente a partir de diferentes pontos no Estado do Rio, de forma não coesa mas como um fenômeno singular, passando a ser reconhecida pela sociedade de maneira mais ampla pelo seu *modus operandi* pautado na extorsão.

Diante desse contexto, o domínio territorial estabelecido de forma militarizada talvez seja o aspecto mais significativo do fenômeno das milícias na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, o que é ainda mais preocupante, os milicianos, a partir dos anos 2000, passam a ocupar espaços cada vez maiores nos poderes Legislativo e Executivo, construindo redes dentro do próprio poder público e até mesmo no Judiciário. Essa modalidade

criminal fora então ganhando força, formando redes de conexão entre diferentes atores, como os do setor de segurança, do jogo do bicho, do comércio e da política local, demonstrando que a força das milícias está menos nos indivíduos e mais nas redes que mantêm e expandem seu controle.

Pudemos ver na primeira década do ano citado, diversos políticos defendendo ou enaltecendo as milícias, porém, a terminologia “milícias”, passa a ser de fato utilizada e reconhecida de forma negativa quando em 2008 uma repórter, um fotógrafo e o motorista de um jornal, disfarçados de novos moradores, se infiltram na favela do Batan em Realengo, uma favela controlada pelas milícias, são descobertos e torturados, o que acabou por dar enorme visibilidade a essa relativamente “nova” modalidade criminal, ficando então conhecidas e estigmatizadas sob o pseudônimo de “milícias” ou “milícia”, enquanto um grupo criminoso. Diante desse fato e da notoriedade do caso, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) que havia arquivado a solicitação para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as atividades das milícias no território fluminense, após a divulgação, em 31 de maio de 2008, da reportagem no "Dia" que expôs a sessão de tortura sofrida pelos jornalistas, os legisladores reconsideraram sua decisão. Dez dias após a veiculação da matéria, a CPI, inicialmente proposta pelo então deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), foi aprovada por aclamação na Alerj. Essa reviravolta ocorreu em virtude da comoção pública gerada pela brutalidade do incidente.

Após a visibilidade ganha com a CPI de 2008, as milícias adotaram uma atuação mais discreta, mas continuaram a expandir seu território e influência. A legalização do crime de constituição de milícia privada em 2012 foi um marco legal, mas teve pouco impacto na contenção de suas atividades. As milícias se adaptaram e se fortaleceram, estabelecendo um domínio ainda mais firme em várias comunidades do Rio, caracterizado por práticas coercitivas e exploração econômica.

Durante sua expansão nos anos 2000, as milícias encontraram resistência em territórios disputados por facções do tráfico de drogas, onde os residentes desconfiam fortemente de qualquer forma de dominação armada e muitos têm práticas sociais que seriam reprovadas pelas milícias, como o uso de entorpecentes e a posse de armas. Essa diferença no contexto social desses locais, juntamente com a falta de conexão dos milicianos com a comunidade que desejam controlar, caracterizaria o fenômeno das milícias durante a fase 2.0, onde o principal discurso que sustentou a expansão das milícias seria a proteção

contra as facções do tráfico de drogas nas comunidades. Nas palavras de Zaluar e Conceição (2007):

Enquanto os traficantes estão divididos em comandos inimigos que fazem guerra entre si, os milicianos ainda estão aliados em toda a cidade, no que há vários anos é chamado popularmente de Comando Azul. Enquanto os traficantes sofrem os efeitos de confrontos armados constantes com a Polícia Militar, os milicianos contam com pelo menos a conivência ou indiferença dos chefes das corporações, que só os atacam quando há ordens superiores. (2007, pág 98)

As pesquisas realizadas durante a primeira década dos anos 2000, revelam que apesar das similaridades em sua composição e na forma como lucram com o território sob seu domínio, existem diversas discrepâncias na maneira como esses grupos operam. Enquanto alguns não permitem eventos de bailes funk, outros os incentivam. Há aqueles que realizam patrulhas sem exibir armas, enquanto em outros casos, os membros portam e até mesmo utilizam vestimentas especiais, embora sempre mantenham o monopólio do uso de armas. Alguns grupos apresentam comportamentos mais previsíveis, onde é possível antecipar as atitudes de seus membros, enquanto outros agem de forma arbitrária. (Zaluar, Conceição, 2007)

Podemos apontar que a partir de 2008 com a exposição da CPI, as milícias passam de fato a serem conhecidas pela sociedade como um grupo criminoso, composto por agentes do estado (principalmente os de segurança pública) e civis. Sendo assim, partir da CPI, as milícias passam a atuar de uma forma mais discreta durante quase toda uma década, no entanto sua expansão territorial, econômica e política não seria freada pelas instituições por mais quatro anos. Em vistas de seu processo de expansão, apenas em 2012 que no Código Penal, as milícias passam a serem definidas de forma legal. Com uma alteração no decreto Lei n. 2848, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff passa a vigorar o artigo 228-A, o crime de *Constituição de milícia privada*. No entanto, essa medida pouco impactaria como contenção dos crimes das milícias no estado do Rio de Janeiro, pelo contrário, as milícias passam por uma transformação na sua forma de composição e atuação.

Já sob controle de diversos territórios espalhados pela cidade e pelo estado do Rio, a partir de 2010, as milícias conseguem expandir seu domínio por diversos territórios altamente povoados no Rio de Janeiro. Nas comunidades de bairros como: Praça Seca, Gardênia, Gardênia Azul, Rio das Pedras, Guaratiba, Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca, Joatinga e etc. as milícias já atuavam antes de 2010, mas a partir de então se

solidificam como um poder ordenador daqueles territórios, agindo de forma interligada a agentes das corporações policiais e, em conjunto, aumentando seus lucros privados.

A governança desses regimes, no entanto, passa a ser caracterizada pelas suas práticas cada vez mais coercitivas e pelas diversidades na forma de extorsão em suas áreas de controle, sempre contando com a participação ativa de agentes do estado, que passam a adotar um perfil mais discreto e passam a recrutar civis das populações locais de seus domínios como escudo para os seus crimes. Caracterizando um domínio parasitário e que depende do dinamismo econômico das comunidades onde ocupam e de seus moradores. A população dessas localidades passa a se ver sob julgo das milícias sem a possibilidade de recorrer aos agentes de segurança do estado, pois esses, são também as milícias.

Os civis milicianos, no entanto, passam a obter seu protagonismo em algumas comunidades, os chamados “*Pés-inchados*” como Ecko. No entanto, não podemos constatar se o aumento de civis ligados às milícias foi uma estratégia planejada por parte dos milicianos, mas o resultado de uma estrutura de rede de atores complexa que se transforma rapidamente nas diversas camadas da sociedade. Esse advento, no entanto, deu margem para como a sociedade passaria a enxergar as milícias não mais pelo discurso de legitimação sob a ideia de proteção aos habitantes, os protegendo do domínio das facções do tráfico de drogas mas principalmente, dele próprio. (Cano e Ioot). Portanto, é possível afirmar que as milícias emergiram como uma evolução do acúmulo de capital ilícito oriundo dos grupos de extermínio, estimulados durante a ditadura militar. Elas se transformaram, expandindo suas operações para além da intermediação, assumindo o controle de territórios e gerenciando suas próprias atividades comerciais e políticas como verdadeiros administradores de empreendimentos criminosos (Fonseca, 2023).

1.3 Fase 3.0 Uma nova configuração

Levando em conta as definições previamente discutidas sobre as milícias e todo o contexto de criminalidade que envolve suas ações, torna-se evidente que as milícias não podem ser analisadas como um grupo homogêneo, centralizado e coeso. Como sugerido por Alves (2012), é mais apropriado entendê-las como práticas de governança que mesclam esferas privadas e públicas, muitas vezes institucionalizadas em redes complexas de

poder. Essa perspectiva permite compreender as dinâmicas internas e as múltiplas formas de atuação das milícias no Rio de Janeiro.

As observações realizadas durante o trabalho de campo na comunidade Azul Vermelho, na cidade do Rio de Janeiro, fornecem a base para este capítulo. Um dos pontos centrais da investigação é a forma como a morte de um dos líderes milicianos mais importantes do Rio de Janeiro, conhecido como Ecko, transformou as relações de poder, controle territorial e práticas de extorsão dentro dessa comunidade. A partir desse ponto de inflexão, foi possível observar como os novos líderes que surgiram após sua morte ajustaram as estratégias de dominação, o que permite explorar essas mudanças de forma detalhada e evitar ampliar a análise para questões mais gerais

Vimos utilizando aqui nesta pesquisa a palavra “regime” para caracterizar os diversos grupos que compõem o que chamamos de milícia, em suas alianças e disputas. Os diferentes regimes de milícias no Rio a partir da segunda metade de 2010, passam a operar em diferentes polos de “mineração”, sob a tutela do aparelho público, das corporações de segurança, do poder judiciário, do poder parlamentar, logo, a conquista de territórios marginalizados, onde exista uma dinâmica do capital econômico informal, abriram mais ainda a possibilidade de novas formas de "mineração", ou seja, lugares populosos onde exista a possibilidade de lucro, e capital político alvos de principal interesse de atores criminosos interligados com as milícias.

Nessa trajetória, que conta hoje com sua enorme expansão de áreas dominadas, poder econômico e político, as milícias estão subdivididas em vários regimes, multiplicados em áreas marginalizadas com alta densidade populacional, espalhados pelo território do Estado, o que não só garante a base econômica que sustenta seu poderio, mas faz das regiões dominadas, um curral eleitoral de extremo interesse para políticos garantirem votos na relação com esses grupos criminosos. (Alves, 2008; Brama, 2019; Hirata, Grillo e Lyra 2022; Fonseca, 2023). Essa expansão e infiltração das milícias no cenário político demonstra que a “simbiose” (Lessing, 2020) “estado-milícia”, implica numa conjuntura complexa que vem remodelando práticas estatais e também práticas criminais.

O trabalho de campo no Azul Vermelho revelou que, embora muitos moradores inicialmente acreditassem que a milícia local fosse uma força de proteção contra o tráfico de drogas, esse papel rapidamente se transformou em um sistema de extorsão econômica, especialmente após a morte de Ecko. Foi nesse momento que se intensificou a cobrança de taxas para a oferta de "segurança", e a milícia passou a monopolizar a venda de serviços essenciais como gás e TV a cabo. Esse processo revela que, enquanto o discurso

inicial de proteção é usado para justificar sua presença, a milícia transforma-se em uma força exploradora.

Essa dinâmica pode ser entendida à luz das distinções entre proteção e extorsão propostas por Diego Gambetta (1993). Gambetta sugere que, com o tempo, as práticas de proteção podem se transformar em mecanismos coercitivos, à medida que a organização aprofunda seu controle sobre o território e a economia local. No Azul Vermelho, os dados etnográficos mostram que essa transição já estava em andamento quando a pesquisa de campo foi realizada, com as práticas extorsivas afetando severamente o comércio local e a vida cotidiana dos moradores.

Segundo o Estudo Fogo Cruzado, GENI-UFF, NEV-USP, Pista News de 2020, 25% dos bairros do Estado do Rio de Janeiro são controlados pelas milícias, totalizando mais de 2 milhões de pessoas. Comparada a outras facções criminosas, hoje as milícias estão presentes numa área que representa mais do que 57,5% da superfície territorial da cidade. Para compreender as razões dessa expansão territorial das milícias nos últimos anos, o estudo aponta para as vantagens políticas que essa organização criminosa recebe quando comparada a outros grupos criminosos. Como exemplo: a quantidade de operações policiais coordenadas pelo estado em áreas de controle miliciano é muito menor do que a quantidade de operações realizada em áreas de disputa e em áreas dominada pelas facções do tráfico de drogas.

O estudo também constata que as operações policiais nas faveladas dominadas pelas facções do tráfico de drogas foram concentradas, principalmente, nas comunidades dominadas pelo Comando Vermelho, por não se associarem às milícias no começo deste estudo pela sua ideologia pautada no confronto. No entanto, esse cenário mudou juntamente com os novos acordos protagonizados entre as milícias e o tráfico de drogas como veremos no capítulo 2.

Também ficou evidenciado que, as milícias, em associação com o Terceiro Comando Puro (outra facção do tráfico de drogas) conhecida como aliança 5.3 (Hirata, Grillo e Lyra, 2022), aumentam a complexidade do fenômeno e a forma como o estado intervém nessas regiões, como no “Complexo de Israel”, área de constante disputa que abarca os bairros de Vigário Geral, Parada de Lucas e Cidade Alta dominados pelo TCP e com os milicianos do Quitungo em Brás de Pina que em 2020 perderam território para o CV. Conhecida por O estudo demonstrou “fortes indícios de que operações policiais têm sido utilizadas para favorecer as milícias e o TCP em detrimento do CV” e que “o favorecimento das milícias pode ser explicado pela conhecida e ativa participação de agentes

públicos (policiais civis e militares, parlamentares etc.) nesses grupos criminais armados” (GENI, 2022).

Logo, o que denominamos por “milícias” no contexto do Rio de Janeiro, é um grupo heterogêneo, e vem sendo assim desde suas “origens com os “Grupos de extermínio”, Esquadrão da Morte”, “A Liga da Justiça”, ou “Policia mineira” como discorreremos acima. Hoje, essas associações (as que vêm a conhecimento público) como o “Bonde do Zinho” a “Tropa do Tanderá”, “Tropa do Tubarão”, a “Turma do Orlando” compõem, junto de outros ajuntamentos milicianos, as quais nem mesmo tomamos conta pela descrição de seus agentes, uma heterogeneidade criminosa que se lança e emaranha-se em associações com agentes do estado, com as facções do tráfico, disputando por ganhos territoriais. Quanto mais territórios sob seu controle, maior são as possibilidades de ganhos econômicos e políticos, vide que tendem a exercer poder e influência política aonde dominam.

Na pesquisa de campo, pude escutar diversos nomes de diferentes denominações milicianas sempre começando por “Bonde do” Tropa do” e “Turma do”, o que revela a existência de diferentes comandos ou sub-comandos, uma variedade de nomes que nos faz apostar numa estrutura de poder com subdivisões hierárquicas que se comungam e partem do estado de forma não coesa. Logo, a expansão dessa rede criminal, significa aumento de ganhos econômicos e, não menos, políticos. No entanto, diferentemente das facções do tráfico de drogas, os regimes milicianos, contam com muitos de seus agentes infiltrados no estado, o que facilita as negociações que possibilitam a sua expansão. Logo, não podemos discorrer sobre as milícias sem considerar a sua dependência estatal para a sua funcionalidade e manutenção.

No caso das milícias, o componente territorial e a infiltração no estado foram imprescindíveis para a sua expansão, pois está ligado à marginalização social e à separação espacial que acarretam em padrões de vida e maneiras de socialização nas quais a possibilidade de violência está sempre presente (Silva, 2004). Essa exclusão social e segregação espacial, no entanto, não significam uma ausência estatal, mas o contrário, permite uma dinâmica que propicia a manutenção dessa guerra entre grupos criminosos, não estando “presente”, o estado acaba por “deixar” ganhar aquele que tiver a melhor estratégia, e, geralmente, os grupos que se beneficiam, são aqueles que estão mais associados com o estado, com agentes públicos do estado.

Políticas públicas que fomentem, seja negligenciando, facilitando ou privilegiando a atuação de organizações criminosas em determinadas localidades, acabam por favorecer a inserção desses mesmos atores criminais na infiltração em órgãos do estado,

e ocorreram viabilizando a dinâmica que envolve as milícias. Como exemplo podemos citar as UPPs (Programa de Unidade de Polícia Pacificadora) criadas durante o governo Sérgio Cabral no ano de 2008 que, na visão de especialistas do tema (Fonseca, 2023; Cano, Borges e Ribeiro; Da Motta 2020; Duarte; Hoff e Blanco), ajudaram na formação de novos grupos milicianos nas áreas ocupadas.

Esses grupos armados ao longo do tempo vêm modificando seu comportamento, como podemos ver. As milícias durante os primeiros anos da primeira década de 2000, como podemos ver na maioria dos trabalhos acadêmicos que tratam sobre o fenômeno, eram caracterizadas pelo fato de sua composição majoritária de policiais militares, bombeiros, guardas municipais e outros agentes de segurança pública, com lideranças ligadas ao corporativismo militar.

No entanto, agora conta com uma maior composição de civis, caracterizando ao que chamo de fase 3.0. Isso pode ser a razão das mudanças recentes que vêm ocorrendo nas áreas dominadas por milícias, carregando interesses desvinculados da estrutura de segurança pública. Esse fato acaba dando uma certa margem de atuação diferenciada, sem compromisso com a estrutura da corporação e da estrutura policial, se descolando e fazendo outros acordos com outros grupos armados, passando assim, a ter mais autonomia de composição. Não menos, com essa transformação na forma de atuação das milícias, há uma transformação na forma como o estado atua em relação à essa forma de poder criminal. Contudo, isso abre margem para duas hipóteses plausíveis. Uma é que as milícias hoje são regidas principalmente por civis sem ligações com as corporações de segurança do estado ou que esses civis milicianos estão sendo “utilizados” como peças para que os milicianos ligados ao estado se mantenham no anonimato.

Abandonou-se o discurso de legitimação das milícias e elas passaram a viver nas sombras, em contraste à ostentação do período anterior, como reflexo da repressão. No lugar da brutalidade dos homicídios, a tática do desaparecimento de corpos passa a ser utilizada. A participação de agentes públicos se mantém essencial ao funcionamento miliciano, mas sem exposição pública dessa condição. Outra conclusão aponta que, como há agentes do Estado envolvidos, há desinteresse no confronto armado com esses grupos, o que se difere da repressão ao tráfico de drogas, destacando-se o maior recrutamento de civis nas funções subalternas, como forma de proteção dos agentes do Estado envolvidos, com o controle do território menos ostensivo e atuando a partir de uma intervenção reativa, quando provocada pelos moradores, o que aproxima a milícia do modelo dos grupos de extermínio. (FONSECA, 2013, pág. 51 e 52)

Desde 2021, os regimes milicianos têm coexistido em uma dinâmica de disputa interna constante por expansão e domínio territorial. Esses regimes não apresentam uma

liderança centralizada que os coordene como um todo, mas, sim, estruturas locais com lideranças específicas que assumem o papel de distribuir funções e gerir suas operações. Essas lideranças integram redes complexas, que incluem conexões diretas com agentes do estado e políticos locais, possibilitando a negociação de acordos e a expansão das atividades milicianas em diversas áreas do Estado.

Um estudo seminal de Beato e Couto (2014), baseado na análise de redes dos indicados na CPI das Milícias de 2008, destaca que os atores mais influentes nessas redes — aqueles com maior centralidade — eram, em geral, figuras que ocupavam cargos políticos. Esse estudo revela que o poder nas dinâmicas criminais das milícias frequentemente está atrelado à esfera política, reforçando a hipótese de que as conexões institucionais são determinantes para a atuação e expansão desses grupos.

No cenário político, a associação com as milícias foi por um longo período de tempo vista, para alguns políticos, como um caminho estratégico para garantir votos nas áreas controladas por esses grupos. A expansão das milícias na Zona Oeste do Rio de Janeiro, especialmente nos últimos anos, reflete esse fenômeno. Essa expansão teria sido intensificada por discursos políticos alinhados a uma retórica de combate à violência pela violência e à flexibilização do controle sobre armas, como observado durante o governo de Jair Bolsonaro a partir de 2018. Esse contexto promoveu o que podemos chamar de "ideal miliciano" ou "milicianismo", um conceito que encapsula a legitimação simbólica e prática das ações milicianas.

Contudo, é importante contextualizar que a expansão e consolidação do domínio miliciano não são problemas recentes. A ideia de que as milícias representam um "mal necessário", um "mito da pacificação" (Werneck), remonta a uma narrativa política que frequentemente busca justificar ou minimizar as ações criminosas desses grupos. Políticos de alta visibilidade, como César Maia e Eduardo Paes, utilizaram expressões como "ligas de autodefesa comunitária" e "polícia mineira" para descrever as milícias de forma positiva em 2006. Essa narrativa foi ampliada pelo clã Bolsonaro, cuja retórica bélica dentro das corporações de segurança pública legitimou simbolicamente as milícias, como bem analisa Bruno Paes Manso em "A República das Milícias: Dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro":

"Em suas trajetórias políticas, Jair e seus filhos eleitos se dedicaram a defender grupos que compartilhavam com eles esses sentimentos de violência e outros ressentimentos e revoltas. A defesa criminosa dos paramilitares e da ação imoral das polícias, presente em toda a carreira

parlamentar do clã Bolsonaro, foi menosprezada por grande parte dos eleitores, como se não passassem de falas tresloucadas, sem consequência. Mesmo diante de várias manifestações de apologia ao crime, seus colegas parlamentares evitavam puni-los, permitindo impropérios cada vez mais radicais.” (Manso, 2020, Kindle n.p.).

A operação “Dia dos Namorados”, coordenada pela Subsecretaria de Planejamento Operacional do Estado e que resultou na morte de Ecko, representou um marco significativo. Esse evento abriu um vácuo de poder que, longe de enfraquecer as milícias, intensificou disputas internas e entre facções. Esse vácuo gerou dinâmicas sociais inéditas nas áreas anteriormente estabilizadas sob o domínio de Ecko. A nomeação de Helen Patricia Guinâncio Guimarães, filha do ex-vereador Jerominho, para um cargo de confiança no governo de Cláudio Castro seis meses após a morte de Ecko, exemplifica como a relação entre política e milícias se mantém ativa, mesmo diante de operações que deveriam enfraquecê-las. Essa relação, que frequentemente envolve a ocupação de cargos políticos ou administrativos estratégicos por pessoas ligadas a lideranças milicianas, evidencia um entrelaçamento entre poder político e organizações criminosas que desafia o Estado de Direito.

Adriano Magalhães da Nóbrega, ex-capitão do BOPE e apontado como líder do “Escritório do Crime”, uma milícia envolvida em execuções e extorsões, é outro exemplo emblemático dessa relação. Durante o período em que foi homenageado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) pelo então deputado estadual Flávio Bolsonaro, sua mãe e irmã foram nomeadas para cargos no gabinete do parlamentar. Esse fato ilustra como figuras diretamente associadas a lideranças milicianas conseguem acessar e ocupar posições privilegiadas dentro do sistema político, fortalecendo ainda mais os vínculos entre milícias e o Estado.

A Fase 3.0 das milícias se caracteriza por disputas mais violentas em todo o estado do Rio de Janeiro, com aumento de assassinatos e reconfigurações em acordos com diferentes facções do tráfico de drogas, desafiando a lógica do “Mito da Pacificação” (Werneck, 2015). O emblemático caso do assassinato dos médicos na Barra da Tijuca em 2023, confundidos com milicianos, ilustra essa escalada de violência e os desafios de diferenciação entre grupos armados.

Nesse novo contexto, as milícias passaram a ser compostas majoritariamente por civis, com menor presença de agentes de segurança pública. Esses agentes, agora atuando de forma mais discreta, continuam conectados às estruturas do estado, mas delegam

funções a civis para se manterem no anonimato. Essa mudança possibilita que as milícias diversifiquem suas operações, incluindo acordos lucrativos com o tráfico de drogas, e expandam suas atividades para setores diversos, como a extorsão de comerciantes, venda de serviços essenciais (água, gás, internet), transporte ilegal, extração de recursos naturais, e até o controle de aterros sanitários.

Portanto, as milícias da Fase 3.0 não podem ser definidas apenas como associações criminosas locais. Elas representam um entrelaçamento profundo entre crime organizado e estado, sustentado por redes políticas e econômicas que garantem sua expansão territorial e lucratividade. A compreensão desse fenômeno exige uma análise cuidadosa das redes e relações de poder que sustentam sua existência, sem perder de vista o impacto direto sobre as comunidades sob seu domínio.

No Azul Vermelho, essa transição ficou evidente após a morte de Ecko, quando novos líderes civis assumiram posições de comando na milícia local. Esses novos líderes intensificaram as práticas de extorsão, exigindo que comerciantes e moradores pagassem taxas cada vez mais altas por serviços que antes eram fornecidos gratuitamente ou a preços simbólicos.

Essa mudança também reflete um afastamento das milícias de suas conexões originais com as corporações de segurança pública. Em vez de depender de policiais ou ex-policiais para garantir o controle sobre o território, as milícias agora recrutam civis para realizar essas atividades, o que lhes permite operar de maneira menos discreta e eficiente. Isso também facilita a expansão de suas operações para novas áreas, uma vez que a presença de civis torna a atuação da milícia visível e mais fácil de ser respeitada pelos moradores.

No “Mito da pacificação” a milícia é retratada como uma reação local ao controle do tráfico de drogas e, em tempos passados, possivelmente foi vista como uma maneira de autodefesa. Como resultado disso, pode ter sido interpretada como uma forma de “pacificação”, ou seja, uma maneira de administrar a vida cotidiana para afastar traficantes armados (Werneck, 2005).

No entanto, as facções do tráfico de drogas, esse inimigo que “legitimava” a ação das milícias por um grande período de tempo, desde os anos 90 até o início dos anos 2020, são inseridas em definitivo na dinâmica milicianiana, reconfigurando o discurso e ordenamento territorial de muitas comunidades, especialmente pelo aumento expressivo de assassinatos dentro dessas localidades. O discurso de que as áreas controladas pelas milícias

eram melhores do que áreas dominadas pelo tráfico, fizeram e fazem sentido por um bom tempo para muitas pessoas como pudemos observar em campo.

Entendemos que Werneck (2005) aponta o “mito” de pacificação de um ponto de vista que desconsidera a realidade e a percepção dos moradores dessas áreas. Para os moradores de algumas comunidades dominadas por milicianos, como a estudada, e outras nas redondezas, existiu até 2021 um certo ordenamento que, quando comparado ao ordenamento de outras comunidades e favelas no Estado do Rio, eram consideradas pacíficas dentro do quadro de violência urbana das cidades do Estado. Para alguns moradores, a “Nova milícia”, associada ao tráfico, é muito pior que a “Antiga milícia” ligada a corporação policial, sendo visto esta, como aceitável.

Não quero com isso minimizar a ação das milícias, mas considerar que esse discurso surge de um ideal que fez lógica para muitas pessoas no que condiz às suas percepções da realidade, fator que deve ser considerado para compreendermos a razão de fatos sociais que conduzem o pensamento político no Estado do Rio, elegendo muitos políticos alinhados a um discurso bélico de combate à violência. A ideia de um mal menor novamente.

Na comunidade do Azul-Vermelho e nas adjacências, o controle do transporte, o fornecimento de água, gás, internet e luz, que são serviços e produtos de venda legal, são comercializados pelas milícias de forma, obviamente, ilegal. Fato que há muito não é novidade para moradores de regiões periféricas do Rio de Janeiro controladas por grupos milicianos.

No entanto, nesse fenômeno que carrega uma complexidade histórica que vem possivelmente do envolvimento de grupos de extermínio na ditadura militar junto da contra-venção do jogo do bicho, as milícias hoje, devem ser consideradas em toda sua complexidade enquanto um grupo heterogêneo ligado as facções do tráfico de drogas que vêm se reformulando e ganhando força através de disputas e novas formas de expansão de seu poderio econômico e político, dominando grande parte das favelas e comunidades no Rio de Janeiro na atualidade.

Essa enorme expansão territorial de áreas dominadas, não só garante a base econômica que sustenta seu domínio, mas se torna um curral eleitoral de extremo interesse para políticos garantirem votos na relação com esses grupos criminosos. E é justamente por conta dessa expansão e aproximação das milícias no cenário político, que estas se tornaram hoje no Rio de Janeiro, um dos problemas criminais mais nocivos para a população, não apenas por sua letalidade e dano direto, mas pela simbiose com o estado, com o bicho,

e agora com o tráfico, garantindo legitimidade e impunidade por um lado, e fortalecimento econômico e territorial pelo outro.

Temos como objetivo nos próximos capítulos, demonstrar que as relações existentes entre as milícias e o estado, são o ponto chave para se compreender as transformações do que hoje conhecemos por milícias e a lógica que legitimou suas práticas e simbologia na sociedade. Como nos aponta o estudo da GENI (Grupo de estudos dos novos ilegalismos) a partir da análise de uma série de operações policiais em comunidades na cidade do Rio de Janeiro, evidenciou-se que as instituições de segurança pública do estado são pouco atuantes em áreas onde predominam regimes milicianos, enquanto que em áreas sob controle de facções do tráfico de drogas, os órgãos de segurança pública praticam intensas incursões, resultando numa guerra do estado programada contra as facções do tráfico de drogas, o que acaba privilegiando e abrindo espaço para a novos acordos das facções que anteriormente no eram aliadas das organizações milicianas, como o Terceiro Comando e o Comando Vermelho.

Intencionalmente ou não, os resultados do estudo trazem indícios de que, regimes milicianos estariam sendo favorecidos pelo Estado. Como aponta (Hirata Grillo e Lyra, 2022) essa relação ambígua entre milícias e o estado: “parece estar relacionada con la capacidad de estos grupos de multiplicarse, ampliar su influencia y ocupar territorios cada vez más extensos, eligiendo cada vez más representantes de sus intereses para importantes cargos políticos.”

Em nossas pesquisas e vivência de campo pudemos ver que esses favorecimentos trouxeram novos acordos e efeitos para as comunidades em que pesquisamos. O fenômeno se torna ainda mais complexo, como veremos mais à frente pois, alguns regimes milicianos estão agora já fortemente associados às maiores facções do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, tanto ao Terceiro Comando quanto ao Comando Vermelho.

A ideia de que seu discurso legitimador para afastar o domínio do tráfico de drogas durante as fases 1.0 e 2.0, na fase 3.0, mesmo considerando a heterogeneidade das múltiplas milícias, revela que esses acordos estabelecidos entre milicianos e traficantes de drogas, possibilitou nos locais sob domínio de milícias o comércio varejista de drogas, com bocas de fumo, típicas de favelas dominadas por facções criminosas do tráfico, também ocorrem nas favelas dominadas pelas milícias. Já, “...no que se refere à participação de agentes do Estado na composição milicianas, eles continuam presentes, muito embora tenham ampliado e terceirizado suas atuações, como uma espécie de franquias ou pela

contratação de mão de obra, surgindo essas figuras descartáveis do baixo escalão.” (FONSECA, 2023). Pág. 52

Ainda de acordo com o mesmo autor, nas milícias, as posições de liderança são geralmente ocupadas por indivíduos mais velhos, predominantemente homens brancos, com maior nível de escolaridade e renda, muitas vezes devido a conexões passadas ou presentes com o serviço de segurança do Estado. Por outro lado, os traficantes tendem a ser em sua maioria jovens negros, predominantemente do sexo masculino, com baixa escolaridade e provenientes de famílias de baixa renda. Essa dicotomia nos perfis dos membros das milícias e dos traficantes reflete as desigualdades sociais e raciais presentes nas comunidades onde o Estado opera, como veremos mais à frente.

2.0 As milícias a partir de 2021 – milicianos matáveis e “morríveis”.

Neste capítulo, apresento as reflexões geradas a partir da experiência etnográfica em duas comunidades dominadas por regimes milicianos no Rio de Janeiro, com enfoque principal na comunidade Azul Vermelho, destacando como as dinâmicas locais foram reconfiguradas após o assassinato de Ecko, uma figura central para a estrutura de poder regional. A proposta deste capítulo é explorar as intermitências da violência e as transformações nos regimes milicianos em um contexto de transição, analisando como essas mudanças são percebidas, vividas e narradas pelos próprios moradores.

A entrada no campo foi marcada por uma convivência próxima e uma interação constante com os habitantes da comunidade, o que permitiu a coleta de material por meio de entrevistas informais e formais, além da observação participativa. Minha inserção no território, atravessada por barreiras metodológicas e questões de segurança, revelou como as práticas milicianas moldam não apenas a dinâmica econômica e social, mas também os sentidos cotidianos de segurança, medo, adaptação e resistência.

No tópico 2.1, relato minha trajetória de aproximação com o tema das milícias, destacando como a familiaridade prévia com o fenômeno influenciou minha escolha de campo e as estratégias para ingressar em um espaço dominado por esses grupos. Essa narrativa inicial busca contextualizar os desafios e as possibilidades de se pesquisar em um ambiente de controle miliciano.

No tópico 2.2 apresento os aspectos metodológicos que fundamentaram a pesquisa, destacando como um evento que foi em si uma causa direta da negligência estatal — uma enchente — mas que foi crucial para estabelecer relações de confiança com os interlocutores em um contexto de vulnerabilidade coletiva. Essa proximidade gerada em meio ao caos permitiu o surgimento de diálogos que seriam improváveis em situações normais, revelando as nuances de uma etnografia realizada sob condições problemáticas em um ambiente desfavorável para que isso acontecesse.

No tópico 2.3 analiso os dados coletados em campo, trazendo à tona a complexidade das relações entre milícias e o Estado. Com base em observações cotidianas e interações locais, procuro demonstrar como essas duas entidades frequentemente se entrelaçam, ora como antagonistas, ora como aliados tácitos. Essa análise revela as

ambivalências do poder estatal e miliciano, bem como o impacto dessas interações na vida cotidiana dos moradores.

Essas duas comunidades nos foram extremamente importantes para compreender as práticas e ações milicianas ao longo de quase três anos de pesquisa. Dentre diversas possibilidades de caminhos de pesquisa, a observação do cotidiano, as relações pessoais e a vivência do dia-a-dia, foram ocorrendo e aumentando de forma gradual, coordenadas pela minha intenção em compreender melhor a percepção dessas pessoas sobre esse tema tão sensível, atual e em rápida transformação. Discorreremos sobre as barreiras metodológicas, assim como sobre essa complexa relação existente entre as milícias, os habitantes e o estado, a partir de um prisma vivenciado num micro aspecto, o que nos traz possibilidades para pensar a dinâmica de um fenômeno social macro.

A convivência no Azul Vermelho ao longo de quase três anos foi essencial para compreender como as práticas e as ações milicianas se manifestam no nível micro, permitindo, por outro lado, uma reflexão sobre o fenômeno em uma escala mais ampla. A entrada gradual no campo, marcada por vivências cotidianas e relações interpessoais, permitiu uma aproximação densa com os modos de vida locais e com as percepções dos moradores acerca do controle miliciano.

Esse mergulho etnográfico trouxe à tona questões frequentemente negligenciadas por abordagens teóricas mais distantes, como a percepção dos próprios moradores sobre o "ordenamento" imposto pelas milícias. Estar submetido às mesmas condições de dependência — como a utilização da água, internet e luz controladas pelos milicianos — não apenas me inseriu no contexto, mas também me permitiu vivenciar diretamente o que significa estar sob o domínio desses grupos.

Ao longo deste capítulo, o foco recai sobre a complexidade e as ambiguidades do fenômeno miliciano, analisadas sob a perspectiva dos moradores e de quem viveu sob esse controle. Rumores, fatos e interações cotidianas são elementos centrais para entender como o poder miliciano se articula e como ele é legitimado ou resistido nas práticas diárias.

A proposta é romper com análises que dissociam o fenômeno miliciano do contexto local ou que desconsideram a experiência concreta dos sujeitos envolvidos. Ao contrário, a intenção é valorizar a etnografia como uma ferramenta para acessar as dimensões humanas e territoriais desse fenômeno, permitindo uma compreensão mais situada e menos abstrata das milícias em seu processo de transformação pós-2021. Me mudar para

comunidade e estar sujeito ao ordenamento miliciano me fez estar mais próximo para observar, inserido para sentir, e participativo para temer.

2.1 Uma etnografia das milícias, uma contextualização do tema de pesquisa

Pelo fato de ter crescido num bairro de classe media numa região com comunidades controladas pelas milícias, na adolescência circulava bastante por algumas dessas comunidades, seja para comer com amigos, comprar diferentes utensílios para casa dos meus pais, consertar bicicleta, ou mesmo ir para os eventos e festas nesses lugares. Embora nunca tivesse morado “dentro” de alguma dessas comunidades, continuei a frequentar, quase diariamente, pelas ruas de duas dessas comunidades, que estão no Estado do Rio de Janeiro, tanto por conta do trabalho e agora, por morar “dentro” na comunidade. A palavra “dentro” se encontra entre parênteses pelo fato da dificuldade em definir o que é morar “dentro” e o que é morar “fora”. Essa questão levanta uma dificuldade em sobre como identificar esse lugar durante a pesquisa, pois, desde quando estive “dentro”? Estive ou estou “dentro”?

Nos anos de 2007-2008 fui algumas vezes numa casa de shows muito famosa à época chamada Castelo das Pedras na comunidade de Rio das Pedras. Foi nesse período com meus 15-16 anos, que tomei conhecimento da "polícia mineira" e da sua fama em Rio das Pedras, conhecidos na época por cuidarem da comunidade, de proibirem o tráfico e o uso de drogas. Naquela época, não eram conhecidos como um grupo que praticava extorsão para ganhos financeiros privados, mas como ex-policiais que implementavam um ordenamento normativo informal paraestatal, capaz de pacificar a comunidade contra furtos e roubos e contra o uso e a venda de drogas, mantendo fora da região de controle, as facções do tráfico de drogas. No entanto, foi durante esse período que de forma violenta e arbitrária, a polícia mineira implementava na comunidade um ordenamento e uma dinâmica social que ganharia cada vez mais força política e econômica na primeira década dos anos 2000.

Tomando a associação dos moradores para si, ainda conhecida como “polícia mineira de Rio das Pedras” o grupo foi capaz de eleger candidatos como “Nadinho” que em 2004 foi eleito vereador, inserindo o grupo na política formal. Mesmo antes de pensar em realizar uma pesquisa que tivesse a "milícia" como um dos objetos principais de estudo, os termos, "polícia mineira" e "milícias", assim como suas práticas, já me eram

familiares e pude perceber as mudanças e negociações semânticas ao longo do tempo que tentam definir as características dessa modalidade criminal.

Uma percepção dos pontos em comum dessas comunidades é de que, geograficamente, todas contam com ao menos uma rua principal concentrada com comércios, lojas, camelôs e diferentes lojas de serviços gerais. Ou seja, são comunidades com um alto dinamismo econômico apesar da precariedade do serviço público. O que faz dessas regiões, extremamente férteis para o estabelecimento e expansão das milícias. Essa dinâmica econômica associada à falta de infraestrutura básica e de segurança, cria o ambiente ideal para que as milícias se estabeleçam e controlem as relações econômicas e sociais dentro dessas comunidades.

Com o passar dos anos, pude notar, que essas ruas aumentaram de número junto ao aumento populacional, com empreendimentos locais e externos, em plena expansão de novos pontos de comércios de toda variedade possível: lojas de material de construção; pastelarias; loja de fantasias; lojas de roupas; utensílios domésticos; padarias; consertos de celular, salões de beleza, etc, etc. Outro ponto em comum entre as comunidades é que em um eixo de 40 km que percorre essa região, temos aproximadamente 20 comunidades, dentre elas 6 de maior extensão e outras de médio e pequeno tamanho, todas territórios sob domínio miliciano que continuam em plena expansão de moradias e comércios

No entanto, as fiações que cruzam os postes em todas as direções, as valas a céu aberto, demonstram a carência na assistência social por parte do estado, revelando uma expansão que ocorre de forma urbanisticamente desordenada e negligente, acarretando em contínuos problemas de infraestrutura com desabamentos, alagamentos e apagões. Essas áreas de marginalidade social/territorial, são um terreno fértil para a expansão de organizações criminosas que têm nessas localidades sua fonte de ganhos econômicos e políticos.

Em Junho de 2021, enquanto iniciava o curso de mestrado, me mudei para as adjacências da Comunidade do Azul Vermelho (nome fictício) que fica numa região periférica na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, uma das regiões mais extensas e diversas da capital fluminense, tanto em termos territoriais quanto em suas características socioeconômicas. Compreendendo bairros que variam desde áreas urbanizadas e desenvolvidas até vastas regiões rurais e periféricas, essa zona abrange cerca de 50% do território total da cidade. De acordo com o Instituto Pereira Passos (IPP) e o Censo de 2010, a região conta com aproximadamente 400 comunidades e um número aproximado de 2 milhões e meio de pessoas.

Ao me mudar, tomei ciência de que a casa na qual ia morar fazia parte da área controlada pelas milícias. Logo fui informado que o fornecimento de água e luz eram disponibilizados exclusivamente por um grupo de milicianos que recebia o pagamento das casas do condomínio. Nunca fiz o pagamento diretamente a nenhum miliciano pois é meu inquilino que está responsável pelo pagamento. As cobranças ocorrem em praticamente todos os condomínios próximos à comunidade e também se estende aos comerciantes que tocam seus empreendimentos dentro da comunidade. O assunto, no entanto, ocorria no início, numa espécie de sigilo por parte de algumas pessoas, ou com ao menos, certa cautela na abordagem, no entanto, embora fosse possível notar um sentimento de medo, as pessoas não deixavam de comunicar os ocorridos e as suas opiniões. Muitos já falavam abertamente sobre o tema desde o início quando me mudei pois creio que não enxergavam a mim como uma ameaça. Depois da mudança, por conta do relato dos próprios moradores, pude ter conhecimento de que a região teria sido recentemente invadida e controlada por um outro grupo miliciano. Logo, essas imposições eram recentes e esse fato me instigou a tentar compreender o porquê dessa mudança.

Me mudei pras adjacências da comunidade justamente na fase de transição entre um grupo e outro em Junho de 2021. A mudança de regime miliciano ocorria exatamente após o assassinato de Ecko no dia 12 do mesmo mês, numa operação coordenada pela Subsecretaria de Planejamento Operacional do Estado, a operação “Dia dos Namorados” ao qual já citamos acima. A troca de regime, que seguiu imediatamente a morte de Ecko, despertou em mim uma necessidade de compreender as mudanças estruturais e sociais decorrentes desse evento. Ecko, integrante de um dos maiores grupos milicianos da Zona Oeste do Rio, a “Firma”, representava a figura de um miliciano desvinculado de instituições de segurança, um “pé inchado” no vocabulário das milícias. Sua morte provocou uma reorganização imediata na dinâmica de poder da região, criando um cenário de instabilidade e transformação.

Essa coincidência temporal entre minha chegada à comunidade e o assassinato de Ecko ampliou meu interesse em explorar a relevância desse evento para os moradores. Comecei a coletar informações tanto sobre a trajetória de Ecko quanto sobre os impactos locais da sua ausência. Com o passar do tempo, percebi que era possível construir uma narrativa etnográfica a partir dos relatos dos interlocutores. Perguntas sobre o que eles pensavam de Ecko e do “bonde” que ele liderava emergiram como uma maneira de comparar o passado com o presente. A partir dessas conversas, foi possível observar como a presença de Ecko era descrita, muitas vezes de forma contraditória: enquanto alguns

moradores reconheciam sua habilidade de "ordenar" a comunidade, outros destacavam o caráter violento e coercitivo de sua liderança.

Ao comparar os relatos sobre Ecko com as novas práticas instauradas após sua morte, tornou-se evidente que os moradores faziam distinções entre os regimes milicianos. Muitos destacavam como o novo regime trouxe uma política de extorsão mais agressiva, afetando diretamente comerciantes e moradores. Além disso, havia um sentimento de incerteza sobre a estabilidade futura da comunidade, um reflexo das disputas que se intensificaram após a morte de Ecko.

A coleta dessas informações também envolveu reflexões sobre a segurança e os limites éticos do trabalho de campo. O assassinato de Ecko foi um ponto de inflexão para a reorganização territorial das milícias, mas também para a forma como as pessoas se relacionavam com o poder local. Escutar os moradores sobre o impacto desse evento revelou camadas de experiências individuais e coletivas que, muitas vezes, se entrelaçavam com sentimentos de medo, resistência e adaptação.

Dessa forma, a morte de Ecko não foi apenas um marco histórico, mas também um evento transformador que influenciou profundamente a vivência cotidiana dos moradores da Comunidade do Azul Vermelho. A partir desse ponto, passei a reconhecer que minha presença naquele espaço, na condição de morador e pesquisador, poderia capturar de forma mais orgânica essas narrativas, contribuindo para um entendimento mais amplo das dinâmicas milicianas e suas transformações.

Passados aproximadamente três anos desse evento, a sensação de insegurança na região apenas aumentou por conta das continuas disputas, cooptação de moradores, e assassinatos entre milicianos contra milicianos e milicianos contra integrantes das facções do tráfico, ocorrendo com maior intensidade em alguns períodos.

Por ser considerado como um novo morador e não ainda como um pesquisador - as milícias ainda não faziam parte do meu tema de pesquisa - ao me relacionar mais aproximadamente com os moradores da região, as conversas que tínhamos inicialmente não tinham nenhum viés ou intuito direcionado em saber algo específico sobre as milícias.

A relação entre o "eu morador" e o "eu pesquisador" constitui um eixo central para a compreensão do trabalho de campo e do método etnográfico empregado na pesquisa. Inicialmente, minha presença na comunidade não se deu sob o viés de um pesquisador, mas sim como um novo morador, recém-chegado, sem a intenção consciente ou explícita de explorar o fenômeno das milícias. Essa perspectiva inicial foi fundamental para que

eu pudesse criar laços espontâneos e autênticos com os moradores, favorecendo o desenvolvimento de uma confiança mútua, essencial para a coleta de dados mais sensíveis.

A maneira como fui percebido pelos moradores da comunidade desempenhou um papel crucial na minha inserção posterior. Ocorreu de forma natural. Minha aparência despojada, com cabelos longos e um estilo de vida identificado com a figura de um “surfista”, de atitude amável, extrovertida e sincera, possibilitou que eu fosse rapidamente visto de forma positiva e confiável. Essa percepção de proximidade, de alguém que “pertence”, minimizou eventuais desconfianças e abriu portas para interações genuínas. As roupas que usava e o comportamento amistoso contribuíram para que eu fosse visto apenas como um novo vizinho, e não como alguém com uma agenda oculta ou como uma figura de autoridade, gerando algum tipo de desconfiança.

Esse processo de transição gradual entre o “eu morador” e o “eu pesquisador” ilustra uma das dimensões mais ricas da etnografia: a capacidade de construir relações a partir da vivência compartilhada e de observar os fenômenos em sua complexidade cotidiana. Como aponta Geertz (1989), o papel do etnógrafo vai além da coleta de dados objetivos; ele reside na capacidade de compreender a cultura em sua dimensão simbólica e prática, a partir de uma imersão que exige envolvimento e sensibilidade.

A naturalidade com que os moradores abordavam temas relacionados às milícias em conversas informais reflete como a questão está entranhada no dia a dia da comunidade. Essas interações iniciais, mesmo antes de eu me consolidar como pesquisador, revelaram uma dinâmica de confiança e reciprocidade que seria difícil de alcançar por meio de métodos mais formais ou distantes. Assim, o “eu morador” se torna uma ferramenta metodológica, permitindo o acesso a informações que só poderiam ser obtidas em contextos de convivência e inserção genuína.

Essa dualidade entre ser morador e ser pesquisador também se mostrou desafiadora, pois exigiu que eu transitasse entre papéis sociais distintos sem comprometer a relação com os interlocutores. Clifford (1986) descreve a “negociação” simbólica no campo antropológico como uma prática que requer flexibilidade e adaptabilidade por parte do pesquisador. No meu caso, isso significou reconhecer os limites entre a convivência cotidiana e os objetivos da pesquisa, enquanto buscava manter a confiança o respeito e a ética de pesquisa.

Portanto, os aspectos físicos e subjetivos que facilitaram minha entrada em campo foram complementados pela sensibilidade em perceber as nuances da convivência e pelo esforço em respeitar os tempos e limites dos moradores. Essa postura antropológica, como

descrita por Velho (1978), foi essencial para acessar as complexidades da vida na comunidade e para compreender as sutilezas da atuação miliciana no cotidiano local. Essa experiência inicial enquanto "eu morador" serviu de base para um trabalho etnográfico que privilegia a empatia, o respeito e a abertura para o inesperado, pilares fundamentais para a produção de conhecimento em contextos tão delicados onde existem riscos reais de vida.

Ao longo do tempo, percebi que as informações e os fatos vivenciados, mesmo aqueles não diretamente relacionados às milícias, revelavam dinâmicas importantes para a compreensão de como esse fenômeno operava na prática. A experiência de ser visto inicialmente apenas como um morador, sem o "peso" de ser identificado como um pesquisador, possibilitou uma abordagem mais orgânica, onde as pessoas se sentiam confortáveis para falar sobre suas vivências e percepções das milícias. Essa abertura só foi possível graças à minha presença constante e ao fato de ser integrado à rotina da comunidade.

A postura antropológica aqui é essencial para entender como o envolvimento com a vida cotidiana e o estabelecimento de relações de confiança são a chave para o sucesso de uma pesquisa etnográfica. Velho (1978), descreve que o trabalho etnográfico exige que o pesquisador se aproxime de uma imersão completa na cultura que estuda, permitindo que o campo de estudo o envolva de forma que as informações fluam sem barreiras impostas por posturas pré-estabelecidas ou distanciamentos que poderiam inibir os interlocutores.

Desse modo, a condição de morador, antes mesmo da condição de pesquisador, revelou-se uma ferramenta indispensável para captar as sutilezas da atuação miliciana no Azul Vermelho, e essas informações, somadas às observações diretas, foram fundamentais para a formulação de hipóteses mais complexas sobre o funcionamento e transformação das milícias na região.

Nesse contexto, me deparei com as informações que obtinha e com os fatos que eu vivenciava, de uma forma em geral, percebendo que poderiam ser extremamente importantes para compreender certas práticas e dinâmicas sob uma perspectiva local da região e das ações e transformações das milícias que não estavam nos jornais e nem em artigos científicos.

Essas informações me despertaram a curiosidade e o interesse em saber mais sobre o tema, logo intentei decifrar os impactos dessa transformação tanto no cotidiano quanto na percepção dos moradores e comerciantes em situação de vulnerabilidade. No início, meu objetivo não era investigar diretamente as milícias, mas compreender a complexidade dessa nova configuração e seus efeitos ali na comunidade. O novo regime

apresentava uma ruptura perceptível, que se manifestava tanto nas práticas de extorsão quanto nas estratégias de controle territorial e interação com a comunidade. Isso era notável e amplamente comentado à época entre os moradores.

Uma das primeiras contradições que notei foi a narrativa predominante no senso comum e na mídia jornalística, que enquadrava as milícias como organizações criminosas paralelas ao Estado, ocupando lacunas deixadas pela ausência estatal. Essa interpretação, no entanto, não parecia condizente com os eventos que observava no cotidiano da comunidade. Ainda em 2021, durante os primeiros meses da pesquisa, ficou evidente que as práticas das milícias estavam profundamente entrelaçadas com agentes e estruturas estatais. Esse "emaranhado" entre milicianos e representantes do Estado revelava uma dinâmica mais profunda, desafiando a dualidade entre legalidade e ilegalidade.

A presença constante de carros oficiais da polícia civil e militar na região, muitas vezes circulando ou adentrando terrenos que posteriormente se transformavam em empreendimentos imobiliários, indicava uma possível conivência ou, ao menos, um alinhamento com agentes públicos. Esses terrenos, em curto período, eram cercados e logo convertidos em prédios comerciais ou residenciais, apontando para um ciclo de ocupação e especulação que parecia envolver tanto a máquina pública quanto interesses privados ligados às milícias. Esse cenário suscitava perguntas: até que ponto essas movimentações eram legitimadas pelo aparato estatal? E qual o papel desempenhado pelos agentes públicos nesse processo?

Embora não tenhamos a intenção nem a possibilidade de comprovar o nível de envolvimento desses agentes no processo, a idéia de que as milícias crescem paralelamente ao Estado, tão comum em narrativas populares, mostrou-se insuficiente para explicar a complexidade do fenômeno. Essa visão não leva em conta os cruzamentos e alianças que frequentemente conectam milicianos e estruturas formais de poder. Como observado, a atuação das milícias muitas vezes parecia ser de conhecimento do estado, pois ali operavam mesmo diante da presença de agentes de segurança do poder público. Essa percepção de que "as milícias são o Estado", algo que inicialmente parecia abstrato, tornou-se mais plausível à medida que aprofundava a pesquisa e confrontava relatos etnográficos com análises teóricas e empíricas de outros pesquisadores.

Essas constatações foram sustentadas por autores que destacam a interdependência entre grupos criminosos e agentes estatais, apontando para a existência de uma governança que transcende as fronteiras entre legalidade e ilegalidade. Assim, a compreensão dessa dinâmica não apenas me permitiu identificar padrões de interação entre milícias e

o Estado, mas também me instigou a questionar os limites e as interseções entre práticas formais e informais de poder.

Esse entendimento foi enriquecido pela convivência direta na comunidade, onde os relatos espontâneos dos moradores ofereciam pistas fundamentais sobre os mecanismos de controle e influência exercidos pelas milícias. A pesquisa, portanto, não apenas lançou luz sobre o funcionamento interno desses grupos, mas também trouxe à tona a complexa relação entre as estruturas de poder locais e os desafios enfrentados pelas comunidades que vivem sob seu domínio. Assim, a ideia de "poder paralelo" dá lugar a uma interpretação mais profunda, onde as milícias não apenas coexistem com o Estado, mas se entrelaçam com ele em um sistema de relações simbióticas que moldam o cotidiano e o futuro das comunidades.

Cogitei então ter as milícias como objeto de pesquisa, mergulhava em um campo que já tinha certa proximidade e que durante a pesquisa, fui relembrando de situações anteriores que me ajudaram a desenvolver a dissertação.

Estive por alguns meses, ainda em 2021, vivenciando a dinâmica da comunidade, naturalmente me aproximando com meus vizinhos, e daí então, direcionando minha rotina na rotina das pessoas que ali viviam, comprando alimentos nos diferentes mercadinhos e mercearias da região, almoçando nos restaurantes caseiros, me familiarizando com toda a dinâmica social do local, além de algumas ocasiões que trouxeram proximidade nas relações pessoais com os moradores. Meus primeiros contatos com aquele campo me permitiram obter uma maior permeabilidade, proximidade e amizade com alguns dos moradores e comerciantes.

Como a mudança de regime na comunidade havia acabado de ocorrer, as pessoas comentavam nas conversas sobre as milícias. Pude perceber que o medo e o descontentamento se davam, não apenas pela imprevisibilidade do que aconteceria, mas pela nova política de extorsão do novo regime miliciano aos comerciantes, alterando a dinâmica da comunidade e a percepção dos moradores sobre as milícias.

Essa nova situação pessoal, me instigou a definir o tema de pesquisa, afinal, eu estava presenciando uma situação completamente inusitada e que despertava meu interesse, tanto pela proximidade dos fatos quanto pela familiaridade com o tópico.

2.2 Experiência pessoal e Questões metodológicas

No Azul Vermelho, não sou um “cria”, apenas um novo morador. Desde que cheguei, fui muito bem recebido por todos. A comunidade conta com uma mistura de imigrantes nordestinos, do norte e com uma maioria de cariocas, expondo o caráter diverso e multicultural das favelas do Rio de Janeiro. Durante a pesquisa, novos empreendimentos surgiram, enquanto outros fecharam.. A grande maioria dos comércios são negócios familiares, dos moradores que usam suas casas para empreender e outros que alugam as pequenas lojas comerciais na comunidade e estabelecem seus negócios.

Ainda em 2021, quando havia recentemente mudado, ao frequentar os estabelecimentos locais, me chamou a atenção os rumores em relação a ação das milícias na região nas conversas e comentários dos funcionários e donos dos estabelecimentos que eu frequentava. Sem eu sequer tocar no assunto, falava-se da situação que acabara de ocorrer. Comentava-se. Era recente o inverno de 2021 na Comunidade Azul Vermelho existia um clima de tensão, junto ao frio da região cercada por uma área montanhosa, úmida e arborizada. Os comerciantes obviamente estavam completamente insatisfeitos à época com as cobranças semanais de 50 reais que foram estabelecidas pelo novo grupo que assumira o domínio da favela após a morte de Ecko.

Numa das minhas primeiras idas aos estabelecimentos da comunidade, iniciei meu caderno de campo ao voltar pra casa. Sem saber o que viria a ser meu caderno de camp, comecei anotando as situações que eu havia vivenciado, quase sempre como ouvinte, mas também perguntando por curiosidade natural. Como os comentários sobre as milícias não surgiam de mim nessas primeiras incursões, senti liberdade para fazer algumas perguntas pontuais, o que me pareceu mais sensato naquele momento pois não conhecia as pessoas, nem as pessoas me conheciam ali. Mesmo assim, elas comentavam abertamente: - *As coisa mudaram. Os milicia tão cobrando as barraca agora.* Disse Ale ainda lá em Junho de 2021, um dos meus futuros interlocutores.

A comunidade Azul Vermelho é marcada por uma complexa intersecção entre áreas de diferentes níveis socioeconômicos. A ausência de uma definição clara entre onde começa e termina a comunidade reflete a mistura de construções e a falta de um planejamento urbano estruturado. A área, que frequentemente sofre com enchentes, especialmente durante a estação chuvosa, é composta por uma variedade de tipos de moradias. Entre os barracos improvisados, encontram-se casas de alvenaria de baixa e média qualidade estrutural, além de edifícios de três a quatro andares e casas de classe média, todos aglomerados de maneira aparentemente caótica.

A falta de saneamento básico agrava as condições de vida na região, onde a infraestrutura é insuficiente para atender à demanda da população. As ruas, muitas vezes estreitas e mal pavimentadas, revelam um cenário de contrastes: em uma mesma via, podem coexistir casas bem cuidadas ao lado de moradias inacabadas ou em ruínas.

A ausência de uma divisão visual clara entre áreas mais pobres e mais ricas cria uma paisagem única, onde o contraste social é evidenciado não só pela aparência das construções, mas também pela convivência de realidades distintas em um mesmo espaço. Carros de luxo frequentemente cruzam as vias que atravessam as áreas mais carentes da comunidade, evidenciando a coexistência de diferentes classes sociais em uma proximidade física que é rara em outras partes da cidade. Essa justaposição de riqueza e pobreza, que em outras regiões do Rio de Janeiro pode ser mais claramente delimitada, na Azul Vermelho se dissolve em uma colcha de retalhos urbanística, onde as disparidades se tornam parte integrante da paisagem. Um cenário de contraste.

Essa percepção, no entanto, é pessoal e marcada por estigmas, nascida de um contexto singular de um jovem que cresceu em uma família de classe média, alheia a um universo de escassez. Essa distância social molda uma visão que, embora válida, pode carecer de uma compreensão mais profunda das realidades complexas que envolvem fenômenos como as milícias em uma área. Dentro da ciência antropológica, cada observador carrega consigo seu próprio universo de referências e preconceitos, o que torna a busca pela objetividade um desafio constante. Mais que a descrição de culturas, uma interpretação dos significados e símbolos que as permeiam, sempre consciente da perspectiva parcial de quem observa, resultado acumulado e progressivo de decisões e interações cotidianas (VELHO, 1978)

Essa perspectiva parcial, no entanto, não invalida a investigação, mas requer uma reflexão crítica constante sobre as próprias motivações e preconceitos. Aqui surgem algumas indagações que creio serem essenciais para o aprofundamento do estudo: por que me interesse pelo tema das milícias? Qual é o impacto do meu background social e cultural na forma como interpreto esse fenômeno? Como posso, enquanto antropólogo, buscar uma compreensão mais abrangente e menos preconceituosa sobre a dinâmica das milícias?

Goldman, em seu ensaio, ressalta que "a característica fundamental da antropologia seria o estudo das experiências humanas a partir de uma experiência pessoal" (Goldman, 2006, pág. 167). Isso implica que o antropólogo, embora busque objetividade, não pode se desvincular completamente de sua própria bagagem cultural e histórica. Destacando

a importância da autorreflexão no campo, pois a antropologia envolve tanto uma compreensão do 'outro' quanto uma análise crítica do 'eu' que observa.

Dessa forma, o estudo das milícias não pode ser apenas uma análise externa e desapaixonada; deve envolver uma autorreflexão profunda sobre as razões que me levam a esse interesse. Talvez a busca não seja apenas por entender as milícias em si, mas também por entender como minha posição social influencia minha visão sobre elas. O desafio antropológico reside, portanto, em equilibrar o distanciamento crítico necessário para o estudo com a inevitável influência do ponto de vista pessoal que cada observador carrega.

Outro fator a se considerar sobre a comunidade é a enorme diversidade estrutural de suas habitações, o que torna a palavra “comunidade” inadequada para transmitir uma imagem homogênea ou uniforme do espaço. A palavra "comunidade" carrega, frequentemente, uma conotação simplificadora, que não faz jus à complexidade e à riqueza de variações presentes em realidades como essa. Nesse sentido, é fundamental desconstruir o significado tradicional da palavra, que tende a ser limitante, para que se possa alcançar uma descrição mais fiel e abrangente da realidade observada.

A utilização do termo “comunidade” neste contexto não visa, portanto, caracterizar a "cultura" no sentido que Gilberto Freyre (2004) poderia ter descrito em seus estudos sobre a população brasileira, mas sim refletir a maneira como os próprios moradores identificam seu espaço de vida. O termo, aqui, tem um sentido territorial, e sua aplicação é flexível e subjetiva, sendo constantemente renegociada e reinterpretada pelas pessoas que habitam esse espaço. Como Stuart Hall sugere em suas reflexões sobre identidade cultural, as identidades são sempre construções "em fluxo", em contínuo processo de definição e redefinição (Hall, 1996).

No entanto, para os fins deste trabalho, "comunidade" será utilizado para se referir à área de estudo que abrange esse conjunto habitacional localizado na periferia urbana, identificada assim pelos próprios moradores e caracterizada aqui, por ser um espaço que sofre com a baixa assistência direta do Estado e está vulnerável tanto às intempéries naturais quanto à ação das milícias na região. Essas condições de vulnerabilidade são, em parte, reflexo de processos históricos mais amplos de modernização e urbanização que, como Ailton Krenak observa, "jogaram essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos" (Krenak, 2018, pág. 9). Krenak destaca, com sensibilidade, o impacto devastador desses processos sobre as populações que foram desarraigadas de seus contextos de origem e forçadas a se adaptar a ambientes urbanos hostis. Ele argumenta que a modernidade, em seu impulso de

progresso, muitas vezes ignora as profundas conexões culturais e espirituais que sustentam as identidades dessas pessoas, levando-as a uma situação de alienação e desespero. Essa alienação é visível nas dinâmicas sociais da comunidade, onde a falta de vínculos profundos com a memória e as referências identitárias pode resultar em um estado de desorientação e angústia, exacerbado pelas condições adversas de vida.

Portanto, ao utilizar o termo "comunidade", é importante reconhecer as múltiplas camadas de significado que ele pode carregar, e ao mesmo tempo, estar ciente das limitações dessa palavra em capturar a complexidade de um espaço marcado pela diversidade, pela negociação constante de identidades e pela luta cotidiana contra as forças que ameçam sua existência.

No dia 21 de Dezembro de 2021 uma chuva torrencial ocasionou uma enchente inundando muitas casas do bairro e da comunidade. Eu estava em casa com minha ex-namorada e um amigo e percebemos que chovia muito. Ficamos preocupados pois a casa, que tem um quintal ladrilhado na frente sem lugar para escoar, o que tende a encher a parte da frente da casa. Começamos a puxar água para fora da casa com rodos e baldes. Fomos do lado de fora e um vizinho também estava lá fazendo o mesmo. Era Ed, que eu já conhecia porém não havíamos trocados mais do que conversas curtas. Ed nos ajudou também enquanto utilizava um sistema anti-alagamento que havia construído em sua casa. Depois de uns 20 minutos a chuva que a havia estiado, aumentou de intensidade. Quando ouvimos Ed gritar: - O rio entrou na rua. Corri para a porta e vi, literalmente uma onda de água barrenta que entrava fortemente pela porta de casa. Passamos todos a correr para salvar o que podíamos. Por conta de a casa ter dois andares conseguimos salvar algumas coisas de mais valor. Fui até a casa de Ed, a água estava em minha cintura. Ed tentava salvar o que podia empilhando objetos de maior valor em cima de móveis mais altos sob a água. Ofereci ajuda e Ed perguntou apenas se podíamos ficar com seu filhote de cachorro. Disse então que ficaria no segundo andar com a gente. A enchente só passou com o clarear do dia seguinte. O cenário das ruas era de ver pessoas na frente de suas casas tirando o que havia sido perdido e o que podia-se recuperar.

Antes da enchente relatada, eu procurava uma maior aproximação com as pessoas da comunidade de forma natural, não tentava enviesar nenhuma de minhas conversas pois não tinha ninguém em que tenha sentido que pudesse confiar. No entanto, o trágico evento permitiu uma proximidade que eu não esperava.

No dia posterior à enchente do dia 21 de dezembro, pude estabelecer relações mais estreitas com ele e outros vizinhos. O clima de solidariedade entre os moradores por conta

do desastre natural que inundou praticamente todas as casas da comunidade acabou por permitir uma maior conexão entre os afetados. A família de Ed, também teve sua casa inundada até a altura da cintura, perdendo diversos móveis e eletrodomésticos. Em meio às ajudas compartilhadas, tivemos uma aproximação e os convidei para um almoço em minha casa no dia seguinte. Essa aproximação surgiu como uma oportunidade que sequer foi intencional, mas permitiu que construíssemos um laço de afinidade que me levaram a considerar na possibilidade de ter um interlocutor sobre as milícias, vide que mora há mais de 25 anos ali. Contudo, em nosso primeiro encontro, Ed me contou muitas histórias sobre o bairro e a comunidade. Um lugar que “sempre teve milícia” dizia Ed, “era muito policial que morava aqui... aí não tinha bagunça, agora é outra milícia aqui”. Inclusive na casa onde hoje moro, Ed me disse que ali morou um policial. Essa associação nas palavras de Ed na mesma entre “sempre” ter tido milícias por ali e policiais morando na região, nos faz pensar que Ed enxega uma clara relação entre milícias e polícia, assim como diferentes milícias, ou seja, regimes milicianos diferentes, acarretando em dinâmicas e imposições diferentes.

O incidente abriu espaço para que eu pudesse aprofundar minha compreensão sobre Ed e sua visão da comunidade, especialmente no que diz respeito à presença de milícias. Ed menciona que a região “sempre teve milícia”, associando isso à presença histórica de policiais morando na área. Esta associação sugere que, para Ed, as milícias são uma extensão ou resultado direto da presença policial na comunidade. Isso reflete uma visão comum nas narrativas dos moradores, onde a linha entre polícia e milícia pode ser ambígua e, em alguns casos, simbiótica.

Ed parece sugerir que as milícias que dominam a região mudaram ao longo do tempo, implicando que diferentes grupos milicianos trazem consigo diferentes dinâmicas de controle e imposição de ordem. Essa observação é crucial, pois revela uma percepção de que a milícia não é uma entidade monolítica, mas sim uma série de regimes variáveis que exercem controle de maneiras diversas, dependendo de sua composição e liderança.

No entanto, até então, não sabia como iria entrar formalmente em campo. Para mim, o campo não havia de fato começado. Eu fazia minhas anotações, mas, pelo fato de não ter me apresentado e nem realizado entrevistas formais, apenas me aproximado naturalmente de certas pessoas que me confiavam diálogos que muitas vezes passavam pelo tópico das milícias, a sensação era de que o campo não havia começado. Mal sabia o como o campo já havia me sensibilizado e cooptado através dessas relações orgânicas estabelecidas com alguns moradores da comunidade. Havia intencionado realizar

entrevistas com alguns comerciantes locais, sem necessariamente abordar sobre o tema das milícias, mas, resgatar o histórico na memória sobre o tempo em que operavam suas lojas na comunidade. Mas pensei não ser uma boa ideia naquele momento me apresentando como pesquisador aos comerciantes locais quais eu não tinha intimidade, havia me aproximado e feito diferentes incursões e diálogos, mas nenhum vínculo de confiança em específico.

Independente de não intencionar investigar as ações das milícias, pelo fato de morar na região, me expor como um pesquisador num cenário novo de controle miliciano não me pareceu prudente naquele momento. Considerei que a aproximação com Ed me poderia ser uma possível entrada. Com a finalidade de iniciar o campo (pois até então, como já mencionado, eu tinha a sensação não ter “entrado” em campo) me apresentando como pesquisador a determinados interlocutores, começando por Ed. Minha “revelação” como pesquisador não se deu de forma planejada. Eu já tinha intenções de me apresentar a ele para aprofundarmos nossas conversas, mas nesse dia de domingo, quando saía de casa mais cedo, vi que Ed estava ajeitando o jardim na porta de sua casa. Eu havia escutado que havia ocorrido um assassinato na sexta-feira, de um morador que se associou as milícias e que vinha fazendo as cobranças dos comerciantes. Ao nos cumprimentamos como de praxe, num certo impulso perguntei a ele sobre o que havia acontecido na sexta-feira, se ele sabia de alguma coisa. Ele me contou que tinha visto Diego crescer. Diego foi o rapaz assassinado, conhecido de Ed, que nasceu na comunidade mas aderiu às milícias em troca de um salário robusto. O corpo foi jogado no rio. Com aquelas poucas informações, aproveitei e disse a Ed que gostaria de “trocar uma idéia” com ele, porque intensionava fazer uma pesquisa sobre a violência na comunidade. Assim, o disse que queria saber mais sobre o Azul Vermelho, e pelo fato de saber que ele morava ali há muitos anos, disse que ele seria uma pessoa que poderia me ajudar muito. No que ele me disse, “a qualquer hora”, com uma fisionomia séria mas receptiva e acolhedora, gesticulando com a cabeça positivamente, senti nele uma disposição em ajudar genuína, como se estivesse feliz por poder contribuir de alguma forma e por ver que eu me interessava por aquelas histórias que ele tanto sabia e gostava de compartilhar, como já fazia. Nos despedimos e saí dali confiante, com um sentimento de que dessa forma poderia obter mais informações e me aprofundar mais no assunto.

Com Roger foi parecido também. Ele faz reparos e manutenção geral nas casas do bairro. Tivemos um problema na caixa de gordura e nosso inquilino chamou ele pra fazer um serviço na casa. Ele já havia vindo aqui outras vezes para fazer outros serviços e todas

as vezes conversamos muito sobre a violência na comunidade. Eu sempre demonstrava meu interesse em saber mais sobre a dinâmica da comunidade e histórias no geral. Com isso, no passar de nossos encontros, induzia nossas conversas para saber mais sobre alguns eventos de violência protagonizados pelas milícias. Nesse dia, o que deveria ser nosso sexto ou sétimo encontro, perguntei a Roger se a gente poderia marcar de “bater um papo” pois eu estava fazendo uma pesquisa sobre a violência na região. Como eu sabia, através de nossas conversas, que Roger, ao longo desses anos fora diretamente afetado pelas trocas de regimes e o aumento da violência, perguntei se ele estaria disposto a me contar o porque de ter abrido e fechado alguns empreendimentos. Com Ale, não concebi uma entrevista de fato formal. Extrai o máximo possível de nossas conversas, comentei com ele que estava fazendo uma pesquisa sobre a comunidade e disse a ele que nossas conversas me ajudavam muito para ter um entendimento melhor sobre a região. Ou seja, me apresentei como pesquisador mas não tivemos uma entrevista de fato formal.

A partir de então, meu intuito passou a ser: realizar encontros com essas três pessoas que moravam na região as quais eu havia construído algum laço de confiança, sem necessariamente dizer que eu pesquisava as milícias, mas a evolução da violência na comunidade, com o fim de compreender a percepção deles entre o antes e o depois da troca de regime miliciano. Acreditando ser um método viável para a pesquisa, essas entrevistas (que se caracterizam mais como conversas), me ajudariam a encontrar sinais desse ordenamento social capitaneado pelas milícias, investigar e qualificar como o poder se manifesta e se reconfigura nessa localidade em termos práticos. (DAS e POOLE, 2004).

A imersão nesse cenário exigiu não apenas um olhar crítico sobre as dinâmicas de poder das milícias na comunidade, mas também um profundo paradigma ético no cuidado na relação com os interlocutores, que já viviam, antes da minha chegada, sob um ordenamento social marcado pela coerção e pelo medo. Procurava assim, nas minhas conversas e interações, sinais que poderiam indicar e gerar desconfiança, logo, evitava perguntar muito, sempre me colocava em limites, pensava antes de formular frases. Sem conscientizar sobre a forma como o campo ia me cercando, como eu ia me adaptando a esse campo. Nesse sentido, minha construção de laços de confiança foi gradual e cuidadosa, evitando exposições que poderiam gerar desconfianças.

Dessa forma, ter demorado a realizar esses encontros, me permitiu, a partir das informais e observações, captar as percepções dos moradores de maneira menos invasiva e mais espontânea. Essa flexibilidade metodológica possivelmente abriu espaço para o surgimento de narrativas mais autênticas, à medida que os participantes, se sentiam

completamente à vontade para expressar suas experiências. Além disso, a dimensão emocional da pesquisa de campo nesse cenário de violência, a convivência prolongada com pessoas que vivem sob constante tensão, trouxe à tona emoções que atravessam a relação pesquisador-participante, que exigem um cuidado adicional na análise dessas interações. O que me leva a constatar que o pesquisador deve estar atento não apenas ao que é dito, mas ao que é silenciado, aos gestos, aos olhares, e às nuances de uma convivência em que a sobrevivência depende muitas vezes da invisibilidade e da adaptação às regras impostas pelo poder local.

A invisibilidade é uma ferramenta de sobrevivência em um ambiente onde a resistência direta pode resultar em violência ou retaliação. Moradores e comerciantes são forçados a silenciar suas insatisfações com medo de recorrer ao estado e serem descobertos. De mãos atadas, têm de adaptar suas práticas para se manterem fora do radar dessas forças opressoras, que não vem apenas das milícias, mas do próprio estado. O silêncio, os olhares, e os gestos revelam muito sobre como o poder miliciano molda a vida cotidiana. A convivência e a sobrevivência nessas áreas demandam uma adaptação contínua às imposições que ultrapassam as fronteiras das relações sociais, atingindo as relações sociais mais íntimas.

2.3 Um passado recente, um presente intenso e um futuro incerto

Não apenas Ed, nosso principal interlocutor, que fechou seu estabelecimento quando houve a troca de regime miliciano em 2021. Roger, que mora também na comunidade há mais de 30 anos, já abriu e fechou diversas vezes seus negócios próprios na comunidade. Nos conhecemos através do meu inquilino que o trouxe para fazer um serviço na estrutura da casa. Simpático e com um falar suave e doce, Roger tem 47 anos mas aparenta ter menos. Veio para a região ainda adolescente com seu pai que era dono de alguns terrenos aqui. Conversamos sobre a vida ali e o tema das milícias veio à tona. Na nossa primeira conversa Roger disse: - “quando eu era novo aqui não tinha milícia. O que tinha era um monte de policial morando por aqui. Ai ninguém mexia. Aí depois isso aqui só piorou.”

Roger me contou que tinha aberto dois empreendimentos na comunidade durante o período de mudança no regime miliciano, e que os fechou por conta da violência que assola a comunidade de forma mais ostensiva em alguns momentos. É possível perceber que sua visão da comunidade está profundamente moldada pela transformação do

território com a chegada e a consolidação do novo regime miliciano. Sua experiência de vida, tendo crescido na área desde a adolescência, permite-lhe uma perspectiva de longo prazo sobre as mudanças na estrutura social e de poder. A narrativa de abrir e fechar seus negócios é emblemática da luta contínua pela sobrevivência e da necessidade de se adaptar às novas dinâmicas impostas. A violência não é apenas física, mas também psicológica e econômica, restringindo a liberdade e forçando os moradores a se sujeitarem às regras impostas.

O relato de Roger evidencia a maneira como as relações de poder, muitas vezes à margem da lei formal, moldam a vida cotidiana dos moradores. A "invisibilidade" mencionada no trecho anterior aparece aqui como uma estratégia essencial de adaptação, onde gestos, olhares e silêncio não são apenas mecanismos de convivência, mas formas de proteção contra a violência direta.

Diferentes períodos que marcam fases na memória, trazendo lembranças de tempos de paz e tempos de guerra. Entretanto, da percepção dessas pessoas, me incluo e me excluo, pois, como morador, sou parte desse corpo e, enquanto pesquisador, também sou algum outro membro desse corpo, sob uma perspectiva e funcionalidade diferente, de forma singular, mas que se entrecruzam, capaz de moldar mais esses "eus", morador versus pesquisador, mas também, de moldar sutilmente o campo, através de trocas, informações obtidas e pelo que ignoro nessa pesquisa. Dessa forma, utilizo um questionamento de Goldman que diz, "como proceder de modo a não reproduzir, no plano da produção de conhecimento antropológico, as relações de dominação a que os grupos sociais que estudamos se acham submetidos?" (Goldman 2010, pág. 199-200).

Ao refletir sobre a posição enquanto morador e pesquisador, exploro a tensão entre essas duas identidades e como elas influenciam a coleta de dados e a produção de conhecimento. Essa relação não é neutra, e a presença do pesquisador no campo molda e é moldada pelas interações e pela própria dinâmica da comunidade. De maneira direta, porque sou submetido ao poder das milícias, tendo que aderir aos serviços de internet (que contam com aplicativos de celular para pagamento), a conta de luz e água, já inclusas no valor do aluguel. Ou seja, posicionado tanto como sujeito oprimido quanto como observador da opressão, revelando a complexidade de gerar conhecimento nesse contexto.

Veena Das, ressalta que a etnografia não pode ser um simples reflexo da realidade, mas deve atuar como um espaço de questionamento das estruturas de poder que mantêm essas situações de opressão. Isso exige que o pesquisador seja sensível ao contexto, ao

silêncio dos moradores, aos gestos que não são expressos em palavras, e às formas de resistência sutis e invisíveis que se manifestam no cotidiano

Por conta da enchente relatada acima, junto a Ed e Roger, obtive uma aproximação e abertura natural, e nossas conversas foram essenciais para a condução da pesquisa. Os moradores das regiões de controle miliciano são os primeiros e mais diretamente afetados por essa modalidade criminal, vivenciando dia a dia a dinâmica violenta das milícias.

O laço de amizade de maior proximidade com Ed, mas também com Roger, me permitiu que pudéssemos falar abertamente sobre o tema das milícias, ao menos aparentemente, por parte deles, pois eu sempre estive comedido. Ed, Roger e Ale, me relataram acontecimentos que dão os pilares desse trabalho.

A necessidade de tecer laços com os sujeitos envolvidos nas relações sociais que se pretende estudar e o fato de frequentar seus espaços de sociabilidade conduzem ao estabelecimento de vínculos mais ou menos orgânicos com eles. Uma vez que o etnógrafo tenha pisado o solo nativo ao tentar estabelecer tais relações, fica enredado nas tensões, conflitos e dinâmicas próprias ao campo no qual desenvolverá sua atividade. Zenobi. n.p. 2010

Ainda no primeiro ano morando no Azul Vermelho, com as incursões e visitas semanais a alguns vizinhos e estabelecimentos, existia um certo ar de conformidade sobre a situação das novas cobranças, o medo e a insegurança nos novos acontecimentos pois, as milícias não estão presentes fisicamente no dia a dia da comunidade, mas certamente no imaginário através do terror e do medo que implementam em todos que vivem aqui. O dia de cobrança é nas sextas-feiras. Até que passem, há tensão. Uma tensão que se estende pela semana com a marca da violência de quem se vê obrigado a ceder. Veena Das aponta sobre a violência como forma de intimidade e o impacto dessa violência na vida cotidiana das pessoas. Das sugere que a violência não é apenas um evento extremo, mas algo que permeia as relações diárias, normalizando o medo e moldando comportamentos e emoções dentro de uma estrutura social imposta pela dominação e controle.

Nesse contexto, a violência não precisa ser física e direta para se manifestar. Ela pode ser encarnada nas emoções e práticas diárias, como o medo e a tensão sentidos ao longo da semana antes do dia de cobrança pelas milícias. Essa "intimidade" com a violência é invisível, mas profunda, afetando a maneira como os moradores vivem, interagem, e até se adaptam a essa nova realidade. Onde a opressão e o absurdo são normalizados. Pierre Bourdieu (1991) nos oferece outra perspectiva útil ao falar sobre a violência simbólica, que se refere às formas de dominação e opressão que se naturalizam em uma

sociedade, sendo aceitas quase de maneira passiva pelos sujeitos, que se conformam obrigatoriamente à opressão por meio de uma internalização dessas práticas.

Nesse sentido, a tensão sentida pelos moradores da comunidade Azul Vermelho diante da presença nem sempre direta, mas constante, das milícias, representa essa violência simbólica, em que o medo e a expectativa de controle moldam suas emoções e comportamentos sem a necessidade de presença física constante.

Ao considerar as diversas problemáticas avistadas a primeiro momento, me questionava sobre como poderia dar continuidade a uma etnografia numa região controlada pela milícia sem incorrer em riscos de vida e sem ferir a ética de uma pesquisa científica. De que forma poderia compreender melhor as dinâmicas da milícia na região diante das tantas obscuridades do tema? Como poderia realizar minha inserção em campo? Como poderia fazer também uma pesquisa que demonstrasse, através de uma pesquisa de campo, que as operações policiais não combatem a organização milicianiana como um todo, mas apenas alguns de seus regimes?

Percebi que, na verdade, essas perguntas não poderiam ser facilmente respondidas. Percebi também que, tentar de alguma forma comprovar, qualquer envolvimento, ou a ação de determinados atores políticos com as milícias, não era um caminho tão fácil, mas que, na verdade, me tiravam da direção mais adequada para enriquecer a pesquisa. Durante minhas incursões em campo, o que muitas vezes, não eram programadas, me colocavam muito mais próximo do dia a dia dos moradores da comunidade do que das milícias. Eu estava vivenciando muito mais dimensão social e antropológica do que uma dimensão política da comunidade.

Esse contexto me inspirou e me intrigou ao mesmo tempo, a buscar novos caminhos de pesquisa, caminhos onde não busque respostas em fatos de "cima para baixo" nessa pirâmide social, mas também econômica e política, sob uma visão de dentro pra fora, da base ao cume. Já que não poderia abordar o tema das milícias sem me expor e expor meus interlocutores, percebi que deveria buscar algum método que estivesse relacionado ao menos indiretamente com o tema.

Sendo assim, tracei, como ponto de partida, buscar compreender as relações da vida social, os processos, comportamentos e a perspectiva dos moradores, aos quais, me tendo como um sujeito enquanto “novo morador” incluso nesse panorama, poder-se-iam abrir portas para compreender padrões concretos e abstratos de socialidade em uma área controlada pelo crime organizado. Veena Das (2020) citando Strathern corrobora métodos relacionais de entrada no campo: “A tradição do trabalho de campo significa que os

antropólogos aprendem sobre sistemas ao entrar em relacionamentos com aqueles cuja vida social eles estão estudando.” pág. 24

E é exatamente a partir desses relacionamentos que podemos ter e dar voz, mesmo que minimamente, para as realidades quais estudamos, pois, nessa mão de via dupla, enquanto pesquisadores, tentamos constatar realidades na esperança de caminharmos em direção de evidenciar e solucionar problemas e deformidades sociais. Aqui cabe citar Walter Benjamin (1987): "a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras". Pág 229 - 230.

Nas minhas conversas informais com os moradores e comerciantes, nunca precisei abordar diretamente o tema das milícias para receber informações sobre a percepção deles sobre o assunto, o que estaria ligado diretamente à memória como um objeto de análise. Como aponta Polak em "memória, esquecimento e silêncio":

"existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento." (1989, n.p.)

Dessa forma, como método, dei continuidade a uma observação participativa sem necessariamente colocar em pauta o tema das milícias, levando em consideração a memória e os discursos dos meus interlocutores como objeto de pesquisa pois assim, não conduziria a pesquisa para a forma como eu considero o fenômeno na comunidade e deixaria os interlocutores com mais liberdade para falar sobre o tema, como veio sempre ocorrendo.

Compreendi também que, fazendo um recorte a partir da morte do Ecko, poderia compreender e relacionar sobre como os moradores, comerciantes e lideranças locais enxergam a forma como o estado e as milícias atuam na região. Levando em consideração que, a partir da operação oficial realizada por um órgão do Estado abriu-se um vácuo para a inserção de um novo grupo miliciano.

O controle estabelecido na região do Azul Vermelho pelo novo grupo miliciano em meados do ano de 2021 ocorreu exatamente após a operação "Dia dos Namorados", coordenada pela Subsecretaria de Planejamento Operacional do Estado. Esse evento acarretou profundas mudanças na dinâmica social da comunidade estudada. Com novas imposições que se expandiram para cobranças semanais aos comerciantes, uma guerra entre regimes milicianos passou a acontecer nas comunidades da Zona Oeste da cidade. Além de explorarem os comerciantes, o novo grupo miliciano expande seus tentáculos de extorsão aos moradores pelo fornecimento de água, luz e internet, além de se aventurarem

no ramo da construção civil e de comércios diversos, como restaurantes, bares, oficinas, salões de beleza, etc. Não menos, os regimes que estão em disputa, estão em associação com as facções do tráfico de drogas, abrindo pontos de venda de drogas e barganhando com as facções numa lógica de “quem dá mais, leva”.

Sendo assim, com a inserção do novo grupo miliciano na comunidade após a operação, pude presenciar alguns eventos de violência e constatar que essa ação apenas desestabilizou um dos grupos que compõem as milícias no Estado, ocasionando num vácuo de poder em áreas dominadas por esse grupo atingido, acarretando numa rápida reconfiguração no ordamento social. Desse evento, surge uma dissensão desse grupo atingido e três regimes milicianos iniciam uma disputa por territórios e novas modalidades de mineração. Desde 2021, os assassinatos entre os grupos que disputam o território se intensificaram gradualmente, alguns moradores envolvidos com as milícias foram mortos e o campo de estudos se tornou cada vez mais hostil e perigoso durante a pesquisa.

O que veio acontecendo foi uma dinâmica de novos acordos entre esses grupos milicianos, já com menos ligações com os agentes de segurança pública, levando a uma aproximação desses grupos com as facções do tráfico de drogas.

Essa parceria entre milícia e tráfico de drogas, é chamada por alguns moradores de “trilícia” ou “narcomilícia” ou, “milícia com o terceiro”, que se refere ao Terceiro Comando. Em 2021 e 2022, era comum ver agentes das forças de segurança exercendo controle e circulando livremente pela comunidade. De 2023 em diante, no entanto, a polícia pouco foi vista circulando na comunidade, revelando uma diferente dinâmica situacional.

Agora, ao chegarmos nessas comunidades, notamos a presença de olheiros, jovens de outras comunidades cooptados para vigiar a região e dar segurança aos pontos de vendas de droga. Não está claro como se estabelece esse acordo com a milícia, busquei não perguntar detalhes que escutava na fala de alguns moradores da comunidade, e por suas falas, aqui na Comunidade Azul Vermelho, ao menos 3 moradores “crias” da comunidade, entraram para as milícias durante o período de pesquisa. Todos foram assassinados. Ou seja, não se trata apenas de milicianos explorando serviços ilegais, existe uma cooptação de moradores locais e também de jovens de outras comunidades, trazendo e implementando o tráfico de drogas.

A partir de 2021, perceptivelmente, o número de civis sem ligações com as instituições de segurança pública, passam a compor maioria nos regimes milicianos, aumentando o número de mortes desses milicianos chamados “pé inchados”, que são os milicianos sem ligações com o serviço público, dando “legitimidade” ao estado para matar esses

criminosos, pois milicianos ligados às corporações de segurança pública raramente são presos ou mortos.

Como relatado anteriormente, durante meu início em campo, pude avistar, algumas vezes, carros da polícia militar e da polícia civil circulando pela comunidade. Mas isso se tornaria raridade posteriormente. Ainda em 2021, vi um carro da Polícia Civil entrando em um terreno baldio cercado por chapas de ferro. O que não comprova nada, apenas aponta o fato da presença dos tentáculos do estado. Num outro episódio, no começo de 2022, enquanto chegava em casa pude avistar policiais fardados, armados e encapuzados no meio da comunidade durante a noite. Caminhavam em procura de alguém, logo percebi, me afastei da ocasião.

Aparentemente, a intensificação e o fortalecimento de determinados grupos em suas relações com e no estado são variadas, vide a inserção de um novo grupo miliciano na região, justamente após uma operação coordenada pelo próprio estado, desestabilizando um grupo rival que anteriormente controlava a região.

Souza (2020) aponta que junto desses grupos os estados criam uma indistinção entre o legal e o ilegal, dimensões que começam a se misturar e confundir, gerando uma zona cinzenta, do formal e do informal, entre estado e Regimes criminais, numa simbiose entre os poderes. Uma dimensão atual e moderna que é a participação da estrutura de Governança por parte do estado que vai se valer da relação com Regimes criminais para montar suas formas de controle político e ganhos estabelecidos nessas áreas.

Logo, no Azul Vermelho, essa indistinção entre o legal o ilegal é justamente nosso paradoxo, considerando a percepção dos próprios moradores e comerciantes locais, a ilegalidade, a legalidade, lado a lado, no dia a dia de todos que habitam na região. Uma região abarcada pelo estado, mas ordenada pelas milícias, mantendo os moradores numa situação de violência. A violência se implementa no dia a dia das pessoas independente de que crimes ocorram todos os dias. O simbolismo social da violência, o choque, a ruptura, são marcantes no meio social e são capazes de impactar comportamentos e visões de mundo.

No que concerne a experiência, a antropologia, em especial, a antropologia etnográfica, também pode ser nada menos do que uma tentativa de dar voz, voz muitas vezes silenciadas, ou perpassar a experiência que determinado grupo mantém em suas peculiaridades de formação histórica.

3. Uma visão de “dentro” do tempo e do espaço em campo.

Este capítulo explora a complexidade das dinâmicas sociais em comunidades controladas por milícias, analisando as transformações de poder e seus impactos sobre moradores e comerciantes locais. A narrativa destaca como a troca de regime miliciano em junho de 2021 alterou a rotina, trazendo novas imposições e uma percepção crescente de insegurança.

Dentro desse contexto, no subcapítulo 3.1 abordaremos os desafios e decisões metodológicas adotadas na pesquisa sobre as milícias na comunidade Azul Vermelho, relatando sobre a hesitação inicial em realizar entrevistas formais devido aos riscos para mim e para os interlocutores, optando por registrar observações e reflexões a partir de interações informais desde junho de 2021 até o momento em que me senti seguro para realizar encontros com maior formalidade de pesquisa dois anos depois. As entrevistas (que considero mais como encontros) e interações apresentadas nesse subcapítulo, revelaram a dinâmica das milícias, suas mudanças de caráter pacífico para mais violento, e as diferentes perspectivas dos interlocutores.

O item 3.2 analisa a transição para a fase 3.0 das milícias no Rio de Janeiro, caracterizada por uma governança híbrida que combina práticas milicianas e do tráfico de drogas. Essa nova fase marca uma ampliação da atuação milicianana, com maior complexidade e diversificação de atividades criminosas, incluindo parcerias com facções como o Terceiro Comando Puro (TCP) e o Comando Vermelho (CV), além do comércio ilegal e da extorsão. O conceito de "milicianismo" é abordado como uma prática político-criminal que vai além das ações das milícias, incorporando agentes estatais e civis que exercem violência e abuso de poder em busca de ganhos econômicos e políticos.

Por fim, a seção 3.3 destaca como a expansão milicianana está alinhada a interesses políticos e econômicos que transcendem o controle local, consolidando um modelo de governança híbrida que mescla práticas criminosas e estatais. O impacto dessa dinâmica fica visível tanto na vida cotidiana das comunidades quanto na configuração do poder político no Estado do Rio de Janeiro.

3.1 Entre a formalidade e a informalidade em campo

A análise de dinâmicas sociais em cenários controlados por grupos criminosos revela não apenas a complexidade dessas estruturas de poder, mas também o impacto direto que tais mudanças exercem sobre a vida cotidiana dos moradores e pequenos comerciantes. As histórias pessoais e os relatos de quem vive de perto essas transformações fornecem uma perspectiva privilegiada e muitas vezes negligenciada sobre a adaptação forçada a novos regimes de controle violento e opressão. Neste contexto, apresento as figuras de Ed, nosso principal interlocutor, mas também Roger e Alessandro, que emergem como “peças-chave” para compreender as nuances da transição de poder dentro da comunidade

e as consequências impostas pelo novo grupo miliciano que assumiu o comando em junho de 2021, após a operação conhecida como "Dia dos Namorados".

Nosso principal interlocutor, Ed, tinha um depósito de bebidas dentro da comunidade em 2021, na maioria de nossas conversas, comentava ele mesmo sobre as milícias, pois existe nele uma certa inconformidade desde quando fechou o seu estabelecimento à época na troca de regime. Seu posicionamento, ao fechar seu depósito logo após a troca de regime, me incitou a compreender melhor sobre essa transformação.

Ed disse que fechou por conta da nova cobrança de taxas imposta pelo no grupo miliciano que dominou a comunidade. Além das taxas semanais, o fornecimento de alguns produtos como: cigarros; água e bebidas; deveriam ser adquiridos exclusivamente através dos milicianos do novo regime.

Essa mudança de regime, basilou a conduta dessa pesquisa, pois, Ed fechou seu comércio diretamente por conta das novas imposições do regime que passou a controlar a comunidade. Diante disso, é importante salientar que esse fato gerou em mim uma certa apreensão em relação ao tema e constantes mudanças de percepção a partir das experiências que fui vivenciando em campo. A todo momento pude ir confrontando minhas percepções com a percepção dos moradores. Essa situação me direcionou a buscar caminhos metodológicos mais adequados de acordo com produção de percepções no campo para analisar os eventos. Ficou evidente que as emoções, como o medo, desempenham um papel crucial na forma como os indivíduos ali interagem com estruturas de poder informal, nesse caso com a opressão das milícias. Em contextos de violência e controle social, o medo não é apenas uma reação individual, mas uma emoção coletiva que molda o comportamento das pessoas.

Para Ed, o fechamento de seu depósito não se deu por medo direto, mas por uma discordância com as novas imposições, tema que será abordado no na seção 3.2. na apresentação das notas de campo que surgiram de nossos encontros. No entanto, essa negação do medo deve ser interpretada com cuidado, pois pode refletir uma tentativa de manter uma identidade de resistência ou de preservar uma certa dignidade diante de um poder opressor. Assim Cioccarri aponta em seu artigo:

Parece-me, entretanto, que se pode falar menos de fusão do que de produção múltipla de novas percepções nos diferentes mundos que nativos e pesquisador habitam. Explicita-se o poder que o pesquisador exerce sobre os informantes, mas é preciso considerar ainda o modo pelo qual o próprio observador é atingido pela experiência. DaMatta (1978, p. 24) mostrou que o conhecimento no campo é permeado por cheiros, cores, dores, amores, ansiedades, medos, todos esses "intrusos" que não constam dos manuais. (CIOCCARI, 2009, n.p.)

Sendo assim, o medo, ou a percepção desse sentimento/emoção impalpável e abstrata, coletado na memória das pessoas, se faz observável nas ações e no discurso dos interlocutores, e não menos em mim, como morador e pesquisador, na relação com o campo, indicando que ao menos para os comerciantes locais, impõe-se a cobrança de taxas pela lógica do medo, vide que alguns comércios se recusam a pagar a taxa semanal para os milicianos.

A posição de Ed ao fechar seu depósito, pode ser vista sob a ótica da antropologia das emoções, onde o medo é uma força invisível que organiza as práticas cotidianas, mesmo quando não explicitamente reconhecido. Isso se alinha com a noção de "ordem pela violência", onde o controle social é exercido através de uma combinação de coerção física e psicológica. O medo, embora negado verbalmente por Ed, pode estar implícito em sua decisão de fechar o depósito. Ele reconhece o poder das milícias e suas regras, mas sua recusa em operar sob essas condições reflete uma forma de resistência silenciosa.

Essa "produção múltipla de novas percepções" sugere que a relação entre pesquisador e interlocutor é bidirecional. Como pesquisador, ao entrar em contato com as narrativas dos moradores, como as de Ed, moldo inevitavelmente minhas percepções sobre o medo e a violência. Da mesma forma, como minha presença como pesquisador pode influenciar a forma como os interlocutores expressam seus medos e emoções, especialmente em um contexto onde as milícias exercem controle e onde a desconfiança é uma constante.

Contudo, importa também pensarmos sobre a influência que o “eu pesquisador” exerce sobre o interlocutor e vice versa, especialmente em um tema que habita numa zona nebulosa onde muito pouco se sabe da dinâmica, onde a base documental se baseia em crimes e rumores sobre essa organização não-homogênea que exerce o seu poder sobre a população em situação de vulnerabilidade.

O eu pesquisador/morador nesse caso é constantemente moldado por suas interações com os interlocutores e pelas experiências sensoriais que vivencia. No contexto da pesquisa sobre milícias, onde a dinâmica de poder é nebulosa e o conhecimento é fragmentado, a posição ambígua pesquisador/morador acaba por dificultar uma separação objetiva das minhas próprias emoções e percepções, capazes de influenciar diretamente a coleta e interpretação dos dados.

...há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos.

O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação. (Polak, 1989, n.p.)

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, tive muita dificuldade na decisão de como adotar uma metodologia que não incorresse em riscos para mim e para meus interlocutores, dessa forma, demorei por mais de 1 ano para decidir se a realização de entrevistas, seria a melhor forma para aprofundar a pesquisa. Nesse meio tempo, fui realizando anotações sobre esses diversos encontros que tive com os moradores das comunidades próximas de onde vivo e passo grande parte dos meus dias. Certamente as anotações deram mais base para essa dissertação que os encontros formais com os interlocutores.

Sendo assim, pude, desde Junho de 2021, coletar diversas notas onde fazia reflexões sobre as falas desses interlocutores em conversas informais. Acessando essas anotações, percebo a diferença entre a percepção das pessoas ainda no início da troca de regime, com a percepção dessas mesmas pessoas no final de 2023, foram quase 2 anos de interações com diversas pessoas, embora algumas com maiores vínculos, proximidade e formalidade de pesquisa.

A hesitação em realizar entrevistas formais perdurou, mas o campo já havia começado. A observação através de interações informais já estavam registradas em mim, assim como a confiança ganhada com os moradores, ocorria de forma natural.

Realizei então, durante o meio do ano de 2023, quatro encontros em formato de entrevista informais, embora só mencione e utilize dois deles nessa dissertação. No entanto, apenas com um dos interlocutores que tive de fato uma aproximação que foi para além da pesquisa pois, pelo fato de sermos vizinhos, nos encontrávamos com mais assiduidade.

Tanto as informações obtidas em conversas corriqueiras quanto nas entrevistas informais, foram de extrema importância para compreender a transformação no pensamento que ronda sobre o tema das milícias, assim como as práticas e as modificações que os regimes milicianos aqui nessa região tiveram, passando de um caráter pacífico para um caráter mais violento. Creio que com esse tempo que vai de Junho de 2021 ao fim de 2023, pude ganhar cada vez mais confiança e ter uma aproximação maior com as pessoas as quais me relacionei, além de compreender quais seriam os interlocutores mais confiáveis para descrever melhor a dinâmica das milícias na região. Fui de certa forma

naturalmente me aproximando daquelas pessoas que expunham suas opiniões baseada nos fatos que vinham ocorrendo durante esse tempo.

Algo muito notável, foi que, desde o momento em que me mudei para o bairro, em Junho de 2021, a sensação de insegurança só aumentou, não apenas a sensação mas como de fato, se tornou um local mais hostil ao longo desses anos, para mim e outros moradores. Um exemplo rápido para clarificar isso, é o fato de que eu e outros moradores não passamos mais com tanta frequência na rua principal da comunidade, um trecho que corta caminho para a saída da região em direção a outros bairros. Nessa rua principal, gradualmente, pude noticiar o aumento da violência, lugar que passou a contar com diversos eventos de violência, trocas de tiros e assassinatos de milicianos e traficantes numa disputa territorial. Em alguns períodos, quase quinzenalmente alguém envolvido com as milícias ou com as facções do varejo do tráfico foram ali mortos. Por conta desse aumento da violência, muitos comerciantes fecharam seus estabelecimentos, como já mencionamos anteriormente.

Ao final, as conversas que tive com muitas pessoas, se transformariam em encontros selecionados com dois interlocutores, com pessoas que senti a liberdade para tocar em qualquer assunto sem que esses interlocutores temessem o viés daquelas conversas. O assunto das milícias, quando encontramos alguns vizinhos, se tornou quase que natural ao longo desses anos. O que no começo, em Junho/Julho de 2021, era algo que ainda gerava certa insegurança na abordagem, uma certa desconfiança, no decorrer do tempo, passar a ser tratado com menos discrição.

Depois da enchente que ocorreu no final de 2021, Ed e eu nos aproximamos naturalmente e tivemos diversas conversas onde ele me contava sobre a dinâmica da comunidade durante todos esses anos em que ali morava. Com a nossa proximidade, pude me sentir mais seguro em abordar sobre o tema pois pude perceber ao longo do tempo que ele não era associado ou tinha qualquer ligação com às milícias, mas era dotado de um alto conhecimento sobre o tema por ter tido diversos comércios durante alguns anos na comunidade, além de ter uma ligação e vínculos muito fortes com a comunidade. Sua esposa, “cria” da comunidade, tem diversos familiares na mesma, fato que também acabou por ser uma fonte de fatos e rumores extremamente importante para eu identificar a dinâmica, o dia a dia dos moradores e das milícias da comunidade através de Ed.

Dessa forma, a partir de 2022, passamos a ter diversos encontros ocasionais onde discorríamos sobre diversos assuntos. Embora nessa pesquisa não estejamos a abordar sobre as milícias com o intuito de investigar ou revelar o nome de milicianos da

comunidade, creio ser prudente não revelar muitos detalhes sobre a vida de Ed, mesmo que, desde quando lhe informei que gostaria de entrevista-lo para minha pesquisa, sempre se mostrou disposto a responder minhas perguntas e ao falar sobre as milícias nunca demonstrou medo ou se absteve de me relatar sobre o que pensava e sabia, como creio que não tenha criado ou aumentado os limites em seus discursos por conta disso.

Contudo, adotei uma abordagem que valoriza a obtenção de informações através de conversas, sem gravadores ou anotações durante esses encontros/entrevistas. Ed foi meu primeiro interlocutor. Lembro que muita das vezes durante as conversas, me viesse um sentimento de que seria mais fácil se estivesse gravando ou anotando algumas falas de Ed, mas fazer isso sem sua autorização seria antiético e pedir para gravar ou anotar nossas conversas, poderia incorrer numa limitação na dinâmica de conversa que havíamos criado.

Muitas das vezes quando acabava de conversar com meus interlocutores, lembro de ir para casa para escrever no meu caderno, frases e nomes para não esquecer. No entanto, com o tempo, fui me dando conta que os detalhes, os acontecimentos e os nomes que ali eram citados, não eram tão importantes quanto as percepções deles em relação à questão da violência que ia se transformando no decorrer do tempo ali na comunidade.

Por conta do tema da pesquisa envolver questões sensíveis relacionadas à criminalidade na região, fiz questão de esclarecer aos interlocutores de que não divulgaria detalhes nem nomes de milicianos nem de moradores da comunidade, mantendo em sigilo nossas conversas e as pessoas possivelmente envolvidas. Além de Ed, tive diversas conversas com outros moradores, mas também não somente na comunidade Azul Vermelho, que me fizeram ter um panorama geral sobre a percepção destes sobre as milícias e a vida na comunidade.

Procurei induzir os interlocutores a construir narrativas relacionadas as milícias, embora não tenha sido tarefa difícil pois, quando se trata do tema, todos pareciam estar interessados e entusiasmados em comentar sobre o que sabem ou ficaram recentemente sabendo sobre o tema.

Selecionei os participantes com base em características estratégicas específicas. Uma estratégia baseada fundamentalmente no sentimento de confiança que fui ganhando durante o campo. Uma estratégia que visasse primordialmente a segurança dos participantes, incluindo eu.

Por exemplo, escolhi duas pessoas que residiam no que podemos considerar de “dentro” da comunidade Azul Vermelho, porém uma não quis que qualquer informação

de nossos encontros viesse a ser mencionadas. Uma pessoa da adjacência mas com fortes ligações à comunidade. Já a terceira pessoa é de uma outra comunidade próxima também afetada pela atuação das milícias e traficantes de drogas mas que frequenta o Azul Vermelho e já morou ali também. Tive então como objetivo obter diferentes perspectivas sobre o tema com esses outros 3 interlocutores, sendo que apenas com dois deles, dei sequência nas conversas. Como mencionado acima, esses encontros ocorreram a partir de um pedido meu, que podem ser caracterizadas como uma conversa mais aprofundada sobre as milícias e a violência na comunidade.

A metodologia adotada nesta pesquisa visou garantir a confidencialidade dos participantes, a obtenção de dados relevantes e diversificados, e a criação de um ambiente propício para a livre expressão dos interlocutores. Com Roger e Ed, conversamos na porta de suas casas de 2022 até nosso encontro formal no meio de 2023. Com Ale, não tive a coragem de me expor tanto quanto me expus a Ed e Roger. Ale é bem mais novo do que eu. Circula todos os dias pela comunidade e me trazia informações constantes pois eu frequentava o estabelecimento para qual ele trabalhava. Sendo assim, o comuniquei sobre a pesquisa que vinha fazendo e transformei nossas conversas em anotações de campo. Não realizamos de fato uma entrevista ou uma conversa específica sobre o tema nem sobre minhas intenções. Por isso pouco trago sobre nossas interações.

Portanto, analiso as notas de campo com esses 3 interlocutores que tem vínculos na região do comando Azul Vermelho. Esses interlocutores não foram escolhidos de forma aleatória, mas “surgiram” após eu ganhar confiança neles o suficiente para me apresentar enquanto pesquisador.

Esses encontros envolveram um processo dinâmico e complexo de interação com a comunidade e coleta de informações em um contexto de milícias atuantes e violência. Os encontros com Ale, Ed, e Roger revelam diferentes aspectos dessa dinâmica e as diferentes percepções que surgem no campo nos diferentes mundos habitados por moradores e pesquisador. A pesquisa mostra que a interação entre o vivido e o aprendido, é crucial para entender como as memórias e percepções são formadas e transformadas em resposta às mudanças sociais e políticas. A maneira como cada interlocutor relata suas experiências revela a complexidade das relações de poder e resistência dentro da comunidade.

O papel do pesquisador aqui, vai além da simples coleta de dados; ele envolve uma constante negociação de espaços, percepções e influências mútuas entre pesquisador e pesquisados. Esta pesquisa ilustra a necessidade de metodologias sensíveis e adaptáveis que possam capturar a riqueza e a profundidade das experiências humanas em contextos

de conflito e mudança, respeitando a segurança e a dignidade dos participantes enquanto procura entender as dinâmicas complexas de poder e resistência dentro da comunidade.

Utilizamos sempre nomes fictícios para não expor nossos interlocutores. Ed, Roger e Alessandro não são seus verdadeiros nomes pois, em estudos de campo, especialmente em regiões com alta sensibilidade como em áreas controladas por milícias, a não exposição dos interlocutores é uma prática crucial para proteger a identidade e a segurança dos participantes. Afinal, independente dessa dissertação não ser uma pesquisa investigativa, ao usar esses nomes fictícios, intentei garantir que os indivíduos envolvidos pudessem compartilhar suas experiências e perspectivas sem o risco de retaliação ou de exposição indesejada. Em nossas encontros e conversas informais, tratando abertamente sobre a pesquisa com os interlocutores, acordamos que seus verdadeiros nomes não seriam divulgados no material de pesquisa. Essa abordagem visou desde o começo respeitar a confidencialidade dos dados, mantendo a integridade das informações coletadas e a segurança dos interlocutores, assim como a minha enquanto morador e pesquisador da região.

Uma das coisas que importa tomar nota, é a minha posição em relação a essa pesquisa.

Eu tive acesso a colégios particulares, nunca vivi dentro de uma comunidade, nunca passei fome nem dificuldades financeiras. Me considero um grande privilegiado.

Também cabe eu me lembrar que tudo que eu escrevo aqui nesse caderno de notas são escritos a serem apenas lidos por mim. Eu tenho que buscar aqui dentro a maior liberdade possível, minha liberação na escrita. Falar comigo mesmo sobre minhas percepções e preconceitos. Compreender minhas intenções e quem sou eu no momento do campo, e quem sou eu no momento da escrita das notas de campo. Assim também na hora que eu for escrever para os meus pares. Quem serei eu? (Notas de Campo)

No contexto descrito, a pesquisa aborda temas delicados relacionados à violência e às milícias na comunidade estudada, o que pode colocar os participantes em uma posição vulnerável se suas identidades reais fossem reveladas. A decisão de adotar nomes fictícios, portanto, é uma medida ética indispensável, pois permite uma discussão mais aberta e honesta sobre os acontecimentos na região, sem comprometer a segurança dos envolvidos. Logo, toda a pesquisa se deu de forma discreta no campo.

Essa prática não apenas protege os participantes, mas também assegura a validade e a confiabilidade dos dados coletados. Ao assegurar anonimato, pude acessar informações mais profundas e honestas, o que é fundamental para uma compreensão completa das dinâmicas sociais e políticas nessas áreas de conflito. Além disso, o uso de nomes

fictícios permite que os resultados da pesquisa sejam compartilhados e discutidos amplamente na comunidade acadêmica e com o público em geral, contribuindo para um entendimento mais amplo dos problemas enfrentados pelas comunidades em questão sem colocar em risco aqueles que forneceram as informações.

3.2 Governança Criminal, a Fase 3.0 e o Estado: Uma análise da etnografia

Nesse subcapítulo, exploramos algumas das anotações de campo mais importantes que fiz com meus interlocutores: Ale, Ed e Roger. Como ponto em comum, a mudança de regime mudou completamente a dinâmica da comunidade na visão deles. Antes, não existia cobrança de taxas para os comerciantes nem movimentação policial ostensiva na comunidade.

Como já tratado no capítulo 2, coincidentemente eu me mudei em Junho de 2021, justamente no mês em que a troca do controle miliciano ocorreu. Como não pude perceber a diferença pois não conhecia a dinâmica da comunidade anteriormente, percebi a apreensão e a sensação de insegurança dos moradores durante esse início de convivência na comunidade no período, o medo e a tensão a cada carro que entrava na comunidade, principalmente a partir do final de 2021, com o aumento no número de assassinatos de milicianos e traficantes ocorrendo assiduamente. Os comerciantes locais foram certamente os mais prejudicados por conta das taxas semanais.

ALE

Ontem, aconteceu minha primeira incursão no campo. Sai para comprar um galão de água na comunidade e tive a oportunidade de conhecer duas pessoas que podem me trazer uma nova perspectiva sobre a vida das pessoas nessa favela controlada agora pelas milícias.

O encontro foi interessante, eu tava passando pela rua para ir num estabelecimento que costumo comprar frutas e uma moça que me via carregar um galão de água me gritou: “É água?” Eu disse que sim e me dirigi à essa lojinha. A loja é simples se compararmos com os grandes supermercados modernos.

Na porta de entrada tem um balcão à esquerda onde fica sentado o dono da loja que veio da Paraíba em 2007 pro bairro de Campo Grande e em 2019 veio para esse local onde hoje ele mora e tem sua lojinha, que vende produtos básicos. Nossa conversa foi quebrada pelo gelo quando o pai do próprio adentrou na loja para comprar um refrigerante. A diferença de idade entre eles parece ser tão pequena que eu nunca poderia imaginar que eram pai e filho.

[...]. Apenas conversamos brevemente sobre de onde ele vinha e de como era aquele local quando ele tinha vindo ali pela primeira vez. Ele disse que tudo aquilo ali era mato. Uma tranquilidade. Na loja, também conheci um funcionário que trabalha para .. fazendo entregas. O nome dele é Ale, tem 19 anos e acredito que ele possa vir a ser o meu

incursor no campo. Ele me disse ser nascido e criado na beira do canal, um nativo da localidade do mer corte de pesquisa. Nossa primeira conversa foi muito interessante, mesmo sem eu perguntar, Ale me falou que as coisas por ali haviam mudado de uns tempos pra cá com a entrada das milícias na localidade. Ele disse que os milicianos passaram a cobrar as "barracas", termo utilizado por ele para descrever os pequenos comércios locais.

Nosso encontro não durou mais que 10 minutos e o interessante é que ele quem iniciou o assunto. Ele me informou que ali naquela localidade, onde a fronteira entre favela e bairro se dá pelas cancelas condominiais, nesses condomínios, moram muitos policiais. Nas palavras dele, as milícias só vão ali para cobrar os estabelecimentos, mas não estão ali diariamente. As cobranças se dão como "dinheiro da segurança" sendo cobrado uma taxa de 50 reais por semana. Alessandro me informou, no entanto, que nem todos pagam, e os que não pagam, não tiveram problema algum, ainda.

Nesse trecho da nota de campo, Ale nos oferece uma visão inicial e imediata da mudança na comunidade com a chegada das milícias em 2021, onde começam a cobrar taxas dos comerciantes locais de forma indiscriminada. A informação que ele fornece sobre as práticas milicianas ajuda a entender como o medo e o controle são instaurados sutilmente, mas nem todos os comerciantes se submetem a essas imposições, indicando uma resistência subjacente. Sua perspectiva é valiosa para entender como as milícias se inserem e alteram a rotina do bairro, impactando a economia local e a vida dos moradores. O fato do interlocutor iniciar a conversa sobre as milícias sem que eu abordasse o tema, revela sua própria percepção da mudança na comunidade. Isso indica uma produção de percepção que já existia independentemente da minha presença, mas que se manifesta de forma particular na interação. O fato dele mencionar que alguns comerciantes não pagam a taxa e não enfrentam represálias pode ser visto como uma revelação de resistência ou uma adaptação ao novo regime de poder, aspectos que não são diretamente observáveis sem a interação. Essa resistência, no entanto, não precisa necessariamente manifestar-se através de confrontos diretos ou desafios abertos, mas pode ocorrer no silêncio da não-conformidade, uma forma de resistência passiva que desafia a autoridade das milícias sem provocar uma reação violenta. A capacidade de discernir entre resistência e adaptação, e entender como as milícias ajustam suas estratégias de controle, fornece insights valiosos sobre a resiliência da comunidade e as formas como o poder e a autoridade são percebidos e contestados.

ED

Eu e Ed ontem tivemos apenas conversas informais e tocamos no assunto dos perigos na localidade e sobre a ação das milícias na região.

Foi daí que fiquei sabendo que Ed tinha um depósito de bebidas na comunidade e que fechou comércio recentemente por conta da entrada do novo grupo miliciano na comunidade. Ed me relatou que alguns eventos com as milícias aconteceram e que o levaram a não querer mais tocar o negócio.

Aqui era tudo diferente. Era tranquilo demais. Eu tinha um depósito ali do lado do bar na rua principal da comunidade. Os caras iam beber lá direto porque a minha cerveja era a mais barata daqui. Eles (milicianos do grupo anterior) ficavam a noite toda lá, tudo doidão com a arma na mesa.

Eu perguntei se Ed tinha fechado o negócio porque sentiu medo e ele me disse assim:

– Medo? Eu não tenho medo de nada não. Fechei porque não concordo em pagar taxa. Os cara vinha beber lá, ficava até tarde. Aí chego depois o negão lá cheio de bronca dizendo que eu ia ter que pagar 50 reais por semana. Mas não pago mesmo. Ainda veio e disse que eu ia ter que vender o cigarro deles.

Por conta de ter fornecimento barato, conseguia fazer um bom preço o que atraía milicianos para o seu depósito. Todos eles ficavam expondo suas armas enquanto bebiam. Como relatou Ed, alguns eventos aconteceram junto com as milícias. Uma vez os rapazes da milícia estavam tomando cerveja até que a polícia chegou. Eles guardaram as armas onde ficavam as latinhas de cerveja enquanto a polícia abordava o grupo.

Numa outra história, um miliciano da área, após tomar um quadro da CORE no local, guardou todas as armas no depósito de Ed por uns 3 dias. Ed cresceu na comunidade e conhece uma galera que dominava lá num outro bairro próximo e começou a invadir a região do Azul Vermelho. Tem outras histórias parecidas. Tem um bar que é o local que recebe cartas e encomendas dos correios para os habitantes da região e a esposa do dono do bar é a representante, liderança local da região. Ed contou que esse bar fechou porque uma vez um rapaz moreno e alto entrou no bar dizendo que a partir de agora iria começar a cobrar a taxa de segurança e que eles iriam ter de colocar os produtos fornecidos por eles à venda. (Notas de Campo)

No trecho da conversa realizada com Ed, notamos uma reação direta e pessoal à influência milicianana. A decisão de fechar seu depósito, nas palavras dele, não se deve ao medo, mas a uma clara discordância com as práticas autoritárias e impositivas dos milicianos. Ed representa, de certa forma, a resistência dos comerciantes locais à coerção econômica e à perda de autonomia sobre seus negócios. Sua história é um exemplo concreto de como as ações das milícias podem afetar decisões econômicas e pessoais, além de destacar a tensão entre as antigas e novas ordens de poder na comunidade. Ed oferece uma perspectiva de desobediência ao recusar-se a pagar as taxas impostas pela milícia, desafiando abertamente suas demandas. Sua narrativa revela não apenas sua percepção individual, mas também como ele tenta influenciar a percepção do pesquisador sobre as imposições miliciananas, ressaltando a injustiça e a falta de consentimento nas novas práticas de poder.

Em um de nossos encontros, após eu me apresentar como pesquisador, pude ter uma percepção mais aprofundada da visão de Ed. Ter me apresentado como pesquisador me

permitiu fazer perguntas mais específicas sobre sua percepção da comunidade, sobre sua percepção das milícias e sobre o futuro da comunidade.

“...aqui não tinha isso. Vinha pra cá quem queria viver em paz... era tudo roça. Ninguém queria vir pra cá morar não. Minha casa foi uma das primeiras aqui nessa rua você vê (apontando pra sua casa e mostrando como ela esta em um nível mais baixo do que a calçada e das outras casas). Quando eu cheguei devia ter umas 10 casas ali na beira do rio. Depois chegou a família do comerciante e morador lá da Paraíba e começou a vir mais gente de lá (referenciando o nordeste) depois. Aqui você podia deixar a porta aberta que não dava nada. (Notas de campo)

Na visão de Ed e outros comerciantes, o grupo que dominava antes era muito mais “tranquilo”, não cobravam taxas e não deixavam ninguém “se criar” (vender drogas ou cometer crimes), o que deixava o “clima” na comunidade ser muito mais pacífico.

Muitos dos moradores associam a atuação milicianiana a uma forma de controle que, embora coercitiva, impede a presença de facções do tráfico de drogas, “bocas de fumo” e armas circulando pela comunidade. A violência, nesse contexto, é percebida como um instrumento de contenção de outra violência considerada ainda mais nociva. Esses mesmos moradores reconhecem que há diferentes formas de organização e práticas entre os grupos milicianos, variando conforme a liderança e os interesses das organizações criminosas no Rio de Janeiro, que vivem entre disputas e alianças.

O fato de Ed mencionar que “não tinha bagunça” quando a “antiga milícia”, composta por policiais, estava no controle, sugere uma aceitação ou pelo menos uma resignação à ideia de que a ordem na região sempre esteve ligada à presença de uma força autoritária que extorquia os moradores e comerciantes. Havia entre os moradores, um sentimento de proteção, independente de ser um ordenamento ilegal, ilegítimo, havia um sentimento de segurança. Ou seja, o “mito da pacificação” não era um mito para os moradores, mas uma realidade. Até por que disse Ed “ninguém ficava “trepado” (querendo dizer armado) no meio da rua noite e dia”

Fica evidente que a mudança para uma “nova milícia” parece ter trazido novos desafios ou dinâmicas, menos controladas ou mais violentas do que a “milícia antiga”, que era ligada à corporação policial. Isso sugere que Ed via na milícia antiga, como um mal aceitável, onde a estabilidade e a ordem vêm à custa da liberdade e da justiça, mas que a eficácia dessa troca depende muito de quem está no poder. Ed disse que o que de fato o fez fechar o depósito foi a imposição e a falta de respeito com os moradores.

Como que pode? Moro aqui há mais de 20 anos. Quando cheguei aqui não tinha nada. A minha esposa nasceu aqui nesse rio. Ai me vem depois o esse “negão” cheio de bronca (no depósito) dizendo que eu ia ter

que pagar 50 reais por semana. Mas não pago mesmo. Ainda veio e disse que eu só ia poder vender o cigarro deles. (Notas de Campo)

Ed me relatou que não teria fechado seu depósito por medo, mas sim por conta das imposições que o novo grupo miliciano adotava. Ed se sentia respeitado quando o antigo regime controlava a região. Ele conhecia os milicianos, não era importunado por eles e nunca fizeram nenhum tipo de imposição ao seu comércio. Ed, provavelmente não teria saído de seu depósito caso não ocorressem novas imposições aos comércios da região.

Mencionando as origens do bairro, Ed sugere uma saudade de um tempo anterior à chegada das milícias, reforçando a ideia de que essas práticas são uma anomalia em relação à natureza original da comunidade. Uma força externa que modificou com o tempo a dinâmica da região. Ele descreve uma comunidade que não existe mais, mas que no passado era pacífica.

“...é triste, né? Antes a gente vivia em paz. Era um lugar que ninguém ligava, quase ninguém sabia que existia. A gente tinha liberdade. Agora ficam esses moleque armado na passagem ali... (se referindo ao novo ponto de vigia) a gente já não sabe se é milícia, se é traficante ou que p... é. Sempre teve venda de droga aqui... mas era discreto, a milícia não deixava isso acontecer aqui não. Agora tá a boca ali do lado da ponte na luz do dia. Não da pra saber mais nada [...] Os cara ficam armado ali à luz do dia. Não é mais milícia. É traficante. E a gente vai fazer o que? Entrar numa?” (Notas de Campo)

A fala de Ed revela um conflito entre o passado idealizado da comunidade e a realidade atual marcada pela presença de forças coercitivas, como a milícia e o tráfico de drogas em uma combinação. A presença armada desses "moleques" é percebida como uma ameaça constante, uma força externa que impõe medo e silenciamento aos moradores. A menção ao armamento e ao poder da milícia e do tráfico sublinha a fragilidade da comunidade diante dessas estruturas de poder. Independente de sua estrutura e formas de regime, os moradores, diante do medo adotam uma postura de silêncio e passividade. O tráfico, antes limitado ao espaço privado e discreto, por conta de uma “milícia” que os coíbia, agora agem à luz do dia, evidenciando a normalização da violência e da transformação das características das milícias na região.

A ausência de um sistema legítimo de controle e segurança é preenchida pelos atos violentos, que se aproveitam da vulnerabilidade da comunidade para estabelecer seu domínio. Ed, portanto, destaca a mudança de um sistema normativo comunitário, onde os próprios moradores "sabiam" e lidavam com uma realidade aceitável, para um contexto de insegurança e incerteza, onde as fronteiras do poder local se transformam ao longo do tempo para um cenário cada vez mais piorado de violência e medo. Esse novo ambiente

afeta não só a vida social, mas também a estrutura econômica e cultural da comunidade, mostrando como a coerção e a violência estruturam o cotidiano e as relações sociais.

A resistência de Ed à “nova milícia”, sua recusa em pagar as taxas e seu fechamento do depósito são formas de manter viva uma memória de um tempo em que ele sentia que havia mais dignidade em suas interações com as forças de poder local. Ele preserva essa memória não apenas para si mesmo, mas também como uma forma de contestação silenciosa e, potencialmente, uma reivindicação futura de um retorno a uma forma de ordem que ele considera “aceitável”. Ele se lembra de um tempo em que, apesar da presença de uma milícia, ele e outros moradores eram tratados com um certo nível de respeito. Esse respeito era baseado em um entendimento mútuo e na manutenção de uma ordem que, embora autoritária, era mais previsível e, de certa forma, tolerável. No entanto, a chegada de um novo grupo miliciano que impôs regras mais rígidas e abusivas rompeu com esse equilíbrio. A memória de Ed, não é apenas uma lembrança passiva, mas um elemento ativo que alimenta sua resistência contra o novo “status quo”. A memória, tanto a sua preservação quanto a sua transmissão, desempenha um papel crucial na forma como os moradores como Ed lidam com a violência do ordenamento miliciano. A análise antropológica dessas memórias e emoções revela não apenas a complexidade das relações de poder, mas também a resiliência das comunidades em face de novas formas de opressão.

O relato de Ed sobre as milícias e a sua decisão de fechar o depósito, apesar de não explicitamente por medo, revela a complexidade das relações de poder nas comunidades dominadas pelas milícias, que, enquanto forças de controle, operam através de uma lógica que mistura coerção, “proteção” e extorsão. A cobrança de taxas semanais imposta pela “lógica do medo”, exemplifica como essas organizações conseguem manter o controle sobre comerciantes locais e moradores.

Entender a dinâmica de poder imposta pelas milícias exige uma análise que vai além da violência física. É necessário compreender como o medo, tanto reconhecido quanto negado, permeia as interações cotidianas e como as emoções dos moradores moldam suas decisões e ações. A vulnerabilidade da população, intensificada pela presença de grupos criminosos que operam em simbiose com o Estado, criam um ambiente onde a desesperança é forte e a resistência é sutil, e muitas vezes se manifesta em pequenas ações, como fez Ed, que fecha seu negócio em vez de se submeter às novas regras.

Observar o medo, a resistência e a adaptação às regras impostas pelas milícias oferecem uma visão multifacetada das relações de poder e das estratégias de sobrevivência em contextos de vulnerabilidade.

A ação de Ed, demonstra sua insatisfação e nos revela que o domínio exercido pelos milicianos, sem nenhum vínculo com os moradores, criaria uma resistência e não aceitação dos moradores. Com isso, a estratégia das milícias se transformaria em 2022, onde passariam a cooptar alguns moradores “crias”, fazendo desses, peças-chave para uma maior proximidade com os moradores, além de transformar civis em milicianos, mantendo uma vigília presente e constante aos moradores da comunidade além de uma suposta segurança e familiaridade.

ROGER

O “Roger” rapaz que faz serviços pro meu inquilino veio aqui em casa colocar a prateleira no closet. Ele puxou o assunto e então conversamos sobre as milícias. Ele que veio pra cá há 15 anos [...] explicava que na área onde ele morava, era muito tranquilo. Ele me disse que sempre teve uma sensação tranquila, que o bairro é muito seguro. Nunca nada aconteceu com ele. Acho que ele deve ter por volta de uns 42 anos. Já morou na comunidade do Azul Vermelho, mas agora esta morando na comunidade próxima. Foi ele que me relatou sobre a mudança recente no controle das milícias na região. Tivemos uma conversa super informal sobre o tema e eu não quis forçar muito até porque eu nem me identifiquei como pesquisador [...] mas a verdade é que eu já estou usando algumas informações que obtive nessas conversas. É meio que inevitável usar essas informações que a gente vai recebendo.

Eu fico um pouco receoso de colocar muitas informações aqui embora tenha certeza de que nada vai acontecer, ou quase certeza. O controle miliciano acabou de ser trocado. Tem menos de 6 meses aparentemente.

Não existia “pedágio” nem cobrança para os comerciantes locais aparentemente na comunidade do lado eles estão cobrando também.

Ele me relatou que um menino foi esfaqueado na cachoeira do bairro, mas que isso foi a comando do novo poder miliciano para colocar um terror, amedrontar a população para que um outro controle assumisse de uma maneira mais “pacífica”, aceitável.

Ele também contou sobre assassinatos por conta de venda de drogas, um rapaz que foi avisado, mas continuou traficando. Na opinião dele a área é muito segura mas os comerciantes estão revoltados com a cobrança de 50 reais” (Notas de Campo)

Roger compartilha uma percepção semelhante a de Ed sobre a mudança nas condições de segurança da comunidade após a chegada do novo controle miliciano. Na nota de campo o interlocutor traz uma percepção de segurança relativa antes da chegada do novo controle miliciano, que introduz práticas mais agressivas e violentas para afirmar sua autoridade, como a imposição de taxas e o uso de violência explícita para amedrontar.

As conversas com Roger ocorreram de modo mais informal, porém não são menos importantes, pois ajudam a compreender a adaptação e percepção dos moradores a essas mudanças e como elas afetam a sensação de segurança e estabilidade na comunidade.

Roger discute a segurança relativa e a mudança para práticas mais violentas pelos milicianos, refletindo sobre como isso altera a percepção de segurança na comunidade. Roger adota uma postura mais pragmática, expressando seu desconforto principalmente em conversas informais e sem demonstrar resistência direta. Ele, pelo contrário, tenta empreender por duas vezes na comunidade durante o período de pesquisa. Fechou as duas vezes que tentou abrir o seu negócio por conta do aumento da violência.

A análise apresentada neste subcapítulo evidencia que a transição para a fase 3.0 das milícias no Rio de Janeiro pode ter provocado uma transformação radical em algumas dinâmicas locais, redefinindo as relações de poder e alterando significativamente as formas pelas quais os moradores experienciam segurança, violência e economia. O novo modelo híbrido combina práticas tradicionais milicianas—como a extorsão disfarçada de proteção e a imposição autoritária de regras—com estratégias antes associadas ao tráfico de drogas, como a ostentação explícita de armamento, bocas de fumo, violência ostensiva e uma presença visível e constante na comunidade. Essa fusão entre milícias e facções do tráfico de Drogas, não apenas gera maior sensação de insegurança e tensão, mas também resulta em uma perda significativa de autonomia para os comerciantes locais, agora submetidos a cobranças frequentes que comprometem a sustentabilidade de seus negócios. As trajetórias de moradores como Ed, que se recusa a aceitar passivamente essa nova ordem, e Roger, que busca empreender apesar do medo e das dificuldades, ilustram o amplo espectro de estratégias que a comunidade utiliza para lidar com essas mudanças.

Essas narrativas mostram também como a memória de um passado idealizado opera como um importante recurso simbólico e político na resistência ao novo modelo miliciano. A referência frequente ao tempo anterior, descrito pelos moradores como um período relativamente tranquilo e seguro, evidencia que a governança criminal anterior, embora igualmente ilegal e coercitiva, conseguia estabelecer uma ordem considerada aceitável e previsível pela população. Com o advento das práticas híbridas da fase 3.0, ocorre uma ruptura profunda nesse “equilíbrio” precário mas aceitável. A coexistência entre traficantes e milicianos, antes inconcebível, tornou-se uma realidade que afeta profundamente a percepção de segurança e ameaça a coesão social e econômica da comunidade. Em última instância, essa transição reforça a necessidade de compreender as milícias não apenas como grupos criminosos homogêneos, mas como estruturas fluidas e adaptativas, cujas estratégias se redefinem constantemente em resposta às dinâmicas locais e à resistência cotidiana dos moradores.

3.3 Fase 3.0, corpos matáveis

Entre 2021 e o início de 2024, as transformações na comunidade Azul Vermelho ilustram de maneira contundente as mudanças operacionais entre diferentes regimes milicianos. A partir de 2023, a presença constante de traficantes de drogas de uma grande facção, em associação com as milícias, tornou-se uma realidade na rua principal da comunidade, marcando uma nova fase de domínio territorial. Jovens armados passaram a guardar a recém-instalada “boca de fumo”, uma configuração que desafia as concepções tradicionais de criminalidade isolada e aponta para uma governança híbrida, onde práticas e interesses de diferentes grupos criminosos convergem.

Para compreender as raízes dessa expansão milicianiana, é necessário desvendar como o estado é instrumentalizado por criminosos para sustentar e ampliar suas margens de atuação. Conceitos como “Governança Criminal”, “Zona Cinzenta” e “Milicianismo” são fundamentais para explorar esse emaranhado entre legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade, que define as dinâmicas de poder e influência no contexto das milícias no Rio de Janeiro. Em vez de operar em paralelo ao estado, as milícias frequentemente coabitam com ele, moldando e sendo moldadas por interesses públicos e privados.

A atuação das milícias transcende a simples noção de organizações criminosas localizadas. Elas se estabelecem como um regime de poder, sustentado por práticas que incluem extorsão, uso arbitrário da força e controle econômico de comunidades inteiras. Para os moradores que vivem sob esse domínio, a ideia de um monopólio legítimo do uso da força por parte do estado é irrelevante. Como destaca Lessing (2020), na prática, é o regime criminoso local que funciona como a principal autoridade em questões cotidianas. Contudo, o estado não está ausente. Ele atua, mas de forma distorcida, operando como um agente modelador das milícias por meio de sua provisão infraestrutural e ações que favorecem determinados grupos criminosos, reforçando a segmentação territorial e a perpetuação do poder miliciano.

Esse “braço invisível” do estado (Das e Poole, 2004) reflete um *modus operandi* que mistura as práticas burocráticas formais com os interesses de grupos marginais, revelando o estado como coautor de uma estrutura de poder permeada pela ilegalidade. Palermo (2015) descreve as margens do estado como um processo de gestão territorial onde legalidade e ilegalidade se entrecruzam, moldando corpos e populações por meio de práticas que garantem a manutenção do controle e da ordem sob condições de desigualdade.

Um exemplo dessa relação simbiótica emergiu durante uma ocorrência registrada em um hotel próximo a uma comunidade milicianiana. Ao acionar a polícia para resolver um problema de invasão, dois agentes compareceram rapidamente e solucionaram a situação de forma eficaz. Contudo, ao final do atendimento, os policiais convidaram o gerente do hotel a participar de um grupo de WhatsApp composto por comerciantes locais e membros de um batalhão policial. A adesão ao grupo, cujo objetivo declarado era facilitar a comunicação em casos de segurança, exigia o pagamento de uma taxa semanal de R\$ 250, evidenciando como práticas de extorsão podem ser formalizadas por agentes estatais.

Esse caso é emblemático para a definição de milicianismo, que não deve ser limitado ao conceito de organização criminosa. O milicianismo reflete um conjunto de práticas e comportamentos que extrapolam o nível operacional das milícias, incluindo o abuso de poder por agentes estatais e civis com capacidade material e simbólica para usar a força ou a violência em busca de ganhos econômicos, políticos e morais. Mais do que uma estrutura organizada, o milicianismo configura-se como um ideal político-criminal, intrinsecamente associado ao Estado, enraizado em relações de poder, violência e crime. A complexa relação entre milícias e Estado aponta para uma continuidade histórica de violência e opressão no Brasil. Se durante a República Velha os coronéis representavam o poder local com influências nacionalizadas, hoje as milícias exercem papel semelhante, articulando poder violento em nível comunitário e estabelecendo conexões estratégicas com a política. Essa influência se estende por todos os níveis federativos, consolidando um modelo de governança criminal que mistura práticas operacionais e simbólicas.

É essencial reconhecer que, além da ação direta, as milícias desempenham um papel na formação de mentalidades e percepções. Elas moldam uma visão de mundo específica que, além de influenciar suas práticas, também redefine as comunidades onde operam. Essa dimensão simbólica é tão crucial quanto as práticas materiais, pois sustenta e legitima seu poder na esfera pública e privada. Dessa forma, o fenômeno das milícias, em suas formas operacionais e simbólicas, reflete não apenas as transformações das relações entre estado e criminalidade no Brasil contemporâneo, mas também a evolução histórica das formas de poder e violência ao longo do tempo.

Mesmo não podendo determinar a exata origem das milícias, podemos perceber que dentre as suposições que apontam seu início, o comum laço com o organismo do estado. Seja na fase 1.0 ou na fase 2.0, como apontamos anteriormente.

A transição para a fase 3.0 das milícias, observada e vivenciada ao longo dessa pesquisa, marca uma transformação profunda na qualidade de vida e percepção dos

moradores da comunidade Azul Vermelho. Essa fase evidencia um estreitamento entre milícias e uma facção do tráfico de drogas, alterando significativamente as dinâmicas de controle territorial. Jovens armados, portando armas de fogo à luz do dia, e a circulação visível de drogas tornaram-se parte do cotidiano local, desafiando as concepções tradicionais de ordem e segurança. Trata-se de um regime híbrido, entre milícias e o tráfico de drogas, com a permissividade de agentes públicos. A corrupção dentro das instituições de segurança pública constrói uma relação simbiótica, fenômeno que demonstra uma relação de interdependência, que não enfraquece o Estado, mas o transforma em um agente modelador das práticas milicianas.

Durante essa fase 3.0, as milícias deixam de ser apenas grupos de extermínio ou extorsão para se tornarem organizações ainda mais complexas, diversificando suas atividades criminosas e estabelecendo conexões que vão além do controle local. Essa diversificação inclui o comércio ilegal de bens e serviços, além de parcerias estratégicas com redes de tráfico de drogas nacionais e internacionais (Alves, 2022). Tal dinâmica não apenas amplia o poder econômico das milícias, mas também reforça sua capacidade de influência política e social. Esse processo reflete a expansão de uma "governança criminosa" na qual as margens da legalidade se confundem com as esferas institucionais.

A complexificação das milícias na fase 3.0 também tem implicações diretas na vida cotidiana da população. A presença constante de traficantes armados, acompanhada de demonstrações públicas de poder, como as queimas de ônibus no segundo semestre de 2023, revela o uso instrumental da violência para reforçar a autoridade desses grupos. Esses episódios não apenas interrompem serviços essenciais, mas também exercem pressão sobre o Estado, que frequentemente se vê forçado a negociar e ceder, direta ou indiretamente, com as milícias para restabelecer a ordem. O poder das milícias, portanto, não é apenas territorial, mas também simbólico, reafirmando seu papel enquanto atores centrais no cenário político e econômico do Rio de Janeiro.

O conceito de "milicianismo", apresentado por mim ao longo desta pesquisa, ajuda a capturar a dimensão ideológica dessa simbiose entre Estado, milícias e outros grupos criminosos. O milicianismo não é apenas a atuação de um grupo criminoso, mas uma prática política e social baseada no abuso de poder e na exploração da violência como ferramenta de controle e lucro. É uma forma de governança que mobiliza tanto elementos formais quanto informais, tecendo uma relação de co-dependência com o aparato estatal. E essa relação com o estado acompanha o desenvolvimento das milícias desde seu início.

Para os moradores do bairro, essa nova configuração significa viver em um espaço

em que o Estado, em vez de oferecer proteção e direitos, atua como um mediador permissivo das ações milicianas. Essa mediação, frequentemente caracterizada por negociações implícitas e explícitas, garante a sobrevivência das milícias e reforça seu poder sobre o território. No entanto, ao contrário do que as narrativas convencionais sugerem, não se trata de uma ausência estatal. Como Das e Poole (2004) destacam, o Estado opera também nas margens, moldando e sendo moldado por elas. Assim, as ações de policiamento, a implementação de políticas públicas e até mesmo as omissões deliberadas tornam-se parte do mesmo sistema que sustenta o crescimento e a consolidação das milícias.

Esse controle territorial não apenas inclui a imposição de suas próprias leis, mas também a aplicação de força e exibição violenta. A presença de corrupção dentro das próprias instituições estatais, como por exemplo, a corrupção policial, estabelece uma convivência simbiótica e complexa com as milícias, onde agentes do Estado podem estar envolvidos em atividades ilegais em colaboração com esses grupos, minando em teoria a autoridade e a legitimidade do Estado. Isso fica exemplificado no caso de “arrego”, que são os pagamentos feitos pelos milicianos/traficantes para as corporações policiais. Assim disse Ed em uma de nossas entrevistas: “...você acha que eles (polícia) não sabe? (sobre a boca de fuma instaurada na comunidade em 2023) O batalhão é ali p..., mesma rua... não tem como dizer que eles não sabem.”

A fala de Ed, ilustra a percepção sobre a convivência entre as forças de segurança do Estado e as milícias na fase 3.0. Ao apontar a proximidade entre o batalhão de polícia e a “boca de fumo” ele expõe a impossibilidade do conhecimento por parte das autoridades sobre as atividades ilegais que ocorrem ali no Azul Vermelho. Essa observação evidencia não apenas a omissão, mas possivelmente uma integração tácita entre milícias, traficantes e agentes estatais por meio do “arrego”, mecanismo que facilita a manutenção e expansão do controle territorial por esses grupos. Novamente vemos o “braço invisível” do Estado (Das e Poole, 2004), em que a aparente ausência estatal nas margens não significa inatividade, mas uma atuação deliberada que opera de forma negociada. O “arrego” nesse caso é apenas uma das engrenagens que evidenciam esse sistema de governança criminal. A fala de Ed, portanto, é uma fonte para compreender como as populações vivem e interpretam essa dinâmica de poder, sendo ao mesmo tempo vítimas e observadores de uma estrutura criminosa profundamente arraigada.

A atuação das milícias no Rio de Janeiro durante a fase 3.0 revela uma transformação significativa em seu perfil, passando de grupos de extermínio/extorsão “tradicionais” para organizações mais corporativas e diversificadas em suas atividades criminosas.

Essa mudança tem profundos efeitos políticos na relação entre o Estado e as milícias, impactando diretamente a ordem social e a segurança pública.

O aumento significativo de civis nos territórios controlados pelas milícias é um reflexo da complexificação desses grupos, que não se limitam mais apenas ao controle territorial, mas buscam expandir suas operações para áreas como o comércio ilegal de bens e serviços, assim como em suas relações com o tráfico de drogas nacional e internacional (Alves, 2022). A diversificação de atividades criminosas lucrativas amplia a influência das milícias sobre a população local, estabelecendo uma espécie de controle conjunto ao Estado. O aumento desses ganhos econômicos e políticos dão às milícias a capacidade de usar a violência, evidenciada pelos episódios de paralisações na cidade mediante a queima de diversos ônibus no segundo semestre de 2023, demonstrando, não apenas a sua disposição em desafiar as autoridades, mas também a eficácia de suas ações na interrupção de serviços essenciais. Essas táticas não apenas prejudicam a vida cotidiana dos cidadãos, mas também exercem pressão sobre o Estado, forçando-o a lidar com as demandas e interesses das milícias.

A análise da fase 3.0 das milícias no Rio de Janeiro revela um aprofundamento da relação entre esses grupos e as estruturas estatais, destacando-se pela entrada de civis e pela diversificação de parcerias com facções do tráfico de drogas, como o Terceiro Comando Puro (TCP) e, mais recentemente, o Comando Vermelho (CV). Essa mudança marca não apenas uma reconfiguração do tabuleiro miliciano, mas também uma ampliação da complexidade dos acordos entre milícias, facções do tráfico de drogas e Estado, estabelecendo novas formas de controle territorial, político e econômico.

Com o intuito de compreender a complexidade das atividades e interações milicianas, Beato e Couto (2019) em seu estudo, partem de uma análise de redes dos indiciados na Comissão Parlamentar de Inquérito criada no ano de 2008. Evidencia-se ali que: “os principais atores envolvidos nesta rede de milícia (aqueles que possuem uma maior centralidade) são, de modo geral, aqueles que possuem cargos políticos. Embora tais indivíduos representem apenas 6% do universo de atores da rede, o que mostra, não só, a inserção das milícias no mundo da política formal, como também que esses atores políticos são aqueles que detêm o maior poder dentro da dinâmica criminal das milícias.”.

O fato de que atores políticos estão envolvidos nas milícias evidencia a inserção direta das organizações milicianas no âmbito da política formal como apontado aqui anteriormente e no trabalho de outros autores. Isso sugere que as milícias não apenas coexistem com as instituições políticas, mas também se entrelaçam de maneira intrínseca a

elas. Esses atores políticos são os que detêm o maior poder dentro da dinâmica criminal das milícias destaca a influência considerável que possuem sobre as atividades criminosas do grupo. Isso pode envolver desde a facilitação de suas operações até a manipulação de recursos e estratégias. A forma como o estado faz regulações entre os mercados legais e ilegais no fenômeno de expansão das milícias é garantida em conluio, conivência ou permissividade do Estado.

Essa governabilidade exercida pelas milícias no Rio de Janeiro vem modelando cada vez mais a forma como o Estado atua nessas diferentes regiões onde organizações criminosas exercem seus controles, o monopólio legítimo da força, é utilizado para interesses privados e criminais, justamente porque existe uma infiltração desses criminosos no estado que direcionam políticas públicas, como operações policiais para dismantelar ou reorganizar a conjuntura de acordo com interesses privados.

O que explicaria a expansão milicianiana nas cidades do Rio de Janeiro seria a crescente participação de agentes públicos, de membros do Judiciário, parlamentares, policiais civis e militares da ativa e da reserva, ampliando a capacidade dessas organizações criminosas de multiplicarem pelos territórios, obtendo privilégios e vantagens através do aparelho do estado, garantindo vantagens políticas para as organizações milicianas.

É a partir de seus interesses nas margens que atores criminais utilizam o Estado para montar políticas públicas. Logo, se existem agentes criminosos infiltrados no Estado, esses agirão no sentido que favoreça politicamente suas organizações criminosas e, onde tenham interesses públicos e/ou privados, econômicos e/ou políticos.

Marcus Amim em coletiva sobre a morte do miliciano Tubarão em 2024 “ Wellington da Silva Braga o Ecko, O “ Macaquinho” Edmilson Gomes, o “Latre” Rodrigo do Santos, Novinho, Faustão o Tubarão hoje, o Cara de ferro, Delsinho, Playboy da Curicica, enfim são 19, só nessa gestão foram 7 lideranças de “narcomilícias” que foram capturadas ou neutralizadas pela Polícia civil do Rio de Janeiro, isso demonstra o compromisso da Policia Civil no combate às milicias que se instalaram desde o final da década de 90 até os dias de hoje na região da zona oeste e também na Baixada Fluminense “ (Amim, 2024, coletiva de imprensa).

Fonseca (2023) aposta no fato de que a expansão milicianiana guarda relação com a guerra às drogas, levada a efeito pelo Estado, como política de segurança. Não apenas a expansão milicianiana, mas o elevado número de mortes pelas forças de segurança pública tem a ver com a opção política do confronto em determinadas áreas. Sendo assim, a

frequência das operações não está relacionada à violência nos territórios, indicando uma falta de critérios claros para o direcionamento do uso da força estatal.

A fase 3.0 também é marcada por uma mudança nos perfis dos integrantes das milícias, agora compostas majoritariamente por civis. Essa transformação descola os interesses das milícias da estrutura policial e militar, permitindo uma maior autonomia para negociações com facções do tráfico de drogas e outras organizações criminosas. No entanto, esse processo não ocorre sem consequências. A presença de civis como protagonistas das milícias aumenta a violência nas comunidades, resultando em um número expressivo de mortes e intensificando a insegurança para os moradores.

Tendo isso em vista, o assassinato de Ecko, em 12 de junho de 2021, representa um desdobramento contínuo que vem ganhando maiores dimensões desde esse acontecimento. A fase 3.0 se configura através da aliança entre as milícias e a facção criminosa TCP e mais recentemente, entre as milícias e o CV demonstrando a complexidade e rápida transformação dos regimes milicianos que, com respaldo do aparato policial, mesmo com os inúmeros assassinatos de "narcomilicianos" vinculados às facções do tráfico de drogas, são notadamente civis e não agentes públicos. Essas mortes parecem ser um "preço a ser pago" para manter os negócios e sustentar a narrativa anti-milícia promovida pela estrutura policial, que busca dissimular a expansão da influência miliciana. (Souza Alves, Fuentes Dias, 2022). Em suma, A fase 3.0 é uma fase em reconfiguração do tabuleiro miliciano em conjunto do estado, assim como uma reconfiguração das facções do tráfico de droga que se veem coibidas a partir da expansão miliciana em diversos territórios com a vantagem de ter a máquina estatal.

Ao longo do tempo, os grupos armados no Rio de Janeiro têm modificado seu comportamento, e um exemplo claro disso é a evolução das milícias como vamos denotando. Inicialmente eram compostas majoritariamente por policiais militares, especialmente em áreas como Rio das Pedras e Baixada Fluminense, esses grupos agora apresentam uma maior composição de civis, o que pode ser uma das razões para essas mudanças que estamos trazendo como hipótese. Essa transição indica um descolamento dos interesses da estrutura de segurança pública, proporcionando uma margem de atuação diferenciada, sem compromisso com a corporação policial. Consequentemente, as milícias passam a fazer acordos distintos e ganham mais autonomia em sua composição. Essas mudanças têm impacto político e econômico significativo, visto que os grupos armados que mais se expandem nessa nova configuração são aqueles que conseguem estabelecer conexões políticas e econômicas mais fortes. As disputas na região da Zona Oeste,

em particular, são protagonizadas em sua maioria por civis, evidenciando uma estrutura de comando liderada por não-militares. Essa mudança suscita questionamentos sobre a estrutura política que está por trás desses conflitos e sobre como essas disputas são influenciadas e manipuladas por interesses políticos e econômicos, assim como a própria utilização da máquina estatal em prol de interesses políticos dos governantes.

Nesse contexto, as disputas territoriais se assemelham a um leilão, onde diferentes grupos competem para controlar o território. Essa competição envolve uma estrutura de poder montada numa lógica de conquista política, onde o controle do território está ligado ao controle de votação e à ascensão política dos envolvidos, principalmente civis. É importante considerar a relação do Estado com a sociedade nesse cenário, pois o Estado negocia com diversos atores, incluindo grupos armados e civis, influenciando diretamente nas dinâmicas de poder local.

Diversos atores armados controlam o território, negociando e combinando suas ações, estabelecendo onde podem e não podem atuar. O Estado está conectado a esses grupos por meio de várias conexões e atua como fiador dessa estrutura, observando a guerra entre eles para se beneficiar ao máximo. Sua não atuação permite uma dinâmica que define quem será o vencedor, favorecendo aquele que tem a melhor estratégia.

Com a morte do Ecko, há a possibilidade de o próprio Estado se tornar mais participativo em relação aos grupos milicianos. Ele apoia determinados grupos, permitindo que atuem conforme seus interesses, observando quem vencerá a guerra para então se beneficiar ao máximo dessa estrutura. Essa dinâmica beneficia geralmente os grupos associados ao Estado e seus agentes públicos. Com a morte do Ecko, o Estado também passa a se interessar mais pela parte econômica das milícias e suas fontes de renda, podendo gerar ganhos privados.

A ausência de intervenção estatal quando os grupos passam a agir sem restrições indica que o Estado está ciente do que está acontecendo. No entanto, ele opta por ocultar essa situação, isentando a estrutura policial e maquiando sua atuação, enquanto os civis passam a protagonizar as milícias. Isso resulta em um aumento das mortes civis, alimentando a lógica de "bandido bom é bandido morto", que fortalece ainda mais a estrutura policial e das milícias. Logo, aponta Fonseca (2023) que no Rio de Janeiro:

No Rio de Janeiro, o que se verifica é a atuação do Estado, através do biopoder, no exercício de sua soberania, quando trata de segurança pública, voltada para áreas e populações que são alvos de seu controle e de sua política. A militarização da segurança e a opção pela guerra às drogas demonstram que há territórios específicos (espaços favelados) e pessoas determinadas (população favelada) que são objetos da

atuação da força do Estado. Estes são os espaços de exceção e ela é a população que, caso a morte lhe abata, estará dentro daquele dano colateral e, portanto, normalizado (Fonseca, 2023, Pág., 90)

Ainda sobre o assassinato de Ecko, tratou-se de um desdobramento contínuo de um projeto em curso que vem ganhando maiores dimensões desde esse acontecimento. De acordo com Alves, essa sequência de eventos evidenciou uma estratégia política voltada para as eleições de 2022. Candidatos que se alinham a projetos de extrema direita buscam consolidar seus ganhos através do caráter simbólico composto no discurso de enfrentamento à violência com justificativa de recorrer à violência como meio para impor uma visão moral específica que transcende as estruturas legais consagradas pelo processo democrático, logo, é legítimo matar em prol da constituição de uma ordem.

A área de segurança pública emerge como um palco crucial para operações psicológicas, sociais e midiáticas destinadas a solidificar uma hegemonia da extrema direita e seus aliados. A morte de Ecko, seguindo a lógica do extermínio como suposta solução, também introduz outra dimensão significativa. Ela desencadeia disputas internas e externas às milícias, particularmente no que diz respeito à liderança do legado miliciano nas regiões da Zona Oeste do Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense. Essas áreas, que juntas abrigam quase 50% do eleitorado do estado, tornam-se um cenário para instabilidade e temores, reforçando o pano de fundo para a manutenção do extermínio como prática de segurança pública. Este ciclo perpetuou operações intensificadas e eventos violentos, funcionando como uma cortina de fumaça que obscurece a expansão miliciano e seu projeto de controle abrangente, especialmente no âmbito político-eleitoral. (Alves, 2008).

Depois da morte de Ecko, outros muitos assassinatos de milicianos que não tinham ligações diretas com estado ocorreram e assim como entre disputas internas nas milícias, especialmente na Zona Oeste da cidade do Rio e na Baixada Fluminense, introduzindo uma dimensão adicional à discussão. Esse cenário de instabilidade não apenas desafia a autoridade do Estado, mas cria um vácuo de poder onde diferentes atores buscam assumir o controle, competindo pela aplicação legítima da coerção em determinadas áreas.

Nossa observação em campo, revela o caráter econômico por trás da disputa de controle, onde o território, mesmo sendo pequeno, representa uma fonte de renda significativa para os regimes em disputa por território. Esse aspecto materialista da violência mostra como o lucro e a exploração financeira sustentam a dinâmica de poder, com consequências diretas para os moradores. Além disso, a presença ostensiva de armas e o funcionamento das bocas de fumo em plena luz do dia representam um recado claro de

intimidação e controle, uma realidade de poder que visa inibir qualquer tentativa de resistência através do medo.

A análise da fase 3.0 evidencia um salto qualitativo na estruturação das milícias no Rio de Janeiro. Diferente das fases anteriores, marcadas pela centralidade dos agentes de segurança pública e por práticas de extorsão e extermínio localizados, essa nova etapa revela uma configuração híbrida e cada vez mais sofisticada. O estreitamento de alianças estratégicas com facções como o TCP e CV, somado à crescente participação de civis em posições-chave, ilustra não apenas a diversificação das atividades criminosas, mas também a sua capacidade de penetrar nas esferas formais do poder político e econômico.

Neste contexto, o conceito de **milicianismo**, desenvolvido ao longo deste trabalho, revela-se essencial para compreender esse fenômeno. O milicianismo não se limita à existência de um grupo criminoso organizado, mas representa um conjunto de práticas políticas e sociais baseadas na exploração da violência, no abuso de poder e na manipulação das instituições estatais. O milicianismo é o ponto em comum que explica uma origem quase simultânea das milícias, uma forma de governança sustentada pela simbiose entre elementos formais e informais, entre legalidade e ilegalidade, que se manifesta tanto nas ações diretas (proteção, extorsão, controle territorial) quanto na conformação de mentalidades, percepções e formas de vida nas comunidades sob seu domínio.

A partir da morte de Ecko, observamos como o Estado se posiciona não como uma força ausente, mas como um agente ativo e permissivo, contribuindo para a manutenção desse regime. O fenômeno do “arrego”, as operações seletivas e a tolerância com práticas criminosas são exemplos concretos dessa convivência, onde a máquina pública atua como fiadora das atividades milicianas. Tal dinâmica escancara o papel do Estado não como antagonico, mas como coautor de um modelo de governança criminal.

Portanto, a fase 3.0 das milícias representa não apenas uma reconfiguração do controle territorial e da economia ilícita, mas também um avanço no processo histórico de privatização da violência e de captura das instituições públicas por interesses privados e criminais. Esta realidade exige uma leitura atenta das margens do Estado, das práticas cotidianas e das formas simbólicas que sustentam a autoridade miliciana, apontando para uma governança onde o Estado e o crime se entrelaçam de forma estrutural.

Conclusão

O presente estudo revelou que as milícias não atuam de forma isolada ou em oposição ao Estado, mas como parte de um sistema híbrido, onde práticas criminais e governança estatal se entrelaçam em uma “zona cinzenta”. Essa relação é sustentada por mecanismos de corrupção institucional, como o “arrego”, que evidenciam a convivência e a dependência mútua entre as forças de segurança pública e os grupos criminosos.

As experiências etnográficas no Azul Vermelho demonstraram como a expansão e transformação das milícias, especialmente durante a fase 3.0, impactam diretamente a qualidade de vida dos moradores, criando um ambiente de medo, vulnerabilidade e exploração. A introdução de traficantes do Terceiro Comando, em associação com as milícias, marcou uma mudança substancial na dinâmica territorial, ampliando o controle sobre o comércio local e a sociabilidade cotidiana. Nesse cenário, as vozes dos moradores, como a de Ed, revelaram a percepção clara da relação simbiótica entre Estado e milícias, desafiando a narrativa de ausência estatal e expondo a atuação negociada e deliberada das instituições públicas nas margens.

Existe uma forte disputa entre esses grupos criminosos, eles buscam conquistar loteamentos nessas áreas vulneráveis. Sendo então, necessária a manutenção dos regimes de milícia nessas áreas, para dar continuidade aos seus ganhos privados.

O conceito de “milicianismo”, conforme apresentado e discutido ao longo do trabalho, transcende a definição de um grupo criminoso para abarcar um conjunto de práticas e ideais políticos, baseados no abuso de poder e na exploração econômica e social. Ele reflete não apenas a operacionalidade das milícias, mas também a forma como estas moldam e são moldadas pelo aparato estatal, inserindo-se em todas as esferas do poder político e econômico. O que indica o ponto comum dentre as suas possíveis origens, o forte entrelaçamento com o Estado. A análise mostrou que, enquanto as milícias se expandem e diversificam suas atividades, o Estado, em vez de combater essas práticas, se apresenta como um agente modelador dessa governança, desde sua fase embrionária até a fase 3.0.

A partir dessa análise, a pesquisa reafirma a importância de um olhar etnográfico para captar as nuances do cotidiano sob o domínio das milícias. A imersão no campo permitiu revelar como os moradores vivenciam e interpretam essa complexa relação de poder, expondo as contradições de um Estado que, ao mesmo tempo em que promove ações de policiamento ostensivo, participa ativamente da manutenção de estruturas criminosas.

A introdução de traficantes na comunidade, sob proteção das milícias, representa uma mudança significativa na qualidade de vida dos moradores, com a presença ostensiva

de armas e drogas no cotidiano. Esse controle territorial reforça a percepção de que o Estado, ao invés de ser uma entidade protetora, age como um mediador permissivo que legitima práticas criminosas em troca de benefícios políticos e econômicos.

Por fim, a fase 3.0 das milícias reflete uma reconfiguração das relações de poder no Rio de Janeiro, onde o Estado, ao invés de combater essas organizações, atuou como um facilitador de sua expansão. Essa dinâmica evidencia a necessidade de revisitar as políticas públicas de segurança e de reavaliar o papel do Estado na governança das margens, considerando as implicações profundas para a democracia e para a justiça social no Brasil.

Conclui-se que a simbiose entre Estado e milícias não apenas reforça as desigualdades sociais e territoriais, mas também compromete a legitimidade do Estado enquanto provedor de segurança e direitos básicos. Essa conclusão reforça a necessidade de aprofundar os debates sobre políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessas dinâmicas, considerando a urgência de romper com os ciclos de violência e corrupção que sustentam o milicianismo no Rio de Janeiro. O estudo também aponta caminhos para futuras pesquisas que explorem, de forma mais detalhada, a interseção entre governança criminosa e práticas estatais, destacando a importância de uma abordagem crítica e interdisciplinar para compreender e enfrentar essa realidade.

Dentro desse contexto, o papel do pesquisador, então, vai além da simples coleta de dados; ele envolve uma constante negociação de espaços, percepções e influências mútuas entre pesquisador e pesquisados. Esta pesquisa ilustra a necessidade de metodologias sensíveis e adaptáveis que possam capturar a riqueza e a profundidade das experiências humanas em contextos de conflito e mudança, respeitando a segurança e a dignidade dos participantes enquanto procura entender as dinâmicas complexas de poder e resistência dentro da comunidade.

Creio ser importante deixar uma reflexão frente aos discursos apresentados acima. As diversas possibilidades na forma de abordagem pode vir a ser um fator decisivo no desenvolvimento e resultado de uma pesquisa, a subjetividade e as multiformas do “eu” devem ser consideradas e constantemente confrontadas para que a imparcialidade e a não condução numa pesquisa ocorram. Devido às inúmeras possibilidades de inserção no campo, se faz quase impossível determinar que uma seja melhor que a outra, mas certamente, há maneiras mais adequadas para determinados temas.

No caso de nossa pesquisa, por se tratar de uma área de controle criminal, muitos fatores devem ser considerados, e um deles, principalmente, é a nossa própria vida e a

vida dos demais. Enquanto um pesquisador que quer compreender melhor a dinâmica das milícias vivenciando esse campo, a descrição não chega a ser uma estratégia, mas uma necessidade. É inevitável a interferência que causamos nos interlocutores, mesmo numa observação participante.

“tenho percebido que toda vez, mesmo sem querer, eu consigo obter muitas informações, as vezes eu me sinto quase igual um espião, mas a verdade que meu trabalho de campo tem de ser pautado nessa percepção dos moradores, porque na verdade, é muito interessante pra mim perceber a forma como eles se expressam, o que eles acham e tudo o mais. ainda não sei se eles tem uma imagem positiva ou negativa sobre as milícias, e na verdade, eu, e acho que muita gente, subestima o conhecimento e a capacidade cognitiva de pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior. sinceramente, eles são extremamente capazes de entender e discernir o que está acontecendo em relação a milícia na área.” (Notas de Campo)

Assim disse Roger em um de nossos encontros:

A milícia tá enraizada, entende? Eles já controlam muita coisa. Pra gente, o jeito é tentar sobreviver, se adaptar. Quem sabe, um dia, as coisas mudem. [...] Essa galera nova tá aqui pra encher o bolso. Eles se matam pra ver quem vai ficar com o ponto. Porque da dinheiro, aqui é pequeno mas da dinheiro. [...] Hoje tem boca de fumo a luz do dia. Eles ficam armados ali na frente de todo mundo o dia inteiro, com a arma na mão. Isso é pra botar medo. (Notas de Campo)

Nossa interpretação dos fenômenos observados, também são carregados de subjetividades e o papel da memória enquanto um objeto de pesquisa demonstra que, por exemplo, minha percepção de medo não necessariamente é a percepção de medo dos antigos moradores da região de pesquisa. Assim como esse próprio medo sentido por mim enquanto morador e pesquisador numa área de risco é diferente do medo sentido pelo morador e também diferente do morador comerciante e, muitas vezes, o "não dito" tem mais a revelar do que as palavras. Dessa forma, uma observação profunda do fenômeno, a investigação de suas causas históricas e seus efeitos, deverá considerar não apenas o objeto a ser estudado em suas infinitas possibilidades de significação, mas a forma qual o "eu" pesquisador irá reagir aos processos ao "eu" morador e outros "eus" em campo.

REFERÊNCIAS

1 ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense Rio de Janeiro**. Consequência, 2020.

- 2 ALVES, José Cláudio. **Milícias: Mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro**. Em: JUSTIÇA GLOBAL (org). Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Böll, 2008
- 3 BRAMA, Leonardo. **As diversas milícias do Rio de Janeiro entre expansões práticas e semânticas**. Dissertação de (Mestrado em Sociologia) –. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- 4 BURGOS, Marcelo. **Cidadania, favela e milícia: as lições de Rio das Pedras**. Blog do Omar, Brasil, 26 jun. 2008. Disponível em: <https://doomar.blogspot.com/2008/06/cidadania-favela-e-milcia-as-lies-de.html> Acesso em: 25/02/2024
- 5 CANO, I, D. BORGES, E. RIBEIRO. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória das unidades de polícia pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, 2012
- 6 CANO, Ignacio [e] DUARTE, Thais. **‘No sapatinho’: A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro, LAV/Fundação Heinrich Böll. 2012
- 7 CIOCCARI, Marta. **Reflexões de uma antropóloga "andarina" sobre a etnografia numa comunidade de mineiros de carvão**. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/rDDn9qrVb9ZcN98bsfZWdrj/?lang=pt>
- 8 CLIFFORD, James *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- 9 DA MOTTA, Jonathan. **A experiência do Jardim Batan: Regime de incerteza no pós-pacificação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.
- 10 DA MOTTA, Jonathan. **As múltiplas faces da milícia Liga da Justiça: Reorientação moral e deslocamento político na Zona Oeste do Rio de Janeiro** Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Dilemas. 2024. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-5271-0106>

11 DAS, Veena. **Vida e Palavras A Violência e sua Descida ao Ordinário** São Paulo: Editora da Unifesp. 2020.

12 DAS, Veena & POOLE, Deborah (eds). **Anthropology in the Margins of the State** Santa Fé/Délhi: SAR Press/Oxford University Press. 2004.

13 FONSECA, Tiago. **No ventre da fera: milícias, Estado e Sistema de Justiça**, RJ, (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF. 2023

14 FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 50ª edição. Global Editora. Companhia das Letras, 2004.

15 FUENTES DIAZ, Antonio, SOUZA Alves. **Michoacán e Rio de Janeiro: Governança criminal, controle social e obtenção de lucro e poder político pelas autodefesas armadas e pelas milícias.** 2022

16 Geertz, Clifford, 1926-. **A interpretação das culturas / Clifford Geertz. - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008.**

17 HIRATA, D. e Grillo, C. Sumário Executivo: **Operações Policiais no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.** Fundação Heinrich Böll Brasil. 2019. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2019/12/21/operacoes-policiais-no-rio-de-janeiro>

18 HIRATA, D., Grillo, C. y Dirk, R. 2020. **Operações policiais e ocorrências criminais: Por um debate público qualificado.** Dilemas, sessão excepcional “Reflexões na pandemia”. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-57>

19 HIRATA et al. **A expansão das milícias no Rio de Janeiro: uso da força estatal, mercado imobiliário e grupos armados.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Brasil. 2021. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/2021-04/boll_expansao_milicias_rj_fi-nal.pdf

20 KNIGHT, Alan. **Narco-v–Violence and the State in Modern Mexico.** In: PANTERS, G.

21 KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** Apple Books, 2018.

22 LESSING, B.. **Conceptualizing Criminal Governance.** Perspectives on Politics, vol. 19, n. 3, pp. 854-873, 2020.. . Disponível em: doi:10.1017/S1537592720001243

23 MBEMBE, Achille. Necropolítica: **Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** / traduzido por Renata Santini. – São Paulo: N-1 edições, 2018.

- 24 ORLANDO, Alves dos Santos Junior, Filipe Souza Corrêa, Juciano Martins Rodrigues. Artigo: **Voto e milícia nas eleições de 2022**. Disponível em: <https://www.obser-vatoriodasmetropoles.net.br/voto-e-milicia-as-eleicoes-de-2022-na-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>
- 25 PALERMO, Luis Claudio. Artigo: **Notas sobre o poder de agência dos atores sociais em *Anthropology in the margins of the state***. Portal de publicações eletrônicas da UERJ, 2015
- 26 POLLAK, M. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.
- 27 RADCLIFFE-BROWN, A.R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Petrópolis: Vozes. 1973
- 28 RAMOS, Arthur. **O negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Graphia, 2001.
- 29 RUI, Taniele, **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack** - Campinas, SP. 2012.
- 30 BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987
- 31 VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 121/132. Agradeço os comentários e sugestões de Roberto Da Matta e Eduardo Viveiros d
- 32 <https://josemeiredias.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/09/texto-01-observando-o-familiar-gilberto-velho1.pdf>
- 33 WERNECK, Alexandre. **O ornitorrinco de criminalização: A construção social moral do miliciano a partir dos personagens da ‘violência urbana’ do Rio de Janeiro**. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social -Vol. 8 - no 3 - JUL/AGO/SET 2015. Disponível em: <http://necvu.com.br/wp-content/uploads/2020/11/WERNECK-2015-O-ornitorrinco-de-criminalizacao-DILEMAS-8-3.pdf>